UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Tomás Partiti Cafagne

MOEDAS ROMANAS NA GERMÂNIA MAGNA:
Tipificação e interpretação dos achados numismáticos

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Tomás Partiti Cafagne

MOEDAS ROMANAS NA GERMÂNIA MAGNA:
Tipificação e interpretação dos achados numismáticos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Entnologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia

Orientador: Prof. Dr. Vagner Carneiro Porto

Linha de pesquisa: Arqueologia e identidade

Versão corrigida*

A versão original encontra-se disponível no
MAE/USP

São Paulo

2018

Agradecimentos:

Gostaria de deixar um muito obrigado ao professor Vagner Carneiro Porto por acreditar no projeto apresentado pela primeira vez no início de 2015. Ao professor Lenart Lind pela contribuição com uma cópia do catálogo de sua autoria, o qual serviu de imenso incentivo para a continuação deste projeto em um momento de perda de esperança. Ao CNPq pela bolsa concedida.

Neste tempo turbulento deixo aqui meus agradecimentos a minha Mãe, Carmen Silvia de Moya Partiti, a qual me deu os valores os quais a mim são muito caros e necessários neste momento turbulento de nossa história. Aos amigos do museu muito obrigado pelo apoio, que neste momento de tristeza e decepção encontremos as forças para lutar contra as forças obscurantistas que tomaram o poder.

Resumo

O trabalho aqui apresentado visa levantar as denominações presentes em contextos do norte e centro-norte da Europa. Buscando compreender as dinâmicas entre Roma, através suas províncias e os povos locais os quais as fontes textuais chamam de Germânicos. Este trabalho visa compreender quais são os processos e relações estabelecidas entre Roma e os locais a partir da moeda e como estes povos irão compreender e utilizar das moedas em seu universo.

Palavras-chave: numismática, Império romano, Denários, Sestércios, Solidus

Abstract

This work here presented aim to showcase the denominations present in northern and central european contexts. Aiming the comprehension of the dynamics between Rome, with their provinces, and the local peoples in wich the latin texts call germanicus. At the same time this work presents possible explanations to the ocurrence of a diverse body of coin types and denominations, the Roman and locals connections through the use of coins and possible interpretaions for the uses made by the local peoples.

Keywords: numismatics, Roman Empire, denarii, sestertii, solidii

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I: Percepções de Roma sobre os Povos Germânicos através das fontes textuais.....	6
Capítulo II Da Romanização aos estudos de fronteira Discutindo o Império Romano e seus vizinhos: como Roma age e negocia com o mundo ao seu redor	30
Capítulo III: A materialidade dos povos germânicos.....	55
Capítulo IV: Numismática, as denominações imperiais e a moeda no mundo romano	83
Capítulo V: Denominações, funções e tipos de moedas romanas no Centro-Norte da Europa no contexto dos séculos II e III d.C	117
Capítulo VI: Denominações, funções e tipos de moedas romanas no Centro-Norte da Europa no contexto dos séculos III a V d.C.....	141
Considerações finais.....	161
Bibliografia.....	167

Introdução

As moedas romanas, em territórios do norte e centro da Europa, são a categoria de objetos romanos de maior incidência nos países destas regiões. Divididos entre diversas denominações e tipos, são, sem dúvidas, o objeto romano mais longo.

As moedas variam em sua tipologia, características físicas do objeto, assim como em suas categorias de achado, também como elas foram descobertas pelas populações do presente. Indicativos de relações entre povos locais e os romanos dos limites do Império, na sua porção europeia, terão um horizonte cronológico de produção aproximadamente, entre 54 d.C. e 470 d.C., e são encontradas em contextos cronológicos do século III d.C em diante.

Dentro do contexto de pesquisa proposto nesta dissertação visamos aliar tanto os contextos de produção, a partir de uma construção histórica das produções, assim como as denominações e tipologias que estão ocorrendo nas regiões dos seguintes países: Polônia, Suécia, Dinamarca e Alemanha.

Outro elemento importante que buscamos dentro deste trabalho é compreender e apresentar as tipologias e interpretações para a ocorrência deste material, a partir dos estudos dos tesouros de moedas romanas encontradas nas regiões citadas acima.

Desse modo, iniciamos o nosso trabalho, capítulo I, apresentando como podemos ver os contatos e percepções dos povos germanos¹, sob a ótica romana. Desse modo, remetemos aos relatos de Tácito e Júlio César, os primeiros sobre os povos germânicos na língua latina, e a natureza não só de seus relatos como também dos contatos por eles apresentados.

Após esta apresentação, buscamos mostrar o conceito de fronteira e como ele pode ser entendido a partir das análises de Charles Whittaker e Peter Wells no capítulo II. O trabalho de Wells apresenta muito bem a necessidade de

¹ Segundo as fontes textuais seriam os povos que habitavam além dos limites físicos do Império Romano, no caso os rios Reno e Danúbio.

darmos voz aos habitantes locais, não romanos, tanto do ponto de vista da percepção quanto da construção romana dos limites.

Neste capítulo, buscamos explicar os processos não só históricos, como também relacionados à mentalidade que levam Roma à sua extensão máxima. Ao mesmo tempo, compreender e apresentar as especificidades históricas do século XIX que nos trazem a noção de fronteiras fechadas, de exclusão para o Império Romano. Buscar também quebrar este anacronismo muito presente na visão tradicional tanto da historiografia de Roma quanto da arqueologia das fronteiras romanas, oriunda da noção de fronteiras e a sua relação com os estados nação do século XIX.

Whittaker, muito inteligentemente, nos mostra que as fronteiras romanas não podem ser qualificadas desta maneira, uma vez que não são limites isolantes e sim uma zona de contato entre Roma e os povos locais que geram novas perspectivas e práticas a partir deste contato (Whittaker, 1997, pp.122-123). Contato – este produto das demandas das províncias da região – será atendido, de fato, por uma aliança comercial entre os governadores e as elites locais presentes nesta zona.

Outro elemento importante dos estudos de fronteira apresentado nesta dissertação, é a importância dos limites hidrográficos nos aspectos logísticos dos exércitos. Os rios Reno e Danúbio são importantes marcadores, uma vez que possibilitam uma melhor logística para as províncias romanas dos limites do Império.

Ao mesmo tempo em que visamos apresentar os contatos e as relações de limites entre Roma e os povos germânicos, temos também que caracterizar a natureza das relações entre germânicos e locais a partir das relações na zona de fronteira.

No final, a história de Roma se apresenta como indicativa de que mesmo em períodos de dita estabilidade, ou até crise do Império, temos uma tentativa de expansão. No caso, a criação da Província da *Marcomaniia* no final do século III d.C. por Marco Aurélio e seu filho Comodo.

A seguir, temos no terceiro capítulo, a apresentação material dos povos locais. Por apresentação material entendemos a materialidade dos povos germânicos, a partir de seus registros arqueológicos, deste modo, apresentamos neste capítulo como a arqueologia serve de base para a construção dos povos habitantes do centro e norte da Europa durante o período de surgimento e domínio de Roma sobre o Mediterrâneo.

Neste capítulo, trabalhamos com o conceito de culturas arqueológicas, no sentido de criação de conjuntos de tipos e práticas associadas à cultura material de origem local. Desse modo o objetivo é, por via destas categorias, apresentar os povos locais que são presentes nas fontes textuais latinas sob a ótica da materialidade. Assim, apresentamos suas práticas funerárias, a produção de artigos de luxo, joias e broches, assim como suas práticas de habitação e organização social passíveis de serem imputadas por via da arqueologia.

Partindo dessa perspectiva, apresentamos neste capítulo duas culturas materiais importantes, a Przeworsk e Wielbark, ambas tendo sua origem na atual Polônia. Estas culturas estão associadas a um processo de ocupação dos territórios do tanto do norte, Wielbark, quando do centro e sul da Polônia, Przeworsk, durante os séculos (I d.C. – V d.C.), sendo as produções materiais pertencentes as populações que habitam as regiões de achado dos tesouros que habitamos.

Ao mesmo tempo, fazemos um panorama da arqueologia das populações habitantes da Escandinávia, assim como da emergência dos *central places* de Gudme-Ludenberg, das práticas de habitação local e do modo de produção das populações que habitavam as regiões que hoje estão a Suécia e a Dinamarca. Nosso estudo caminha no sentido de compreender, pela via da arqueologia, quem seriam os receptores deste material e como se dava o olhar de Roma presente nas fontes textuais latinas.

A seguir, temos o capítulo sobre o nosso objeto de estudo em si, o capítulo IV, que aborda as moedas romanas. Aqui temos como objetivo apresentar um breve histórico das diversas denominações a partir de sua criação, seus objetivos e padrões associados. Neste capítulo, também apresentamos como

foram feitas as análises das diversas tipologias existentes no trabalho, no caso, sendo as tipologias numismáticas e tipologias de tesouro.

Após este trabalho, seguimos neste capítulo apresentando os resultados em termos cronológicos tanto de produção dos tipos monetários como também das constituições dos tesouros com o tabelamento dos tesouros selecionados seguindo os respectivos dados: denominação, autoridade emissora, oficina, período de produção, referência e peso respectivo de cada uma das unidades apresentadas. Além deste tabelamento temos também os seguintes: quantidade de moedas em cada tesouro, horizontes cronológicos de constituição dos tesouros², sendo todas as tabelas deste capítulo divididas por país.

A seguir, temos as análises dos dois conjuntos principais de denominações selecionadas na dissertação, os denários e sestércios, e as denominações de ouro. As análises estão divididas em dois capítulos por ordem cronológica de ocorrência. Temos no capítulo cinco as análises dos denários e sestércios, estes possuem um período de ocorrência similar, no qual ambos têm o século II como marcador temporal para o início do processo de circulação das respectivas denominações. O termino da ocorrência destas denominações divergem, para os denários o marcador é o início do século III d.C., enquanto para os sestércios o marcador é a segunda metade do século III d.C.

Estas denominações estão ligadas aos contextos militares e econômicos da segunda metade do século II d.C., sendo o denário a de maior ocorrência em termos quantitativos para a região do norte e centro da Europa. É durante o governo de Marco Aurélio em que os denários vão circular rumo à Polônia e Escandinávia, nos contextos das Guerras Marcomanas, já os sestércios estariam ligados a um reestabelecimento e crescimento do comércio de âmbar com o báltico.

No último capítulo visamos entender as denominações de ouro, estas divididas em dois grupos: os *aurei* e os *solidi*. Estas denominações estão em circulação a partir do final do século III e terão seu horizonte cronológico de maior força entre os séculos IV d.C. e V d.C. Aqui temos um esfacelamento do padrão

² Tabela com a datação de produção da moeda mais antiga e da mais recente nos tesouros selecionados.

denário, este já a partir do século III e subsequente substituição pelas denominações de ouro.

Aqui vemos uma predominância não só das produções monetárias dos imperadores do Oriente, como observa-se também uma reordenação da circulação monetária, uma vez que o ouro produzido no Oriente se torna a moeda corrente em ambos os impérios, sendo em muitos casos retrabalhada pelos imperadores do ocidente.

Os contatos neste período seguem a lógica proposta por Aleksander Bursche de que seriam relações políticas, já desde o século III d.C., a partir de perspectivas de pagamentos às elites locais que teriam servido como membros de tropas auxiliares ou povos federados aos romanos.

Capítulo I

Percepções de Roma sobre os Povos Germânicos através das fontes textuais.

As relações entre Roma e seus vizinhos foram marcadas por inúmeras tensões. Em um primeiro momento, entre os séculos I a.C. e II d.C., essas relações eram de negociação, enfrentamento e anexação, uma vez que a política expansionista romana estava em plena ação. A política de Roma para com os povos germânicos não será diferente neste período. Antes de apresentar essas relações de negociação decorrentes do contato, devemos ver como serão apresentados os contatos, quais povos residem na região denominada Germânia, suas práticas sociais e organização a partir das fontes textuais. Desse modo, evocamos duas fontes que apresentam menções aos povos germânicos, são elas *Comentarii de Bellum Gallico* e *Germania*.

Desse modo, evocamos duas fontes que apresentam menções aos povos germânicos, são elas *Comentarii de Bellum Gallico* e *Germania*, ambos os textos nos permitem compreender, nas respectivas visões dos autores, o modo com que a imagem os povos germânicos é percebida e difundida tanto na república romana quanto no período imperial.

As primeiras menções sobre os povos germânicos podem ser vistas no texto escrito por Caius Julius Caesar, *De Bellum Gallico*. Estes escritos foram produzidos por volta de 58 a.C., período em que o autor era Governador da Gália e general das tropas da província. No texto, Cesar discorre sobre as campanhas militares por ele empreendidas contra os povos gauleses, assim como a geografia dos territórios ocupados por estes povos e seus conflitos com os povos germânicos, dos quais eram vizinhos.

Por mais que este relato foque na conquista da Gália, observa-se que há menção a contatos com os povos germânicos na forma de incursões militares. Cesar não só aponta uma localização geográfica para a residência desses povos para além do Rio Reno, como também pontua que estes povos estavam em

constantemente disputas com os Helvécios e outros grupos gauleses que residiam próximos às margens do Reno e suas proximidades.

Fig.1. Campanhas de César na Gália durante o século I a.C. Fonte:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f7/Caesar_campaigns_gaul-pt.svg/579px-Caesar_campaigns_gaul-pt.svg.png

Ao longo dos capítulos I, IV e VI de sua obra, Júlio Cesar apresenta a natureza dos contatos entre Roma e os povos germânicos que estavam atuando na província da Gália. Nos capítulos mencionados são apresentados vários contatos que se dão por meio dos conflitos entre os povos germânicos e os gauleses, sendo que estes últimos possuíam apoio de Roma.

Em consequência a essas agressões, Júlio Cesar empreendia campanhas militares de supressão. Nessas campanhas as legiões romanas avançavam além Reno para punir as populações fronteiriças que estavam a atacar os aliados gauleses de Roma.

No primeiro capítulo, Cesar apresenta a campanha de julgo dos helvécios e seus desdobramentos. Cesar apresenta seu processo de conquista dos helvécios e após este o processo de consolidação de seu domínio sobre os territórios recém-conquistados. Aqui, Cesar mostra uma preocupação com os povos germânicos uma vez que, ao reestabelecer as cidades helvécias por ele destruídas sua intenção era não deixar terras vazias que pudessem ser ocupadas pelos germanos.

Após a conquista sobre os helvécios, no parágrafo XXXI vemos uma interessante demonstração de interação entre germanos e gauleses na fala de Diviciaco, líder do povo gaulês dos heduos, “Que duas facções estava a Gália toda dividida de uma das quais tinham os heduos o principado e da outra os arvernos; disputando-se eles a supremacia há muitos anos. Socorrem-se elas os arvernos e sequanos de germanos mercenários...” (CESAR, *De Bellum Gallico*, I, 31).

Esse contato por meio do uso de guerreiros mercenários germanos resultou no interesse destes pelas terras gaulesas. Com isso vemos a invasão dos germanos, liderados por Ariovisto, nas terras dos sequanos. “Mas ainda pior sucedera aos sequanos vencedores do que aos heduos vencidos, porque o rei dos germanos, Ariovisto, em suas fronteiras deles fizera assento ocupando-lhes a terça parte das terras...” (CESAR, *De Bellum Gallicum*, I, 31).

O julgo de Ariovisto era tão duro, segundo Cesar, que não havia opção, se não, buscar o apoio de Roma em uma campanha defensiva dos territórios gauleses. “... se tornara Ariovisto tão soberbo e tirano, que exigia em reféns os filhos dos mais nobres, e os castigava com todo o gênero de tormentos...” (CESAR, *De Bellum Gallico*, I, 31). “Se Cesar e os romanos lhes não valessem, teriam mais gauleses de emigrar, como os helvécios...”. (CESAR, *De Bellum Gallico*, I, 31).

Desse modo, foi com o intuito de evitar maiores migrações de germanos a Gália e de defender os líderes locais que Cesar empreende guerra contra Ariovisto. O general antes de empreender o ataque militar envia emissários com o intuito de negociar a cessão de hostilidades e o retorno dos germanos para

seus territórios além Reno. Essa negociação não ocorre e desse modo, sem opções, o ataque é empreendido resultando na expulsão de Ariovisto da região.

Aqui podemos ver um elemento constante nos contatos nessa região específica dadas as constantes invasões que ocorrem ao longo dos capítulos apresentados, o conflito militar. Esses relatos, vistos na Guerra da Gália, são só um de muitos que veremos a seguir quanto a informações sobre os Povos Germânicos e de suas práticas militares.

Seguindo o capítulo vemos uma série de grupos germânicos que serão mencionados por Cesar, mostrando conhecer algumas das várias populações que habitam o além Reno. Seriam eles os: cimbros, teutões, suevos, marcomanos, triboces, vangiones, nemetes e sedusios e ulbios.

Ao longo do primeiro capítulo são apresentados por Júlio Cesar uma série de elementos ligados às práticas dos Povos Germânicos, sob liderança de Ariovisto, também o modo como o autor lidou com o desenrolar das negociações pregressas à batalha em si, o que indica um modelo interessante de diplomacia que resulta em ao menos duas tentativas de negociação e resolução de forma pacífica do conflito.

No primeiro, foram enviados à Ariovisto embaixadores que buscavam negociar um acordo pacífico para a eminente disputa militar. Neste encontro, segundo Cesar, respondeu Ariovisto da seguinte forma “Que se ele necessitasse o que quer que fosse de Cesar, iria procurá-lo; assim, se Cesar queria alguma coisa, viesse ter com ele” (CESAR, *De Bellum Gallico*, I, 34).

Após receber essa resposta, Júlio Cesar aponta a Ariovisto dizendo que tinha apoio do Senado para proteger tanto os heduos quanto outros povos da Gália que estivessem necessitados. Ariovisto responde dizendo que era seu direito como vencedor da guerra por ele empreendida subjugar os povos gauleses derrotados.

Cesar nos apresenta que sua situação poderia se complicar uma vez que nas margens do Reno havia outro grupo germano a invadir a Gália, os Suevos. Desse modo, Cesar aponta que seus exércitos deviam iniciar marcha contra Ariovisto para que este não se juntasse aos Suevos em marcha.

Cesar discorre sobre os germanos e sua força física para a guerra no parágrafo 39; ele coloca a seguinte observação: “... os germanos de grande corpulência, incrível esforço e exercício em armas, a ponto de não poderem os gauleses suportar lhes no combate nem a catadura nem o olhar sequer, apoderou-se tal terror do exército...” (CESAR, *De Bellum Gallico*, I, 34). Este ponto permeia toda a narrativa de Júlio Cesar que coloca os germanos como grandes guerreiros, violentos e agressivos, os maiores adversários que Roma vira.

Cesar aponta que já houvera batalhas entre romanos e germanos. Caio Mano teria derrotado tanto Cimbrios quanto Teutões³. Dessa forma, não seria essa a primeira disputa que teria ocorrido entre as forças de Roma e dos povos germânicos.

Voltando as negociações antes da batalha, no parágrafo 42, Cesar escreve que Ariovisto teria enviado embaixadores que tinham como objetivo conseguir uma audiência entre ambos. Esta audiência ocorre e, no parágrafo seguinte, Júlio Cesar discorre “... exordiou Cesar, mencionando os benefícios seus e do Senado a Ariovisto, como fora honrado com o título de rei e amigo, e magnificamente remunerado, o que a bem poucos coubera em sorte, pois tinham os romanos por usança concedê-lo unicamente aos mais assinalados serviços...” (CESAR, *De Bellum Gallico*, I, 43).

Ariovisto argumenta, no parágrafo 44, “Que não de motivação própria, mas rogado e convidado pelos gauleses, se aventurara a passar o Reno, deixando pátria e parentes não sem grandes esperanças e promessas; que tinha na Gália domicílio e reféns concedidos pelos mesmos e pelas leis da guerra percebia o tributo que aos vencidos costumava impor os vencedores.” (CESAR, *De Bellum Gallico*, I, 44).

Após a vitória sobre Ariovisto, Cesar volta a mencionar os germanos no livro IV. Em mais uma situação de conflito apresenta o desenrolar da movimentação dos Usipetes e Tencteres, dois grupos germanos, para direção

³ Tanto Cimbrios quanto Teutões eram tribos germanas que se situavam na porção norte da Europa. Eles teriam se unido por volta do ano de 110 a.C. para atacar Roma.

dos territórios gauleses. Sua migração, segundo Cesar “Foi causa da emigração o verem-se oprimidos pelos Suevos” (CESAR, *De Bellum Gallico*, IV, 1).

Cesar também descreve sobre o comportamento e práticas suevas de guerra e de uso das terras para cultivo. O autor apresenta que os suevos possuem cem cantões de terras os quais tiram mil homens para a guerra. Há um regime anual de troca de turnos entre aqueles que iam à guerra e os que ficavam nas terras cultivando. Quanto ao cultivo das terras, Cesar aponta que não demoravam mais de um ano para torná-las cultiváveis que não usavam muito o trigo como meio de alimentação dando preferência à carne e ao leite do gado por eles criado. Assim temos nos suevos uma sociedade germana guerreira, agrária e pastoril.

No parágrafo seguinte, o II, Cesar aponta que os suevos aceitaram a entrada de mercadores para que estes venham comprar seus butins de guerra. Seu produto principal seriam os cavalos, estes muito solicitados pelos gauleses. Cesar aponta que este tipo de cavalo seria específico para o comércio com os gauleses uma vez que os suevos utilizavam cavalos menores para os trabalhos do dia a dia.

Seguindo no livro IV, Cesar apresenta contatos entre os ubios e os gauleses no Reno. Aqui se constituem contatos com mercadores e costumes gauleses que seriam apropriados pelos ubios devido a sua vizinhança em relação aos grupos gauleses que estavam na margem do Reno. Cesar aponta também sobre esse grupo que possuía uma ampla cidade⁴ que estava florescendo. Os ubios estavam em guerra com os suevos, porém, nunca foram vencidos de fato. Cesar apresenta que os ubios se tornaram tributários dos suevos.

Aqui vemos uma série de migrações que estão ocorrendo devido às movimentações e guerras empreendidas pelos suevos. A tônica da região estudada são as migrações constantes. Se considerarmos os relatos de Cesar,

⁴ Aqui devemos fazer uma observação sobre o termo cidade uma vez que este termo é uma projeção romana aos assentamentos locais. Cidades aqui não fazem menção aos povos germanos terem grandes aglomerados urbanos.

as migrações são uma prática comum entre os povos germânicos, aqui atestados pelas pressões exercidas pelos suevos.

Júlio Cesar apresenta que outros grupos estavam nas mesmas condições as quais se encontravam os ubios, no caso seriam os usipetes e os tencteres. Estes teriam sido atacados pelos suevos e no final acabaram por se movimentar por três anos, dentro da Germânia, até que migraram para os territórios no Reno que eram ocupados pelos menapios. Isso levou os menapios a migrarem dos territórios que possuíam no além Reno criando uma barreira para que tanto tencteres quanto usipetes avançassem para os territórios do Reno mais próximos da Gália (CESAR, *De Bellum Gallico*, IV, 4).

Há no parágrafo seguinte a confirmação das suspeitas de Cesar. Este sabia das conversas entre gauleses e germanos, sabia que estes grupos estavam se aproximando da margem gaulesa do rio Reno. Estas conversas indicavam apoio dos gauleses para as movimentações germanas no tocante as provisões das mais diversas, necessárias aos germanos. Com isso, os germanos chegam às margens dos clientes dos treviros.

Durante essa movimentação, Cesar aponta que os desejos dos suevos caminhavam para a ocupação, já empreendida, e reconhecimento da posse das terras já conquistadas. Júlio Cesar responde que não havia terras possíveis de serem entregues aos germanos sem que houvesse prejuízo a terceiros⁵.

A região em conflito, nos espaços entre os rios Meuse e Reno, está descrita no trecho X do livro IV. Esta descrição está ligada ao período de conquistas empreendidas por Cesar na Germânia, em especial na região que viria a se tornar a província da Germânia Superior⁶. Cesar aponta as seguintes descrições para o rio Meuse: “O Mosa provém do monte Vosego que demora nas fronteiras dos Lingones; recebendo depois o braço do Rim, chamado Walis forma a ilha dos batavos; e, coisa de uns oitenta mil passos abaixo dela entra no Oceano.” (CESAR, *De Bellum Gallico*, IV, 10).

⁵ Essa prática de entrega de terras para os povos migrantes será observada em períodos posteriores para com outros grupos germanos. Isso levaria, no caso, a absorção desses grupos e a garantia de cidadania romana para esses grupos.

⁶ A Germânia Superior recebia esse nome por estar na porção mais alta do Rio Reno.

O rio Reno, segundo Cesar, “tem origem entre os Leponcios, habitantes dos Alpes...” (CESAR, *De Bellum Gallico*, IV, X). Corre rumo ao norte cortando os territórios dos seguintes povos: nantuates, helvécios, sequanos, mediomatricos, tribocos, treviros. Desagua no Mar do Norte através de vários canais, que se unem ao rio Meusa, em formação de Delta. Cesar aponta que nas ilhas do delta do Reno habitavam tribos ferozes que eram nada amistosas que “vivem, segundo se crê, de pescado e ovos de pássaro...” (CESAR, *De Bellum Gallico*, IV, 10).

Durante a guerra contra os germanos, Cesar se recusa a receber mais emissários desse povo uma vez que estes segundo o autor faziam “guerra traiçoeira de emboscadas...” (CESAR, *De Bellum Gallico*, IV, 13) e parte para o conflito aberto o qual ele vence. Após sua vitória, Cesar rumo para além Reno em uma manobra de ataque como meio de exigir dos povos germanos das margens do Reno suas presas das invasões a Gália e ao mesmo tempo prestar apoio aos ubios, estes amigos de Cesar e Roma.

Aqui é interessante mostrar que Cesar apresenta o seu valor pessoal, como chefe militar, como algo sacramentado entre os povos germanos devido a sua vitória sobre Ariovisto “... tão grande se tornara o nome de Cesar e tal reputação de seu exército, ainda entre as nações mais remotas da Germânia, que podiam estar em segurança só com a autoridade e aliança do povo romano” (CESAR, *De Bellum Gallico*, IV, 14). Sendo a única força capaz de apaziguar a região Cesar decide ajudar os ubios e ao mesmo tempo buscar reprimir os povos germânicos para que estes não voltassem a atacar as possessões e os amigos de Roma.

Para atravessar o Reno, Cesar ordena a construção de uma ponte para suas legiões. Dez dias depois do início da construção começa a passagem das mesmas. Júlio Cesar vence Ariovisto de forma incontestada isso resulta no, logo que cruza o Reno, recebimento de vários emissários para negociações diplomáticas com ele. Isso culmina em acordos de paz e juramentos de fidelidade, em troca Cesar solicita o envio de reféns.

Em sua primeira incursão no território além Reno Júlio Cesar chega às terras dos sugambros e destes retira trigo e destrói os povoados com edifícios.

Após conseguir as provisões Cesar rumo às terras dos Ubios em solidariedade a estes. Lá fica sabendo de que os Suevos se preparam para a guerra. No final do parágrafo XIX Cesar deixa claro suas intenções ao rumar além Reno “Ciente de tudo, e reputando conseguidos fins, porque resolveu passar o exército, quais eram, inspirar terror aos germanos, castigar o sugambros, libertar os ubios da opressão, e ter com uma estada de dezoito dias além Reno feito assaz para a glória sua e utilidade da república...” (CESAR, *De Bellum Gallico*, IV, 18).

Aqui vemos como a política e os contatos romanos se deram com os germanos de forma bastante clara. Temos uma série de incursões germanas nos territórios gauleses que lhes faziam fronteira sempre na noção de forças internas a Germânia que resultava nas movimentações além Reno rumo a Gália, no caso específico desse período os suevos.

Vemos também como foi à política de negociações entre Cesar e os germanos em uma noção de primeiro negociar uma saída pacífica para o conflito, oferecendo a amizade de Roma, e do Senado. Em troca, deveriam jurar fidelidade a Roma, enviar reféns e garantir apoio a República quando necessário.

É interessante problematizar quem seriam os reféns de Roma. Em um primeiro momento seriam os filhos das elites locais, como podemos atestar nas políticas adotadas pelo herdeiro de Cesar, Otávio Augusto. Este durante suas expedições para construir a Germânia Magna acaba por conquistar os territórios dos cheruscos. Nesta situação seu líder acaba por negociar um acordo de no qual entregaria seus filhos, do qual o mais famoso seria Armínio, para servirem de reféns de Roma. Esses reféns seriam usados como soldados auxiliares, em tropas de cavalaria e quais querem outras necessidades que o exército romano tivesse quanto a tropas auxiliares.

Ao longo desses dois primeiros livros que apresentam a natureza dos contatos entre romanos e germanos podemos ver como serão estes contatos. De natureza violenta, ocorre a partir de invasões dos germanos a territórios romanos na Gália ou no domínio de povos amigos da República romana. Vemos como os suevos se tornam um grande problema para a estabilidade da fronteira romana em uma fase da ocupação da Gália na qual nem os próprios gauleses estavam subjugados pelos romanos.

No último livro que menciona de forma mais prolífica os germanos, Cesar apresenta mais conflitos os quais tiveram participação dos mesmos, neste caso específico na forma de auxílio aos treveiros que se rebelaram na Gália. O grupo em especial que apoiou a revolta teria sido o dos Suevos, informação obtida com os ubios, estes aliados de Roma. Durante essa passagem, de mais um conflito entre Cesar e os Suevos, há uma breve descrição comparativa entre os gauleses e os germanos (CESAR, *De Bellum Gallico*, VI, 11)

Nessa descrição, Cesar traça um panorama das relações entre gauleses e germanos. Primeiramente havia dois grandes grupos que estavam em competição na Gália, de um lado os sequanos e do outro os heduos. Os sequanos teriam se associado à Ariovisto, líder germano, devido aos conflitos e o maior poder exercido pelos heduos. "... eram os heduos cabeceiras de uma facção, os sequanos de outra. Estes, como menos poderosos, porque a maior autoridade residida antigamente nos heduos, que tinham grandes clientelas, associaram-se aos Germanos e Ariovisto..." (CESAR, *De Bellum Gallico*, VI, 12). Com a vinda de Cesar para a Gália o poder dos sequanos cai em termos de relevância e é substituído por outros grupos que vão contar com um maior apoio de Cesar devido às negociações diplomáticas mais favoráveis.

Após apresentar a situação das relações entre germanos e gauleses, Cesar se debruça em comparar a estrutura social dos Povos Gauleses e Germanos. Júlio Cesar analisa sobre dois grupos, que vão ter um valor social mais elevado, os Druidas e os Cavaleiros. O poder religioso e militar dos povos da Gália é visto pelo autor como pertencentes aos grupos citados anteriormente, percebidos como detentores de maior prestígio e relevância para a sociedade gaulesa.

O grupo dos Druidas tem não só atribuições religiosas, como a condução de sacrifícios aos deuses, mas também de intermediação de conflitos e disputas entre os outros membros da sociedade gaulesa. Essa mediação ocorria na forma de um encontro anual no qual estavam disponíveis para mediar esses conflitos e os aspectos religiosos de seu grupo. Esta camada, segundo Cesar, possui uma hierarquia interna uma vez que existe um líder que preside o grupo, este eleito

por em uma reunião dos mesmos. Os Druidas possuem certos privilégios destacados por Cesar: a dispensa do serviço militar e a isenção de tributos.

O segundo grupo apresentado por Cesar é o dos cavaleiros. É um grupo militar que se reúne nas horas de guerra. Estas seriam tanto disputas locais, entre vizinhos, quanto contra Cesar. Seu status, como guerreiro de valor, vem do séquito de guarda costas e clientes que um guerreiro possui, algo que é muito parecido com as formas posteriores de valorização militar que veremos mais adiante e atribuídas por Tácito aos germanos do século I d.C.

Após apresentar a estrutura social e os costumes, mais complexos, dos gauleses, Cesar parte em sua obra para descrever os hábitos, estruturas e práticas sociais dos povos germanos. Primeiro não possuem uma religião detentora de uma ordem sacerdotal, como se tem na Gália. Em segundo lugar Cesar aponta que os germanos passam sua vida “... em montarias e no mister das armas: afazem-se de pequeninos ao trabalho e à aspereza.” (CESAR, *De Bellum Gallico*, VI, 21)

Outro elemento importante da sociedade germana, segundo Cesar, seria da falta de esmero na agricultura. Esta substituída pelo consumo de leite, queijo e carne. Isso aponta que os germanos seriam criadores de gado e ao mesmo tempo caçadores. Havia, segundo o autor, uma rotatividade nos campos germanos uma vez que os camponeses eram designados ao trabalho rural pelas lideranças e não ficavam mais que um ano sendo obrigados a irem a outras partes. Cesar aponta alguns elementos que justificam essa prática de circulação entre campos cultiváveis. Primeiro para não perderem o ímpeto guerreiro e se tornarem agricultores, segundo para não cobiçarem e concentrarem terras sob um único homem, o mais forte explorando o mais fraco (CESAR, *De Bellum Gallico*, VI, 22).

Quanto aos povoamentos germanos Cesar aponta que são esparsos e que seria de bom grado que tivessem grande faixa de terra não habitada ao redor. Isso segundo Cesar seria bom pois ao não terem inimigos próximos eles não teriam incursões repentinas a temer, algo que poderia acontecer com a presença muito próxima de inimigos ou grupos hostis de quaisquer formas que fossem.

Esses povoamentos, segundo Cesar, possuem uma forma de liderança que será a responsável por exercer as leis e a justiça germana, presidindo e julgando as contendas entre os habitantes de suas cidades. Estas autoridades seriam locais não respondendo a um poder central, este inexistente nas sociedades germanas.⁷

As guerras e incursões empreendidas pelos povos germanos eram apresentadas nos conselhos pelos líderes das expedições. Estes buscam nos conselhos o apoio e números nos guerreiros que estão em reunião. Aqui Cesar apresenta um ponto importante quanto ao valor militar dos guerreiros germanos como o valor moral de maior importância para a sociedade germana “prometem-lhe auxílio e são louvados pela multidão; os que dentre estes não o seguem, são tidos em conta de desertores e traidores, e a ninguém mais merecem crédito em coisa alguma.” (CESAR, *De Bellum Gallico*, VI, 23)

Um princípio básico das relações sociais germanas que é de extrema importância, apresentado por Cesar, é o da hospitalidade. Princípio este que é visto ao longo da história dos povos germanos como inviolável e que consiste, conforme apontado por Cesar, de uma prática de acolhimento de um hóspede na casa do anfitrião, além da divisão dos víveres da casa com o hospedado. Visto como um elemento social importante e distintivo na valorização do indivíduo germano, não era tida com bons olhos na sociedade germana a quebra da hospitalidade. Sendo passiva de reprimendas e perda de prestígio a quem faltasse com seus compromissos de hospitalidade.

Cesar deixa bem claro os contatos com os povos germânicos teriam sido, em seu período, de natureza bélica esta categoria de contato está fortemente presente na história de Roma e seus limites no continente europeu. Mesmo que no caso da Gália, Cesar tenha entrado em conflito na forma de defensor das populações locais que eram protegidas pelo Senado romano, esta tônica de conflitos estará presente em outros pontos da história de Roma e principalmente

⁷ Os suevos teriam sido uma confederação de povos germânicos, desse modo Ariovisto emerge como líder devido a sua capacidade militar algo que confere a ele proeminência no momento da guerra somente.

durante o Império seja com revoltas, como a dos batavos, ou com guerras abertas como a dos marcomanos, estas já em período imperial.

Após essas diversas apresentações dos elementos germanos e da natureza dos contatos no período da República de Roma, é importante avançar no tempo rumo aos textos do século I d.C. em especial para o trabalho de Tácito. O primeiro texto específico sobre os povos germânicos surge por volta de 98 d.C. escrito por Cornélius Publius Tácitus, e intitulado *Germânia*. Aqui vemos um trabalho descritivo, uma vez que o autor nos apresenta a estrutura social e política desses grupos. Segundo Tácito, os povos germânicos estavam estruturados de maneira tribal⁸.

Tácito apresenta uma variedade de grupos os quais ocupam um grande território e são, segundo sua perspectiva, grupos diversos. O autor se preocupa em construir um cenário histórico dos Povos Germânicos ao mostrar como estruturavam social, religiosa, politicamente e em quais regiões residiam. Além de uma apresentação geográfica das moradas das tribos⁹ por ele apresentadas.

Tácito nos apresenta vários elementos da sociedade germânica entendida por ele como uma série de tribos que compartilhavam certos traços sociais em comum. Uma breve análise dos títulos dos fragmentos que chegaram até os nossos dias indica que há uma série de elementos comuns a todos os povos germânicos. Mostrando certa unidade social comum e política e indicando assim possíveis modos de interpretação e de análise do objeto de estudo, as moedas romanas nos contextos germânicos.

Ao mesmo tempo esses traços comuns não constituem necessariamente identidades comuns, o termo povos germânicos, está muito pautado nas características que os unem dentro de uma percepção de origem ideal do estado nação alemão do final do XIX e início do século XX. Como vemos, há uma

⁸ Aqui o termo “tribal” é apresentado por Tácito como meio de caracterizar os núcleos menores que compõem esse grupo maior entendido como Povos Germânicos. Ao mesmo tempo entendemos que as perspectivas antropológicas, de caráter evolucionista, que estão imbricadas no termo, devem ser vistas com cuidado uma vez que denotam uma diminuição das populações que se organizam dessa forma.

⁹ As tribos seriam os núcleos menores que compõem a sociedade dos Povos Germânicos, estes grupos são identificados tanto por Tácito quanto por Júlio Cesar com diferentes nomes dessa forma o termo tribo será empregado aqui no sentido de remeter aos grupos específicos como, por exemplo, os Cheruscos.

variedade de grupos vivendo em localidades diversas e com culturas materiais diversificadas, que serão apresentadas nos capítulos posteriores. Alia-se a isso a falta de conhecimento, nos dias de hoje, sobre a perspectiva própria dos povos locais do centro-norte da Europa e levamos a uma construção monolítica dos povos germânicos, algo inaceitável a partir das percepções contemporâneas de identidade.

Tácito inicia seu trabalho apresentando os limites físicos da Germânia, situando assim a territorialidade em relação a Roma e seus vizinhos do interior. Neste fragmento, capítulo I, o autor apresenta os limites físicos os quais são constituídos pelos rios, Reno e Danúbio, para as fronteiras com a Gália e com a Panônia. Já para os limites interiores da Germânia Tácito apresenta que as fronteiras entre germânicos, sármatas e dácios seriam "... pelo receio uns dos outros e por montanhas...".¹⁰

Ao mesmo tempo Tácito apresenta os cursos destes rios ao colocar que suas nascentes e locais de deságua: "O Reno dos Alpes Réticos do inacessível vértice precipita-se em ligeira flexão ao Ocidente, dirigindo-se para incorporar-se ao Oceano Setentrional. O Danúbio do fraco e pouco elevado cimo do monte Abnoba se derrama por entre vários povos, até irromper no Ponto Euxino por seis canais..." (TÁCITO, *Germânia*, I).

Os respectivos locais apontados para os limites fluviais dos territórios germânicos seriam os rios Reno e Danúbio. O primeiro, Reno, nasce nos Alpes, e desagua no mar do norte no que seria hoje a atual Holanda. O segundo, o Rio Danúbio, teria sua nascente na Floresta Negra, Alemanha, seu curso passa por vários países até desaguar no Mar Negro.

No segundo capítulo, Tácito apresenta comportamentos ligados aos povos germânicos. O autor informa que não há tradição escrita entre eles, somente tradição oral. "Celebram em antigos cânticos, que é a única maneira entre eles de recordar os anais do deus Tristão..." (TÁCITO, *Germânia*, II). Ao mesmo tempo o autor atribui a essa divindade a origem dos seguintes grupos:

¹⁰ O trecho apresentado coloca que os limites entre dácios e germânicos se davam por não só as questões de enfrentamento como também os limites físicos, os quais representados por altas montanhas que separavam os dois grupos dessa forma explica-se o medo não só uns dos outros e também das montanhas.

Ingevões, grupo que habitava do litoral do mar do norte, da embocadura do Reno, até o mar Báltico; Hermionos, que se entendem como todos os outros povos da Germânia; Marsos, Gambrívios Suevos e Vândalos.

No capítulo III do livro, pode se ver a associação entre heróis e mitologias mediterrâneas, fundações de cidades e exploração dos territórios atribuídos aos povos germânicos. Tácito nos informa que Ulisses poderia ser um dos descobridores e fundadores de cidades nos territórios germânicos. Nesse aspecto, Tácito aponta sobre essa questão “O que não tenho intenção de confirmar com argumentos, nem de desmentir: cada um a seu talante confie ou descreia”. (TÁCITO, *Germânia*, III).

Tácito, no capítulo V, apresenta os recursos da terra com os quais os povos germânicos trabalhavam. O autor aponta que os territórios tinham duas utilidades principais quando o assunto era subsistência, cultivo de cereais e criação de gado. Neste mesmo capítulo o autor traça uma diferenciação entre os povos germânicos próximos aos limites de Roma e os que estão mais distantes “... os que nos estão mais próximos usam no comércio do ouro e da prata e conhecem nossas moedas: os do interior permutam mercadorias conforme a antiga simplicidade.” (TÁCITO, *Germânia*, V).

Ao apresentar os armamentos dos Povos Germânicos no capítulo VI Tácito aponta que: “Nem o próprio ferro possuem em abundância”, “Raros são os que se utilizam de gládios ou de lanças maiores: usam frâneas¹¹ de fino e curto ferro...” (TÁCITO, *Germânia*, VI). Nesse capítulo Tácito também aponta que há um misto de infantaria e cavalaria nos combates engendrados pelos povos germânicos. Ambos usam escudo e a lança curta, a frânea, porém a infantaria também se utiliza de dardos que são lançados na direção do inimigo.

Neste mesmo capítulo, Tácito apresenta que há um sistema de convocação de jovens para que estes participem em suas batalhas. O autor apresenta que os germanos teriam um número fixo de 100 guerreiros a serem

¹¹ Por frâneas entende-se que seriam lanças curtas que, segundo Tácito, eram a arma de escolha do guerreiro germânico.

convocados por aldeia, “Estabelecem o número: cem para cada aldeia...” (TÁCITO, *Germânia*, VI).

O autor também apresenta que o valor militar é importante, a ponto de que a deserção era punida com a exclusão do desertor das assembleias e dos sacrifícios religiosos. “É de suma torpeza abandonar o escudo, e não é permitido ao ignominioso comparecer aos sacrifícios e às assembleias...” (TÁCITO, *Germânia*, VI).

Um dos elementos mais importantes de todo o trabalho de Tácito pode ser visto no capítulo VII no qual ele descreve a estrutura social dos povos germânicos. O autor divide a estrutura de poder local em três grupos, os reis, os generais e os sacerdotes. O primeiro grupo era oriundo da nobreza local e não possuía poder absoluto. Já os generais eram escolhidos por mérito militar, ou seja, se mostrassem valor de liderança e atos de bravura teriam seu poder e admiração cancelados. Em relação ao terceiro grupo, o dos sacerdotes, Tácito nos informa que estes seriam os únicos com autoridade para punir aqueles que causaram mal a seus irmãos. Essas punições, neste caso, são irrefutáveis por possuírem um valor divino uma vez que elas são direcionadas pelos deuses germânicos.

Durante as batalhas, Tácito destaca a audácia dos guerreiros germânicos por se organizarem no campo de batalha no formato de cunha¹². Estes estimulados pelas mulheres e por seus parentes. “São para cada um as mais santas testemunhas, seus maiores louvadores: as mães e as esposas pensam-lhes as feridas; nem se arreceiam de contar ou sugar as chagas, trazem alimento e entusiasmo aos combatentes.” (TÁCITO, *Germânia*, VII).

No capítulo seguinte, o VIII, temos uma possível justificativa para as mulheres exortarem os homens a irem à batalha. Tal atitude se explica em virtude dos homens temerem ver suas mulheres caírem prisioneiras. Aqui são apresentadas duas profetizas Veleda e Aurínia que foram imprescindíveis para as revoltas germânicas. Veleda teria sido a profetisa que levou os batavos a

¹² A formação em cunha, ou formação em V, no campo de batalha serve para perfurar as defesas inimigas ou o romper as linhas de ataque do adversário. Dessa forma, Tácito ao informar que os germânicos adotam essa formação, eles sempre possuem uma postura de combate ativo, desse modo, justificando o emprego do termo “audácia” aliado a uma postura de defesa de suas famílias.

revolta durante o império de Vespasiano. Já Aurínia seria outra profetiza que, segundo Tácito, seria adorada como deusa.

Tácito, no capítulo IX, apresenta por meio da equivalência de atributos helenísticos para os deuses locais, quais divindades eram mais cultuadas do panteão germânico. Seriam eles: Mercúrio, Hercules e Marte. A essas divindades eram oferecidos sacrifícios, humanos para Mercúrio e de animais para Hercules e Marte. O autor aponta que os bosques eram locais consagrados aos deuses aonde eram adorados.

No décimo capítulo, Tácito mostra um aspecto da religiosidade germânica muito importante que seriam os augúrios e os oráculos. Eles podem ser classificados de dois modos: de interesse público ou de interesse privado. O primeiro teria sua consulta feita pelo sacerdote do grupo, já a segunda seria feita pelo chefe da família. Ambos buscam os melhores sinais para que mostrem o favor dos deuses nas questões levantadas.

Tácito apresenta alguns tipos de augúrios e sortilégios que os povos germânicos usavam. Um exemplo é a leitura da seiva, o qual consistia de espalhar a seiva de um galho de árvore frutífera sobre um pano e ler a sorte do indivíduo ou da comunidade. Outro método de interrogação dos deuses é leitura do voo e do gralhar das aves que estão a passar.

Os cavalos também são usados como meios de inferir presságios uma vez que Tácito nos informa: “É próprio desse povo experimentar também os presságios e as mensagens dos cavalos.”, “Sustentam eles nos mesmos bosques às expensas públicas, dois cavalos brancos e sem contato com o trabalho dos mortais; os quais são atrelados ao carro sagrado, o sacerdote e o rei, os seus principais cidadãos acompanham e observam seus relinchos e bramidos” (TÁCITO, Germânia, X).

Por último Tácito apresenta um meio de inferir presságios de guerra que consistia de um combate homem a homem entre o cativo de uma nação inimiga e o eleito de seu grupo, ambos lutando com seu armamento local, o resultado seria entendido como presságio.

No capítulo seguinte, o XI, Tácito apresenta como se organiza e ocorrem as assembleias dos povos germânicos. O autor discorre primeiro sobre a assembleia dos chefes o qual Tácito coloca como ocorrendo na primeira lua nova ou cheia por ser uma época mais auspiciosa. Essas assembleias seriam um processo longo segundo o autor "... dispendem dois ou três dias em se reunirem...", (TÁCITO, *Germânia*, XI). As assembleias eram presididas pelos sacerdotes, estes possuíam a autoridade de censurar os participantes.

Iniciado a assembleia, os líderes se faziam ouvir seguindo uma ordem: idade, grau de nobreza, hierarquia guerreira e eloquência. No qual segundo Tácito é a persuasão de cada um dos falantes que fazia com que se fosse ouvido à posição do falante no assunto discutido. O modo de mostrar que há aprovação sobre o que foi apontado pelo membro falante se dava pelo agitar das lanças é segundo Tácito "... é a forma mais honrada de aprovação, de louvar com as armas.".

Eram nas assembleias que se colocavam em ação a jurisdição que Tácito apresenta no capítulo XII. O autor apresenta alguns elementos da jurisdição germânica, sua escala de delitos e as punições por ele apresentadas. A escala de delitos seria dividida em dois grupos: os capitais e os leves.

No primeiro grupo, o dos delitos capitais, Tácito se preocupa em esmiuçar mais as características e punições atribuídas. Neste grupo temos a traição, deserção, corrupção e covardia como delitos puníveis com a morte. Para os dois primeiros o autor nos informa que o modo de execução é por enforcamento. Os dois últimos são puníveis com afogamento "... nos charcos sob uma grade". (TÁCITO, *Germânia*, XII).

Já no segundo grupo, o dos delitos leves, vemos a punição ocorrendo em forma de multa. Essa a ser determinada durante a assembleia e paga em certa quantia de cavalos ou gado. Segundo Tácito, seria repartida entre o Rei, ou a cidade, e ao ofendido, ou seus familiares. Além das questões punitivas a assembleia era utilizada para a eleição dos chefes locais, estes eram os responsáveis por salvaguardar as leis nas vilas das quais eram responsáveis.

Ao seguir sua apresentação dos costumes e práticas dos povos germânicos, Tácito aponta para a estrutura social dos guerreiros germanos no capítulo XIII. Aqui o autor apresenta que há um processo de integração do jovem na comunidade guerreira. “Ninguém, porém, segundo o costume das armas, poderá trazê-la antes que a cidade o tenha declarado capaz”. (TÁCITO, *Germânia*, XIII).

Esse processo pode ser entendido como o ritual de maioridade no qual o jovem deixa de ser do lar para se tornar cidadão e atuante dentro de sua comunidade; no caso a transição seria de jovem para guerreiro. Tácito aponta que o ritual de maioridade germânico acontece durante a assembleia, ocorrendo quando o pai do jovem, ou um príncipe, lhe oferta um escudo e uma lança, a frêmea cancelando assim a mudança de estatuto do indivíduo. Ao mesmo tempo em o iniciado se prova por esse ritual os valores da família também passam ao iniciado.

O valor familiar¹³ pode ocorrer de duas maneiras caso seu pai seja um nobre ou mérito individual de um de seus membros. Caso o iniciado não o se encontre nesses dois grupos há uma divisão por experiência de guerra que estrutura a hierarquia militar da seguinte forma: guerreiros experientes, provados, e os jovens guerreiros. Vemos sempre o valor militar como algo que Tácito atribui grande valor ao discorrer sobre as sociedades germânicas.

Outro elemento que demonstra o valor dos indivíduos é o séquito que o acompanha. Os chefes sempre estão acompanhados de guerreiros de valor comprovado e em grande número, os quais disputam o apreço do chefe. Tácito aponta que para os chefes terem destaque, o séquito tem de se destacar também, transcendendo a sua relevância para além do seu povo ao ganhar destaque com seus vizinhos. Aqui o autor sempre se pauta no valor militar como indicativo de status, desse modo, toda a estrutura hierárquica social das elites germânicas é fruto do poderio militar exercido pelos chefes, tanto locais quanto regionais.

¹³ Que é uma construção ativa dos indivíduos que a ela pertencem.

A seguir, no capítulo XIV, Tácito discorre com maior profundidade a relação entre os chefes e seus comandados. Tanto o chefe quanto os seus soldados têm de agir de forma valorosa em combate. O valor de um chefe deve refletir nos seus comandados mostrando assim o valor militar de ambos.

Caso não haja conflitos que possam servir de prova de valor aos guerreiros germânicos, o autor aponta que os guerreiros viajam em busca de trabalho mercenário. “Se a cidade em que nasceram, em longa paz e ócio entorpece, a maior parte dos nobres adolescentes procura aquelas outras nações que se empenham em guerra...” (TÁCITO, *Germânia*, XIV). Este apontamento é importante para entendermos, em parte, como se dá as relações entre os povos germânicos e seus vizinhos nos períodos históricos que vão desenrolar a partir da segunda metade do século II a.C.

No capítulo seguinte, o autor apresenta alguns pontos interessantes sobre os períodos em que não havia guerras. Os mais importantes seriam o trabalho nos campos, o fornecimento de tributos aos chefes e o recebimento de donativos dos povos vizinhos. De todos os três acontecimentos o mais importante dentro da perspectiva da dissertação de mestrado seria o recebimento de donativos, os quais não seriam só oriundos de indivíduos particulares, mas também dos governos.

Tácito aponta que os povos germânicos recebiam: cavalos, armas, arneses e colares assim como dinheiro. Esta última uma prática atribuída pelo autor como ensinada pelos romanos “... já os ensinamos também a receber dinheiro” (TÁCITO, *Germânia*, XV).

A seguir, Tácito se preocupa em abordar a maneira como os povos germânicos vão ocupar seus territórios. O autor aponta, no capítulo XVI, que os germanos vivem de forma isolada e esparsa em aldeias. “Moram isolados e esparsos conforme lhes tenha agradado uma fonte, um campo, um bosque” (TÁCITO, *Germânia*, XVI)

No capítulo XXI, temos uma descrição das relações sociais entre os povos germânicos no quesito amizade e inimizade, estas pautadas nas relações familiares. “É necessário ser inimigo dos inimigos do pai ou dos parentes e

amigos de seus amigos” (TÁCITO, *Germânia*, XXI). Essas inimizades eram resolvidas, segundo Tácito, com uma reparação em forma de tributação em certo número de ovelhas. Esta reparação seria um meio de manter unidos os povos e sua relação pública em meio às disputas interfamiliares.

Um meio de se estabelecer laços de amizade era por intermédio da hospitalidade e banquetes. O primeiro, a hospitalidade, era o meio de ação social mais bem visto entre os germânicos. Nenhum bom germano deixa de ser hospitaleiro com os seus hóspedes mesmo que as posses fossem poucas. Já o segundo, o banquete, é apresentado por Tácito no capítulo XXII. É nele em que se resolvem as rixas e que se conduzem os negócios. Sempre valendo as regras de hospitalidade daquele que está a oferecer o banquete.

Aqui devemos pensar como o banquete e as assembleias se interconectam. Seria no banquete em que se negociam os acordos a serem ratificados nos rituais da assembleia? Seriam os escopos são diferentes? Nos quais os banquetes tratavam de um meio de se negociar as questões locais da aldeia e as assembleias seriam os locais de reunião dos chefes e seus reis? Essas questões ficam em aberto, pois não há indícios dessa diferenciação nos fragmentos que chegaram ao tempo presente. Dessa forma, temos que problematizar esse elemento atribuído, por Tácito, aos povos germânicos mesmo que não tenhamos respostas concretas devido a essa dualidade de eventos com atribuições similares.

Após tratar sobre todos os elementos que constituem as sociedades germânicas, no capítulo XXVI, Tácito apresenta como se dá à exploração dos campos e quais são os produtos retirados da terra através da agricultura. O autor aponta que o trabalho do campo é feito pelos moradores da aldeia e que não há disputas por áreas férteis uma vez que segundo Tácito “... ocupam os campos que são partilhados entre eles, conforme a qualidade de cada um; e pode fazê-lo facilmente devido a amplitude do campo” (TÁCITO, *Germânia*, XXVI).

Após toda a organização e estruturação social dos Povos Germanos, Tácito apresenta alguns dos povos que estão além Reno. O primeiro grupo é o dos Batavos, habitam a ilha na foz do Reno e segundo Tácito “não são molestados por tributos nem vexados com os impostos: pois para deles se

servirem na guerra deixamo-nos de reserva como armas e dardos.” Aqui vemos que os Batavos estão a serviço de Roma uma vez que o autor também atribui esse estatuto aos Matíacos.

A seguir Tácito apresenta o grupo dos Catos, estes habitam as fronteiras da floresta Hercínia. Segundo o autor estes seriam os mais robustos de todos os germanos. Seu poderio militar está na infantaria que é o que os coloca na vanguarda e como aqueles que iniciam as batalhas por eles disputadas.

Após apresentar os Catos Tácito traz informações sobre os Usípios e os Tenteros, estes vizinhos dos Catos. Sobre o primeiro grupo, dos Usípios, o autor se limita a apontar a proximidade territorial com os Catos. Já sobre os Tenteros o autor apresenta que estes eram exímios cavaleiros e tinham o cavalo como objeto a ser transmitido em herança familiar não ao primogênito, mas sim ao melhor guerreiro.

A seguir é apresentado o grupo dos Bruterios, estes tinham sido destruídos por seus vizinhos e dois grupos que durante o período de Tácito ocupam os territórios sendo eles os Chamavos e os Angrivários. Tácito apresenta que muitos, segundo o autor 60 mil, dos Bruterios pereceram devido aos espetáculos romanos.

Após a apresentação dos Bruterios Tácito busca apresentar os grupos por ele mencionados acima como novos habitantes das terras por eles habitadas anteriormente. Os Angrivários e os Chamavos, estes habitavam as regiões do Reno e do mar do norte. Tem fronteiras com os seguintes grupos: Francos, Dulgibinus, Chasuares e os Frísios.

Aqui os grupos apresentados até o presente momento se encontram presentes nos textos de Tácito devido aos contatos entre romanos e germanos via ocidente, Rio Reno, “Até aqui foi o que desvendamos da Germânia pelo ocidente...” (TÁCITO, *Germânia*, XXXV) dessa forma mostrando que há rotas e espaços para contatos entre os dois povos.

No fragmento seguinte Tácito comenta sobre os Cheruscas e os Fingos. Grupos germanos que viviam vizinhos dos Chaucos e dos Catos, o primeiro grupo não estava envolvido em conflitos e nem eram atacados, servindo-se da

vantagem de um momento de paz. Os já os Fosos não teriam tido a mesma sorte dos Cheruscos “... os Fosos, povo vizinho, seus companheiros na adversidade, não havendo participado da sua prosperidade.” (TÁCITO, *Germânia*, XXXVI).

Tácito ainda aponta uma série de outros grupos germanos ao longo dos fragmentos restantes vale ressaltar três fragmentos, o XXXVIII, XLI e o XLII. No fragmento XXXVII Tácito apresenta o grupo dos Suevos, os quais compreendem uma série de grupos menores que se identificam como pertencentes a esse grupo maior¹⁴.

Um elemento distintivo desse grupo, segundo Tácito, seria o cabelo amarrado com um nó, que os distinguem entre os outros grupos germanos e entre si, com a divisão entre nobres e servos. Como visto nos comentários da guerra da Gália esse grupo é um dos mais atuantes de guerras, incursões militares e distúrbios que serão vistos na Gália e nas possessões romanas e de seus clientes.

O fragmento seguinte a ser mencionado, o XLI, nos mostra uma mudança de referencial geográfico importante para o prosseguimento do trabalho e mostra a amplitude geográfica dos territórios da Germânia. Tácito apresenta as populações germanas que tem suas fronteiras com Roma a partir do Rio Danúbio. Seguindo uma ordenação de distribuição geográfica partindo dos povos próximos a fronteira com Roma e caminhando para os mais distantes sempre focando nos grupos fronteiriços aos que foram apresentados anteriormente seguindo o seguinte esquema, fragmento XLI apresenta os Hermunduros, e o XLII apresenta os Marcomanos, estes vizinhos dos Hermunduros ambos os grupos estão nas fronteiras do rio Danúbio.

O primeiro grupo das fronteiras do Danúbio, o dos Hermunduros é um grupo amigo de Roma, que tem seus contatos com o Império Romano a partir do rio Danúbio na porção fronteira na qual se encontra a província da Rhétia, é em seus territórios, segundo Tácito, em que se encontra a nascente do rio Elba. Por último temos o fragmento XLII no qual Tácito apresenta os grupos,

¹⁴ Desse modo se entende os Suevos como um grupo, uma confederação, de nações menores que possuem uma identidade comum. Explicitas no uso do termo suevo como amalgama dessas pequenas nações.

vizinhos, aos Hermunduros são eles os Nariscos, os Marcomanos e os Quados. Segundo Tácito os Marcomanos eram os mais poderosos, e que foi pelo poderio militar que se tornaram donos dos territórios que estão em sua posse. Segundo Tácito estes grupos, junto dos Hermunduros fazem parte da fronteira da Germânia no Rio Danúbio.

Comparativamente ambos os textos se mostram bastante elucidativos quanto a certos elementos das sociedades germanas, estes se mantêm os mesmos em termos gerais. Novos grupos são vistos que não eram atuantes durante o período de contato de Cesar, mostrando que há mudanças entre eles, ou que a natureza das informações obtidas por Tácito tenha sido maior, em quantidade, o que indicaria mais contatos entre romanos e germanos.

Mesmo com a mudança de grupos os princípios sociais se mantêm inalterados ao longo dos séculos. Princípios como o valor social do guerreiro e a hospitalidade se mantêm como valores centrais das sociedades germanas. Assim como a permanência das disputas e incursões militares como motor dos contatos de Roma com os Povos Germanos.

O texto de Cesar ele é cronologicamente restrito ao período de sua atuação como Consul e General na Gália desse modo vemos especificidades que não são vistas nos fragmentos do texto de Tácito. Porém o texto de Tácito é mais amplo nas análises sociais dos grupos germanos e também nas informações quanto aos grupos que fazem parte dessa região denominada Germânia.

Temos que ponderar a distância cronológica em que se encontram os dois textos o primeiro, o texto de Júlio Cesar, é escrito no final do primeiro século antes de Cristo já o texto de Tácito é escrito no início do segundo século depois de Cristo, portanto estão separados por quase dois séculos. Tácito teve não só referências de testemunhas oculares, mas também do próprio texto de Cesar que é referenciado pelo autor em um de seus fragmentos¹⁵.

¹⁵ Fragmento XXXVII especificamente.

Capítulo II

Da Romanização aos estudos de fronteira Discutindo o Império Romano e seus vizinhos: como Roma age e negocia com o mundo ao seu redor

Romanização, conceito, histórico e a perspectiva dos estudos do além fronteira.

A romanização, como conceito e perspectiva analítica tanto da história quanto da arqueologia, surge no contexto do século XIX. Essa perspectiva parte da projeção dos impérios modernos e sua estrutura ideológica, de civilização, poder civilizatório, para a história de Roma.

Desse modo, há estudos que primam pelo foco no papel expansionista do exército romano, este o agente dispersor dos elementos culturais característicos do ser romano, foco principal da noção de romanização, outros focam na construção de modelos analíticos para a construção de características comuns da todo o império que definiriam o ser romano, base estrutural do conceito de romanização.

A romanização acaba por encontrar campo fértil na Europa ocidental, já que os impérios de maior poder surgem nesta região do mundo, destaque para o Império Britânico. Esta nova ordem política acaba por influenciar as perspectivas de historiadores e arqueólogos sobre Roma, seu processo expansionista, de organização política e social.

P. W. M. Freeman em seu artigo intitulado “Mommson to Haverfield: the origins of studies of Romanization in late 19th-c. Britain”, nos traz um histórico sobre o tema romanização a partir de 3 autores, Theodor Mommsen, Henry Pelham e Francis Haverfield. Mommsen em seu trabalho sobre a história de Roma se torna um exemplo da associação mítica que os historiadores do século XIX fazem dos estados nação, Freeman aponta:

“Mommson saw rome’s unification of Italy as the model for German unification. For him, this event represented the high point of Italian/Roman culture;everything afterwards was corruption”

Com essa perspectiva, surge a construção de que o processo expansionista romano teria ocorrido de forma reativa, produto da percepção de que este processo estaria na origem do declínio romano (FREEMAN, 1997, p. 30).

Outro elemento importante no trabalho de Mommsen, segundo Freeman, é a busca por elementos romanos comuns às províncias, buscando construir padrões de mensuração da penetração e da importância de traços culturais romanos nos territórios provinciais. Para Mommsen, traços importantes para esta mensuração seriam a cidadania, língua, moeda, entre outros (FREEMAN, 1997, p. 31). A busca por estes traços está fundamentada nas perspectivas de construção de identidades culturais, civilizatórias, bastante comuns na noção de impérios modernos.

Mommsen se torna figura bastante relevante na Inglaterra do final do século XIX. Henry Pelham e Francis Haverfield são expoentes dessa perspectiva da romanização do século XIX. Pelham possui uma perspectiva importante a partir do interesse em estudar as fronteiras da Bretanha romana. Aqui há outro elemento forte do processo de construção da noção tradicional de Império Romano: a delimitação das fronteiras. Outro elemento importante que Pelham cunha é a incorporação dos conhecimentos e métodos oriundos da academia alemã (FREEMAN, 1997, p. 37).

Richard Hingley aponta o processo de romanização como um produto da comparação entre o Império Romano e o Império Britânico, e a subsequente construção de modelos analíticos que buscam no Império Romano as origens dos impérios modernos do século XIX. Haverfield teria sido um expoente com o seu trabalho sobre o processo de romanização na Inglaterra. (HINGLEY, 1997, p. 82). A romanização, segundo Haverfield, seria um processo gradual, progressivo e de amplo espectro, atingindo todas as camadas sociais. O processo de adoção de uma cultura material estaria ligado diretamente a identificação dos indivíduos a Roma. Martin Millet traz ao conceito de romanização a percepção de que é uma relação entre a elite local, que adota a cultura romana para si como um meio de distinção social e prestígio na esfera local, as camadas populares não eram o foco de sua perspectiva analítica (HINGLEY, 1997, p. 82-83).

O processo de romanização nos moldes do século XIX, não só possuía um aspecto de difusão cultural e ideológica, como também produz a percepção de que os limites, seriam um produto da delimitação do romano em contrapartida à do não romano.

O caráter identitário está fortemente imbuído na noção de romanização, porém, esta categorização de traços culturais monolíticos não é verdadeira. Assim, estruturalmente, o conceito de romanização se torna falho devido à pluralidade de modos como os traços culturais romanos foram entendidos e utilizados nas realidades locais das populações submetidas ao poder romano.

Os graus de contato também definem parte da forma com que se utiliza, ou não, práticas e objetos de origem romana. Assim como podemos ver em certas práticas específicas em cada província do império, há como traçar as variações na recepção de traços romanos. Da total assimilação e hipérbole de práticas nas cidades das províncias fronteiriças, a total manutenção de traços indígenas como forma de resistência a dominação romana (HINGLEY, 1997).

O caráter plural da cultura material provincial romana torna a generalização, presente no termo romanização, algo deficitário para compreender as diversidades presentes na vida das províncias, estas possuidoras de especificidades que criam distinções e complexidades muito particulares, próprias mesmo à cada província. Desse modo, há os efeitos da generalização como um impacto das necessidades e propostas tanto presentes em Haverfield quanto em Millet e em tantos outros autores deste período, (HINGLEY, 1997, p. 83).

É a partir dos anos 90 em que temos um crescente questionamento da romanização como conceito na área da arqueologia a partir dos estudos pós-coloniais. Os questionamentos das perspectivas propostas pelos primeiros estudiosos surgem nos estudos de fronteiras, na busca para levantar os graus de recepção ou não aos traços culturais de matiz romano, as apropriações e resistências (VAN DOMMELEN, 2011).

No Brasil, temos as discussões centradas não somente na busca por apontar as novas perspectivas com as reflexões causadas pelo movimento dos estudos pós-coloniais, (MENDES, 2007), (PINTO, 2007) e (SILVA, 2011). Ao

mesmo tempo, temos reflexões específicas trazendo uma visão crítica ao conceito de romanização a partir do modo como Roma age politicamente nas províncias (MENDES, BUSTAMANTE & DAVIDSON, 2005).

Dentro dessa perspectiva dos estudos pós-coloniais e do questionamento da visão imperialista de Roma na primeira metade do século XX temos uma revisão sobre o papel da fronteira. C R. Whitaker é importante no tocante a compreensão da fronteira como uma zona de contato. Vemos que Roma tinha suas necessidades as quais podem ser de caráter econômico, social ou político e isso pautava os contatos (WHITAKER, 1994).

No norte e centro da Europa os resultados dos contatos são muito mais ligados a influência da cultura material romana nas negociações de poder na esfera local, do que necessariamente na noção de uma adoção vinculada a necessidade de se afirmar perante o poder romano, este longe de suas fronteiras. Essa relação entre Roma e os locais na ótica da cultura material não possui de elementos romanos de fácil atribuição desse modo o impacto é pouco percebido se não buscarmos uma perspectiva de longa duração.

Com isso temos que ponderar como as relações de trocas entre Roma e os povos locais se tornam marcadores de um processo de adoção, ou não, de traços e práticas de origem romanas. Objetivamente temos que ponderar se há adoção de uma produção própria de moedas e a criação de um sistema monetário pelas populações locais.

Neste caso em especial não há adoção necessariamente de uma padronização monetária ou o uso de discos de metal para trocas, assim não há influência cultural nos modelos, econômicos locais, por parte de Roma e sua autoridade emissora no período estudado.

Bondiani aponta o processo que leva ao alargamento do termo romanização e sua subsequente problematização uma vez que:

“Romanização” não deve mais ser entendida como o “tornar Romano”, mas sim como múltiplos processos de negociação de identidades, de ressignificação e adequação de objetos e símbolos de

uma cultura para outra levando a criação de novos elementos – ou se não de uma nova cultura – que não são puramente Romanos ou Provinciais. (BONDIANI, 2011)

Ao mesmo tempo não podemos deixar de ressaltar que contatos ocorreram conforme a presença desses objetos nos contextos locais destacados pelos pesquisadores, tanto da Polônia como Dinamarca. Eles apontam que houveram situações de contato entre os povos locais e Roma ao mesmo tempo isso não significa que há uma adoção dos elementos constituintes de toda a esfera da produção monetária e sua lógica por parte dos povos locais (BURSCHE, 1996)

Os impactos e usos locais para nossa pesquisa são importantes uma vez que a cultura material, possui uma agência determinada por seus usuários. Assim não podemos entender a presença das moedas em contextos do centro e norte da Europa como indicativos de romanização, ou da presença de práticas romanas. A adoção das moedas romanas nos contextos apresentados são indicativos de práticas locais.

Para o estudo da numismática em contextos do norte e centro da Europa devemos partir das pesquisas oriundas mais recentes sobre fronteiras romanas, como elas se estruturam e servem de meio de interação entre Roma, os povos locais e além fronteiras.

As fronteiras zonas de contato e interação entre o romano e o não romano.

Richard Hingley na introdução do livro, *Romans and Barbarians Beyond the Frontiers Archaeology Ideology and Identities in the North*, publicado a partir das apresentações nos congressos de teoria arqueológica romana (TARC) de 2013 e 2014, onde aponta que o início dos estudos sobre as fronteiras romanas está pautado no contexto histórico do século XIX. Tal estudo é estruturado fortemente em uma interpretação das fontes históricas textuais, disponíveis aos autores do desse período (HINGLEY, 2017, p. 20-21).

A noção de Estados Nação, que surge no século XIX, traz a construção da noção de fronteiras como limites físicos, políticos e étnicos, nos quais se

baseiam uma estratégia de controle dos impérios europeus do século XIX (HINGLEY, 2017, p. 22-23). Desse modo, Roma é compreendida como uma força civilizatória, que possui uma estratégia de fronteiras definida e que busca delimitar as fronteiras a partir do princípio de exclusão do não romano. Algo que C.R. Whittaker busca questionar ao analisar a história da construção dos limites de Roma e de sua atuação já em 1994 no trabalho *Frontiers of the Roman Empire, A Social and Economic Study*.

Hingley aponta que a construção indentitativa, bem definida, de romanos e “bárbaros” serve de base ao discurso do século XIX de progresso e desenvolvimento civilizatório (HINGLEY, 2017, p. 21). Esta foi a pedra angular do conceito de civilização que os impérios do século XIX usavam para suas expansões para África e o sudeste asiático. Essa perspectiva domina o século XIX e o início do século XX.

Com o passar do tempo e de forma geral, os estudos de fronteira se pautaram e ainda se pautam em algumas perspectivas amplas, como o papel do exército na dispersão e captação de bens e cultura material dentro da zona de fronteira e o impacto em uma sociedade na qual a noção de civis e militares acaba por se fundir (HINGLEY, 2017, p. 23).

As visões correntes nos estudos sobre fronteiras do Império Romano, partem de uma perspectiva centrada na busca por compreender os mecanismos romanos de atuação no *limes*; estes resultam em uma dispersão de cultura material romana que não deve ser interpretada de uma forma monolítica. Deste modo, compreendemos que a inserção da cultura material romana em território não romano pode ser interpretada e usada em novas relações mais condizentes com as realidades das sociedades locais. Assim, Hingley aponta que os estudos da cultura material romana além dos limites do Império se tornam importantes caminhos de pesquisa.

Aqui temos que destacar as teses de doutorado de Aleksander Bursche de 1987 e a de Thomas Grane de 2007, ambas buscando compreender o impacto local, as interpretações históricas e as práticas locais nas quais estão inseridas a cultura material romana que transcende os limites de Roma. Bursche estuda os períodos de ocorrência das moedas romanas em território polonês,

suas características tipológicas básicas e interpretações do porquê desse material ter surgido no período da antiguidade tardia. Já Grane busca compreender a ocorrência de importados romanos no sul da Escandinávia, sob uma ótica que visa estabelecer justificativas históricas para este material no tocante à percepção de contatos entre o sul da Escandinávia e o mundo romano.

Hingley aponta que os estudos de fronteira estão muito pautados em dois temas gerais: as populações que vivem nas zonas de fronteira do Império Romano e a estrutura física que dá base de sustentação para o controle imperial. Para o primeiro tema, o autor aponta que há uma estrutura teórica forte que sustenta as pesquisas, para o segundo há poucos estudos baseados na teoria (HINGLEY, 2017, p. 22). Nesse contexto, é importante frisar que a nossa pesquisa dialoga mais com o debate sobre as fronteiras romanas a partir da compreensão dos processos que levam a ser um local de difusão de objetos romanos para o além-fronteiras.

Temos o cuidado de buscar este conhecimento dentro de uma perspectiva que dê o devido peso ao Império Romano, como dispersor de cultura material, e ao mesmo tempo como ocorre à recepção deste material pelos povos locais, buscando compreender como ocorre a interação entre cultura material romana e locais. Desse modo, visamos compreender a discussão acerca de fronteiras e dos processos históricos que levaram a circulação das moedas para além dos limites de Roma.

C.R. Whittaker no seu livro *Frontiers of the Roman Empire, A Social and Economic Study*, aborda de forma histórica não só as relações e processos que constituem as fronteiras do Império como também busca levantar parte dos estudos que tinham sido feitos até o período da publicação do livro.

Para entendermos as fronteiras, Whittaker aponta a necessidade de fazer uma reconstrução da historiografia das mesmas. Aqui vemos como a noção de impérios e imperialismo britânico influenciam diretamente a leitura que se faz das fronteiras romanas. Deste modo, elas seriam linhas dividindo o espaço entre civilizados, os ingleses, e os não civilizados vistos na forma das populações locais dos territórios controlados (WHITTAKER, 1994, p. 2).

Podemos ver que os componentes civilizatórios em um território colonizado se estruturam da seguinte forma: primeiro estabelece o poder civilizador, depois iniciam negociações as quais visam estabelecer os limites físicos desse espaço denominado colônia, a seguir estrutura-se um meio de controle político, econômico e social desse novo espaço.

Dentro dos elementos de controle, a noção de civilização como algo bom e barbárie como algo ruim surge caso haja a necessidade de supressão dos agentes locais. Ao mesmo tempo, essa noção maniqueísta também se torna um meio de justificar a construção de limites físicos e ao mesmo tempo de defender estes, as fronteiras se tornam um meio de exclusão do outro. Isso se torna bastante aparente na forma como os historiadores veem as fronteiras dentro da perspectiva do século XIX e contaminam a noção de limites no Império Romano.

Whittaker aponta que as fronteiras teriam certas atribuições para os pesquisadores do século XIX: elas seriam um meio de exclusão do não romano, ou seja, o bárbaro, e que os trabalhos de fortificações nos limites do Império Romano teriam sido feitos com esse intuito (WHITTAKER, 1994, p. 3).

Essas fronteiras físicas não são a única contribuição nesse período para os estudos sobre Roma. A ideologia colonial também teria tido uma forte ação na maior delimitação do período que é a fronteira entre o civilizado e o bárbaro. Aqui podemos chamar de *o início da construção da noção de romanização*, no seu sentido clássico imperialista, a construção da ideia de que Roma teria uma missão civilizatória (WHITTAKER, 1994, p. 4).

Outro componente importante do entendimento de Roma como uma potência imperial na visão dos acadêmicos do século XIX, segundo Whittaker (1994, p. 6), teria sido a geografia política de Ratzel na qual os estados teriam que se expandir para que não entrassem em declínio. Alia-se a esse trabalho a noção de fronteiras estáveis como sinal de fraqueza e temos os fundamentos para as análises iniciais do expansionismo romano e a noção dos limites físicos do Império como absolutos, imutáveis e por consequência sinais do fim. As fronteiras do Império Romano possuem certos processos que vão caracterizar práticas e entendimentos das mesmas sob uma ótica distinta da projetada pelos pensadores do século XIX.

Whittaker apresenta os aspectos práticos, religiosos que estão ligados à maneira como Roma age para com os seus limites. Existe uma construção mental romana estruturada em vários pontos e que fundamenta as ações e o entendimento dos limites romanos.

O primeiro ponto dessa mentalidade é a cosmologia, ou seja, como Roma irá perceber e entender os espaços na maneira de como os representar. Nesse sentido, existe uma valorização de estudos que detalhassem o espaço e as terras sempre buscando a ordem, harmonia e limites científicos, ou ideológicos conhecidos. Isso leva a construção de conhecimentos sobre as áreas centrais e periféricas, no tocante a delimitação dos espaços ocupados tanto por romanos quanto por povos vizinhos. Os estudos dos autores antigos focavam mais nos grupos periféricos e negligenciavam os espaços naturais não ocupados por estes grupos. Assim, existiam grandes áreas, desocupadas, que foram alvo de distorções e equívocos cartográficos devido a uma ação de subestimar as distancias entre centro e sua periferia (WHITTAKER, 1994, p. 12-13).

O segundo ponto é a noção de que os espaços entre as fronteiras e os centros são percebidos através do poder o que não corresponde necessariamente um controle presencial do espaço (WHITTAKER, 19994, pp. 14-15). Aqui o poder romano é visto como sem limites no qual Roma não teria interesse na ocupação dos territórios limítrofes e além, essa visão é fortemente pautada durante os períodos de Júlio Cesar e Augusto, o que indica uma construção ideológica a qual mostra o ímpeto romano e ao mesmo tempo a força de Roma que transcende seus limites operacionais (WHITTAKER, 1994, pp.16-17). Essa construção resulta na noção de território administrado por Roma e os povos externos que são sujeitos, mas não valem o esforço para anexação (WHITTAKER, 1994, p.17).

Outro elemento importante é o próprio termo província o qual teria significado duplo. Whittaker argumenta, que província pode ser entendido como uma forma de organização espacial, com dimensões geográficas, e espaço de poder sem limites geográficos. Aqui é importante a noção do poder e o território como partes do mesmo conceito, porém, ligadas a aspectos diferentes. Primeiramente, são nas províncias em que o poder romano será exercido e ao

mesmo tempo é o meio de estruturar os mecanismos de administração que vão permitir o exercer deste poder. O modelo de controle pautado no sistema de províncias será o foco principal das relações romanas nos primeiros séculos do império (WHITTAKER, 1994, pp.17-18).

Considerem-se também as técnicas de divinização e mensuração dos espaços. Estes são meios com o qual Roma abordava não só o espaço ocupado e dominado como também os espaços além-domínio físico. Whittaker (1994, p. 19) aponta que a prática de *limitatio* surge como meio determinar um espaço e purificar o mesmo. Nesse aspecto temos a determinação de um espaço físico consagrado por rituais religiosos.

O exemplo mais emblemático seria dos rituais de consagração das cidades provinciais romanas. Mary Beard, John North e Simon Price no capítulo *Roman religion and Roman Empire* no livro *Religions of Rome* apontam que o rito fundacional da cidade, com status de colônia, possuía um caráter mítico ao retomar a fundação da cidade de Roma por Rômulo (1998, p. 313).

A valorização desse processo está fortemente ligada ao período entre o domínio de Júlio Cesar e seu sucessor Otávio Augusto, no qual os limites estariam sendo delimitados como um meio de controle interno a partir da vitória de Cesar e posteriormente da vitória de Augusto (WHITTAKER, 1994, p. 19).

Para os romanos, argumenta Whittaker, há dois modos de se estabelecer limites em Roma. O primeiro seria através do cercamento do espaço consagrado, no caso seria esse o espaço controlado por Roma e ocupado por seus cidadãos. Este meio de estabelecer os limites é praticado através do ritual religioso de delimitação dos limites da cidade, por exemplo. Nesse há clara distinção uma vez que é através dos rituais praticados que vemos uma organização ritual e religiosa do espaço a ser ocupado diretamente pelos romanos.

O segundo seria a delimitação de fronteiras militares, aqui o definidor dos limites seriam marcadores naturais, rios, montanhas, entre outros. Aqui há uma importância na determinação de limites, sejam eles territoriais administrativos ou, dos limites além dos territórios administrados por Roma. Desse modo a relação

com o espaço é dual entre o controlado por Roma e o não controlado, que um dia virá a ser devido ao caráter expansionista de Roma no período entre o final da República e o início do Império (WHITTAKER, 1994, pp. 19-21).

Whittaker reforça essa questão do poder quando aponta que não havia no período republicano a noção de uma política de fronteiras, no sentido de demarcação de territórios físicos e isolados. O caráter expansionista de Roma não permitia esse pensamento, por mais organizado que fosse a estrutura de poder e de organização do espaço.

Essa lógica expansionista que não apoiava uma perspectiva de construção de fronteiras estrutura o poder como definidor dos limites físicos (WHITTAKER, 1994, p.27). O caráter ideológico do poder supera a construção do espaço físico no qual ele opera. Essa contradição, entre o poder e o espaço físico organizado no qual opera, é fruto do caráter dual e por vezes contraditório do termo província como espaço organizado e meio de controle e poder sobre este espaço (WHITTAKER, 1994 p. 28).

Com a ascensão de Augusto, o interesse em se ter maior eficiência na coleta de impostos, reverbera-se com a organização do espaço. Ao mesmo tempo, a expansão que está em vigência desde o século II a.C. – o que leva a uma valorização da expansão do Império – é mantida por Augusto (WHITTAKER, 1994, p. 32).

O processo de expansão sem limites permanece o foco central a partir da ideologia do Império, o que fundamenta a noção de que o bom imperador é aquele que expande. Vários desses projetos de expansão serão vistos nas fontes que Whittaker aponta, como por exemplo, o projeto de anexação de duas províncias ao norte do Danúbio e a conquista da Mesopotâmia por Trajano. Aqui a tradição de expansão transcende a barreira ideológica entre romano e bárbaro, argumenta o autor, em que historiadores deixam claro a valorização da tradição expansionista romana (WHITTAKER, 1994, p. 37).

Whittaker divide seu trabalho entre as fronteiras do Oeste e do Leste para nós, em especial, as fronteiras do Oeste são as que nos interessam em particular; as do continente europeu, marcadas pelos rios Reno e Danúbio e os

contextos históricos pertencentes ao início do governo de Otávio Augusto. Aqui Whittaker aponta uma série de conflitos militares, os quais foram enfrentados por Augusto. Ao período de sua ascensão, as incursões germânicas estavam ocorrendo e sua resposta foi a de atravessar o Reno na intenção de chegar ao mar do Norte partindo do rio Elba, porém, essas incursões foram bloqueadas por volta de 4 d.C. (WHITTAKER, 1994, p. 38).

Para os limites do Danúbio o processo de expansão ocorre no mesmo período, Whittaker aponta que a expansão não teria acontecido a partir da premissa da busca por fronteiras e sim como uma forma de impedir que os povos locais migrassem rumo às províncias romanas, aqui no sentido de espaço, uma vez que – no sentido de poder – Roma teria direito a ser soberana dessas gentes. O Danúbio, segundo Whittaker, seria um divisor entre o controle interno e externo de Roma e não o limite dele (WHITTAKER, 1994, p. 43).

Devemos ponderar como esse controle indireto se dá através do clientelismo, conceito romano segundo o qual visava-se a cooptação das elites locais para a esfera de poder romana: em troca de certas benesses recebidas, as elites locais converter-se-iam em estados clientes de Roma, ou *foederati*, que teriam obrigações estabelecidas através de diplomacia e em certos momentos a guerra. Essas uniões permitiam certa autonomia para os grupos locais, porém, na perspectiva romana, essas alianças e seus líderes eram parte do Império Romano (WHITTAKER, 1994, p. 44).

O projeto de *limes* surge com a organização da dinastia flaviana, mas com intuito de demarcar um limite administrativo. Já no caso do Danúbio, por mais que as fortificações estivessem sendo erguidas, elas eram organizadas nas margens deste rio; tratavam-se de parte das rotas de suprimentos (WHITTAKER, 1994, p. 46). Dentro do histórico da noção de fronteiras romanas visíveis Whittaker argumenta que o senso comum aponta para Adriano e Antonino Pio como os representantes máximos dessa prática, porém, Domiciano é quem inicia a construção da cadeia de fortes na Germânia e que teria sido continuado por Trajano ao invés de Adriano e Antonino Pio (WHITTAKER, 1994, p. 47).

Como apontado, não há indícios dentro das perspectivas romanas, tanto históricas, quanto arqueológicas que as fronteiras fossem como pensamos

atualmente. Deste modo, vemos como Roma não possuía perspectivas ideológicas nem práticas que compreendessem os limites como forma de exclusão. Aqui os limites não são políticos e nem de poder como apontado antes, eles são meramente limitações de escopo de atuação direta ou indireta do poder de Roma sobre seus súditos, sejam eles romanos das províncias, clientes ou romanos da cidade de Roma. Uma vez que o *limes* não se trata de uma linha estática e limitadora do espaço romano e do espaço do não romano, como entender o porquê das fronteiras pararem nos limites entendidos como máximos?

Whittaker propõe que primeiro vejamos a história da fronteira tanto no seu aspecto científico quanto natural (WHITTAKER, 1994, p. 60). Do ponto de vista das noções modernas de fronteiras tanto naturais, quanto científicas, temos que ver como na história de Roma as fronteiras são percebidas e constituídas. Num primeiro momento temos a noção de que as fronteiras de Roma foram parte de uma única ideia, modo de operação e constituição, porém, Whittaker questiona essa noção de grande estratégia de fronteiras proposta por Luttwak (WHITTAKER, 1994, p. 63).

Whittaker, na questão de grande estratégia de fronteiras, aponta que romanos não possuíam o intuito de usarem as fronteiras como meio defensivo, uma vez que as escolhas para os locais de fronteira não possuíam valor tático nem coerência dentro do espectro militar (WHITTAKER, 1994, p. 66).

Outro elemento importante para uma estratégia é a informação sobre os territórios a serem conquistados. Nesse aspecto, Whittaker aponta que há uma grande falha no levantamento cartográfico para que servisse de base para a tomada de decisões dos imperadores romanos. Deste modo, ocorrem ao longo da história de Roma certos erros nas empreitadas expansionistas do Império Romano (WHITTAKER, 1994, p. 67).

As fronteiras no Império são vistas de uma forma prática a construir um sentido mínimo de jurisdição, a lei de *postliminium* surge como exemplo. Ao mesmo tempo, há a ideologia de que Roma não possuía limites, uma vez que nos textos não existem referências a limites e nem a marcadores destes (WHITTAKER, 1994, p. 68).

A relação entre expansão e fronteiras, no mundo romano, está ligada em certo grau ao desejo por glória dos generais que estavam no comando das legiões romanas. Desse modo, a expansão não possuía uma justificativa, racional, que levasse em conta aspectos como: economia, geografia ou vantagens estratégicas militares. Assim, as expansões possuíam um caráter imprevisível, orgânico e dos interesses pessoais dos imperadores e generais de Roma.

Esse caráter também é visto na construção dos fortes e paliçadas que fazem parte do aparato de controle dos limites do Império. Devemos fazer um breve apontamento sobre as visões das fronteiras do Danúbio, apresentando um caso específico o da Dácia Porolissensis. No século XIX, os arqueólogos romenos caminhavam para uma negação da origem romana dos marcadores do *limes* do Danúbio. Desse modo, os primeiros estudos sobre as fronteiras romanas na região se mostram controversos (HORATIU, 2016, p. 43).

Fig. 2. Mapa com destaque para as cidades nas províncias da Pannônia e Dácia, na qual Porolissum se encontra. **FONTE:** <http://numismatics.org/ocre/maps>.

Já no século seguinte, o XX, os estudiosos criaram a noção de um limite contínuo, sem interrupções, que era constituído não só de fortes, mas também de paliçadas defensivas que vinham unir os pontos representados pelas fortificações guarnecidas. Essa visão acaba sendo contestada uma vez que os

estudos mostram impossibilidade da construção de uma fronteira linear para regiões de montanha (HORATIU, 2016, pp. 44-45).

Horatiu aponta que no caso da fronteira da Dácia Porolissensis, as construções foram feitas seguindo a topografia. Desse modo, as fortificações na região são inconstantes quanto a seu caráter linear ao seguir a topografia do terreno, adequando, assim, as construções, à variação da paisagem.

O autor aponta que o sistema de fronteiras nessa região do Danúbio consistia de fortes e torres de vigia. Ao mesmo tempo esta estrutura que, por horas soa como defensiva, não tem este caráter. Para o autor, o controle exercido por estas estruturas é muito mais de circulação de bens e pessoas do que de uma zona militar de exclusão (HORATIU, 2016, p.49).

Desse modo, temos que repensar a relação com os limites do Império Romano. Aqui Whittaker aponta a diferença entre as linhas que determinam os limites do Império e as terras que são os confins do Império. Para o primeiro, o autor aponta que é um meio de separação e diferenciação entre dois grupos, o limite da administração e da burocracia. Já a zona de fronteira busca unir os grupos culturalmente diferentes (WHITTAKER, 1994, pp. 73-74). Essa união de grupos culturalmente diferentes será pautada na busca por atender as demandas do Império Romano, como na necessidade por bens e gêneros alimentícios.

A noção de grupos culturalmente bem definidos não se aplica às regiões limítrofes europeias já que as distinções culturais e entre grupos gauleses e germânicos não possuem respaldo na arqueologia. A integração promovida entre os grupos diversos, que estão agindo na Alemanha, nos impede de categorizar estes grupos de maneira mais enfática. Dessa forma, não podemos falar de fronteiras étnicas muito menos físicas uma vez que há uma aproximação e criação de novos aspectos dentro de um grupo que teria assimilado elementos de novos atores sociais na região (WHITTAKER, 1994, p. 75).

Assim, temos que nos perguntar sobre os marcadores de fronteira, na forma das fortificações, qual é o seu propósito? Whittaker aponta que marcadores como a muralha de Adriano teriam intuito de controlar a

movimentação de gente indo e vindo para e além dos territórios organizados e controlados por Roma (WHITTAKER, 1994, p. 83).

O que existe é uma manutenção do sistema de controle indireto das regiões próximas através do sistema de criação de sociedades tributárias à Roma ou reinos clientes. Assim, a perspectiva dos limites de controle direto de Roma transcende com a construção de relações através das elites locais além Reno e Danúbio. (WHITTAKER, 1994, p. 84).

Essa é a única diferença que podemos apontar, mesmo que de maneira indireta. Há uma distinção entre o modo de controle do espaço, assim como a maneira que ele é estabelecido no quesito dos limites físicos do Império. De um lado aonde o poder político romano se faz presente em sua maneira plena, com as divisões físicas e construção do *modus operandi* baseado na noção de províncias temos o controle direto por meio de governadores e de um aparato de controle tributário e social.

Já nos limites de Roma, o controle político é feito através da negociação entre grupos locais e o Império por via das relações de clientelismo, isso não assegura uma pacificação plena ao longo do tempo. Estas negociações visam os interesses romanos sem controle direto por parte do aparato do estado imperial.

Dentro dessa ausência de controle direto e burocrático romano, o único garantidor de que essas relações se façam cumprir em sua totalidade é o exército. Ao longo da história das relações com os povos locais o exército será usado em inúmeras revoltas tanto nos limites quanto dentro do território de controle pleno de Roma, como meio de manter o domínio e os interesses romanos nestes locais. Desse modo, temos que entender que as relações entre os povos além dos limites do Império e Roma são no mínimo instáveis.

Um elemento importante para compreendermos a atuação militar nos limites do Império são as linhas de suprimentos, elas são constituídas pelos rios a exemplo do Reno e Danúbio, para os limites europeus (WHITTAKER, 1994, pp. 98-99). As fronteiras são uma zona de contato e diálogo com o exército

atuando, como apontado anteriormente, um agente desses contatos entre povos vizinhos e Roma.

Os aspectos de logística são um elemento importante nos estudos de fronteira e nos explicam quanto a questão da importância dos rios. O exército se torna dependente de uma estratégia organizacional e de uma estrutura de pessoas para as necessidades de bens indispensáveis para a manutenção dos limites. Uma vez que os indivíduos vão habitar essas regiões eles têm a necessidade de bens e cereais para que possam ocupar as regiões de fronteira de forma satisfatória.

Martin Lemke, ao apresentar as questões de logística da fronteira do Danúbio, clama por uma grande estratégia de fronteiras, algo questionado por Whittaker a partir da espontaneidade com que o Império opera sua expansão. Porém, não podemos negar que a infraestrutura, da qual a logística depende, é fortemente amparada em uma estrutura organizada e bem delimitada. De depósitos a uma estrutura de cobrança de impostos, na forma de alimentos, há uma estrutura e um meio de operação bastante definido com cargos específicos para o trabalho e implementação logística (LEMKE, 2016, pp.11-12)

Essa logística era implementada por certos indivíduos especialistas como os *frumentarii* e os *annona militaris*, os membros dessas categorias teriam sido recrutados em um primeiro momento entre os próprios legionários. Estes dois grupos teriam a função de obter cereais para consumo das tropas estacionadas nos limites e ao mesmo tempo com a sua circulação gerir o trânsito de mensagens e informações na região (LEMKE, 2016, pp.12-13).

Aqui devemos apontar que por mais que os bens perecíveis tivessem uma produção local, há comércio de bens de longa distância. Whittaker ao apontar os estudos sobre as rotas de circulação do óleo Bético para o exército romano na Germânia passam por rotas de rios no eixo do Reno. Essas rotas surgem a partir da instabilidade da produção e gêneros alimentícios nos locais aonde estão estacionadas as legiões. Esta instabilidade resulta na construção de uma estrutura de captação e circulação de víveres importados (WHITTAKER, 1994, p. 101).

Whittaker aponta que houve a necessidade de o Império agir de forma a conseguir suprimentos com os seus vizinhos, tanto nos limites europeus, quanto britânicos e orientais. Uma rede de compras a partir de comerciantes e representantes do exército romano agem com o intuito de obter com os povos locais próximos dos limites romanos os bens que eram necessários, tirando o proveito da zona de fronteira. Ao mesmo tempo havia a imposição por parte do Império de tributações aos povos locais na forma de bens e víveres que visavam atender as demandas do exército romano (WHITTAKER, 1994, p. 114).

O exemplo da província da Moesia se torna importante para perceber certas práticas específicas na região. Assim, conforme abordamos anteriormente os limites em relação à Dácia, agora apresentamos o panorama na Moesia. A região se torna importante nas disputas com os dácios durante a revolta deste grupo a partir do fato de que os recursos para essa guerra serão oriundos da Moesia (LEMKE, 2016, p. 14).

Nos períodos subsequentes há um aspecto importante que serve para compreendermos a estruturação de novos meios de captação de provisões. Durante o governo de Vespasiano, a região da Moesia não garante a produção de bens.

Lemke aponta que a falta de mão de obra para a produção aliada às condições geográficas pouco favoráveis, levam a este problema. O autor também argumenta que teria sido o *Limes*, e sua estrutura de controle via exército, que gerou a demanda e as condições para o surgimento de assentamentos. Este é dependente das demandas econômicas geradas pela presença do aparato de controle da zona de fronteira (LEMKE, 2016, p. 15)

Em linhas gerais Whittaker aponta, que o resultado das demandas pouco atendidas pelas linhas locais de provisão é a construção as relações entre povos nos limites de Roma e os povos que atuam nas fronteiras. Essas relações surgem a partir do o desenvolvimento de laços econômicos e sociais, entre romanos, marcomanos e outros povos germanos do além Reno e Danúbio.

Nesta questão de demandas, podemos apontar que os rios são demarcações dos limites do Império. Uma vez que o aparato logístico precisa de

meios de circulação eficientes, tanto o Danúbio quanto o Reno são importantes neste quesito. Lemke aponta que nas questões de logística os rios eram o meio preferido de movimentação de grandes cargas (LEMKE, 2016, p. 23).

Desse modo, os rios viram os grandes marcadores e impulsionadores de uma estrutura de fronteiras que transcendem suas margens, ao mesmo tempo em que tornam os habitantes do *limes* sendo do exército, ou não, dependentes dos rios e de uma zona de contato causada pelas demandas por suprimentos dos habitantes do *limes*.

O impacto das necessidades do *limes* também é percebido nas produções locais dos povos nativos. Whittaker aponta que haviam procuradores para buscar produtos além *limes*. Essa demanda resulta em um aumento na produção de cereais e criação de gado. No caso germânico vemos o surgimento e consolidação das *long houses* como locais de criação gado, um sistema que se torna intenso durante o período romano (WHITTAKER, 1994, pp.114-115).

O comércio na zona de fronteira é bastante forte, nesse caso, temos até a presença de material romano ao lado de conjuntos locais. Destaca-se o caso de Musov, um sítio localizado próximo ao *limes* romano que teria sido um posto de comércio avançado no qual há presença de objetos militares e uma tumba real nas proximidades. Esta possui um caráter misto com bens locais e romanos (WHITTAKER, 1994, p. 117).

As movimentações em busca de bens para o *limes* leva a dois efeitos que Whittaker aponta: o efeito de aproximação e distanciamento. O primeiro está ligado à noção de uma aproximação, por via de necessidade, dos habitantes do *limes* junto aos habitantes do Norte além *limes*.

Já o segundo elemento, o distanciamento, está ligado a diferenciação de como ocorre o desenvolvimento em relação aos seus centros. Aqui vemos como as influências de ambos os lados vão criar um amálgama de práticas sociais e econômicas que vão ser diferentes tanto das de caráter romano quanto as de características germanas (WHITTAKER, 1994, p. 123).

Dentro dessa perspectiva de relações econômicas e sociais, Whittaker argumenta que há uma criação de uma zona de alcance de bens romanos. Essa

zona está pautada na especificidade dos objetos recebidos pelos grupos locais. Desse modo, quanto mais perto do *limes* mais os objetos se tornam prosaicos.

Nisto, devemos fazer um balizamento que Whittaker aponta, proposto por Lotte Hedeager, de que há uma zona de influências céltico-romanas por volta de 200km dos limites físicos e de controle provincial. Essa zona está ligada à presença dos objetos citados no parágrafo acima. Já além desse limite temos a presença exclusiva de artigos exóticos como vidros, armamentos e moedas de ouro e prata (HEDEAGER, 1987, p.127).

Peter Wells (WELLS, 1999) aprofunda as questões de fronteira a partir do entendimento que há graus de maior intensidade. Nisso ele apresenta um aprofundamento do modelo proposto do Hedeager. O marco inicial é a zona de fronteira, faixa de 100 km a partir dos rios Reno e Danúbio.

Esse espaço possui maior quantidade de objetos e de caráter mais cotidiano. O início da ocorrência de bens romanos na zona de fronteira tem sua datação fixada no início do século II d.C., sendo eles cerâmica romana, ornamentos de bronze, entre outros. Objetos romanos de alto padrão também são vistos em contextos de elites locais, aqui retomamos o exemplo da tumba de Musov em que o indivíduo sepultado teria, em seu mobiliário funerário, um conjunto de objetos para banquete de origem romana (WELLS, 1999, pp.235-236).

Claro que temos que perceber aqui que as relações são entre elites locais e provinciais. Desse modo, os impactos maiores são percebidos em contextos de grupos sociais elevados das sociedades que negociarão com Roma. Musov, como exemplo, se torna um indicador dessas relações a partir da presença de objetos de luxo romanos no contexto funerário identificado como pertencente a liderança local (WELLS, 1999, p. 236).

O segundo limite geográfico apresentado por Wells, de (100-400km), tem como marcador geográfico o rio Elba e Weser. Em linhas gerais o autor aponta que os objetos romanos nessa região são encontrados em contextos funerários. Wells aponta que o motor para a chegada dos objetos romanos nessa região

teria sido o exército. Uma vez que as tropas auxiliares eram constituídas de membros das tribos germânicas que retornariam às suas respectivas vilas.

Outra justificativa seria a necessidade de produção para atender as demandas das províncias. Aqui mostramos o caráter híbrido dessas necessidades uma vez que, o exército e as populações civis das províncias geram a demanda, por bens, a ser atendida pelos povos locais dessa região (WELLS, 1999, p. 238).

O último marcador é a região além do rio Elba, além dos 400km. Nessa região, Wells aponta que existem os maiores centros de interação entre romanos e locais. Jakuszowice, na Polônia, Gudme-Lundeborg, na Dinamarca, estão entre os centros de maior proeminência nas suas respectivas regiões. Moedas de prata e ouro além de objetos finos como cerâmica torneada, fíbulas de prata, de bronze, *terra sigillata* entre outros objetos, foram achados nesses contextos (WELLS, 1999, p. 247).

Ao mesmo tempo, dado o caráter específico dos bens que vão chegar além dos 400km temos que pensar que estes objetos são indicadores de relações sociais entre diversos atores podendo pertencer às seguintes categorias: relações entre grupos germanos e relações províncias romanas/elites germanas.

Nesse aspecto, Roma se torna um dispersor de cultura material atraindo, através das suas demandas políticas econômicas, os povos da zona de fronteira. Ao mesmo tempo, esses objetos possuem características únicas aos seus contextos de achado. Uma vez que longe do alcance do poder supra regional, no além limite de 400km, há que se considerar quais são as práticas locais e compreensões que estes objetos terão dentro da esfera local.

Como mostramos, há um alcance dos mais diversos tipos de objetos romanos ao longo do continente europeu. Isso é visto através das diversas zonas de recepção e de categorias de objetos que chegam nos contextos mais ou menos distantes da zona de fronteira. A lógica de recepção dos objetos romanos respeita certos modelos interpretativos para a construção das práticas, usos e a dispersão dos mesmos para os povos locais.

Essa dispersão possui um conjunto de características diversas ao longo da história das fronteiras. Uma vez que os contatos entre Roma e os povos além fronteira nem sempre foram pacíficos. Os contatos podem ser pensados de duas formas: pacíficos, no qual há uma aproximação entre províncias e locais, e violento, que é visto na forma de invasões e revoltas (WELLS, 1999, p.189)

A primeira categoria resulta em um processo de adoção de traços culturais romanos, os quais estão vinculados ao uso de objetos e rituais de caráter romano nas fronteiras, como fíbulas, cerâmica romana fina (WELLS, 1999, p. 157).

Ao mesmo tempo temos que salientar que há a continuidade de práticas locais, Wells aponta a manutenção da cerâmica La-Tene em contextos húngaros, sendo elas encontradas em contextos com objetos romanos. Isso mostra uma multiplicidade de traços na fronteira que resultam em um contexto híbrido e resistivo no qual a adoção de objetos romanos estará ocorrendo em paralelo com a presença de objetos de origem local (WELLS, 1999, p.170)

O segundo meio de contato, através dos conflitos, está pautado em uma série de percepções e estudos vinculados às questões de logística, estruturação dos marcadores de fronteira, fortes, paliçadas, a presença do exército e afins. Nas fontes textuais podemos perceber inúmeros conflitos entre locais e romanos, além de certos conflitos entre Roma e povos da Europa do Norte, invasão dos Cimbros e Teutões em 116 a.C., Revolta dos Batavos em 69 d.C. (WELLS, 1999, p. 170).

Essas inúmeras revoltas, incursões e disputas entre locais e o poder chancelado por Roma, são o pano de fundo para as percepções e estudos nas relações a partir da segunda metade do século II d.C. As guerras entre Roma e os marcomanos se tornam o conflito de invasão que norteia os marcadores de mudança política de Roma quanto a lidar com suas fronteiras e a ameaça dos povos germanos que vivem no além (WELLS, 1999, p. 189).

Em linhas gerais, o conflito das guerras marcomanas, dura de 166 a 180 d.C. e envolveu além dos Marcomanos a tribo dos *Quadi*. O ápice dos conflitos teria sido entre os anos de 160-170 d.C. Um dos locais atacados por esse grupo de guerreiros liderados por Marcomanos, foi a fronteira da Panonia Superior.

Segundo Wells, eles teriam pilhado a província e seguiram rumo ao norte da Itália. A contraofensiva ocorre entre 170-173 d.C. partindo de Carnuntum, visando repelir os exércitos dos marcomanos.

O estabelecimento de um poder supra regional como o Império Romano que negocia, através das zonas de fronteira, e coloca em circulação uma série de bens através de inúmeras transações, é importante para compreendermos alguns aspectos teóricos da análise das moedas romanas encontradas em contextos do Báltico.

O impacto da cultura material romana, nos contextos além fronteira, é percebido a partir da noção de constituição de contatos entre os povos locais e as províncias romanas. Ligando as necessidades do Império a novos meios de negociação políticas e militares. Essas necessidades levam a uma miríade de objetos nos contextos locais do centro norte da Europa, nos quais as moedas são uma das categorias de importados romanos (WELLS, 1999, p. 227).

Roma possui uma prática de negociação e interação com os povos do além limites através de sua cultura material. O uso desses objetos romanos em uma estrutura de negociação se torna algo comum através da história de Roma e seus limites. Por mais que interações diretas entre locais e romanos – para além de 400km – seja algo complexo de se afirmar, temos que pensar em certas possibilidades. Se levarmos em consideração as relações de atração e repulsão, temos aqui um modelo que pode explicar toda uma relação de contatos entre os locais e a cultura romana.

Como Wells apresenta e os estudiosos da cultura material romana no além limes postulam, existe a possibilidade de que os povos locais sejam atraídos por Roma, através de suas províncias de fronteira. Aqui a atração seria dependente de um certo ímpeto dos povos locais em buscar a aproximação com Roma. Esse ímpeto pode ser o condicionante para certos tipos de objetos encontrados nos territórios estudados a exemplo os armamentos.

Essa aproximação se torna um meio de negociação e trocas entre locais e romanos, assim como entre os povos habitantes do além *limes*. Desse modo, a emergência de centros, como Gudme e Jakuszowice, dentro do contexto da

Idade do Ferro romana se mostra como produto dessa interação e obtenção de objetos romanos.

O impacto romano nas regiões, além-limites geográficos, se apresenta de forma clara. O impacto é visto de forma política e econômica a partir da presença de armamentos e outros objetos. Dessa forma, há que cogitar que não só a cultura material transcende os limites do Império Romano, mas também ideais e práticas sociais novas vão chegar aos territórios do Centro-Norte (WELLS, 1999, p. 255).

Se os contatos são de natureza econômica, política ou um misto dos dois é algo complexo de se afirmar. Os impactos devem ser entendidos como produtos de demandas, tanto locais quanto romanas, que podem ser tanto oriundas de necessidades locais quanto romanas.

Aqui vemos como as necessidades romanas, em especial das fronteiras, serviram de catalizador para contatos entre as províncias e os locais. Em contrapartida, estes locais se permitiram como novos meios de negociação, nos quais os objetos romanos se tornaram um instrumento dessa troca local.

As interações resultam em novas práticas locais, o alfabeto rúnico, a arte germânica, os depósitos de armas, todas em relação às novas necessidades e demandas locais. É importante salientar que o exército é um catalizador importante para esses contatos, uma vez que são as relações político-militares que vão resultar nas trocas entre povos germanos e romanos (WELLS, 1999, pp. 256-257)

Ao mesmo tempo, a presença da cultura material romana em contextos locais, permite a negociação local entre elites e a não elite. Desse modo, através do controle da obtenção desses bens e o subsequente desejo por estes há a unificação, em grandes confederações, dos povos germânicos. Essas confederações eram algo que não havia anteriormente de forma tão clara, é neste período que vemos a emergência dos Francos, Alamanos e Góticos (WELLS, 1999, p. 258).

Os processos e constantes invasões dessas confederações que tem início durante o século III d.C. mostra uma atração dos povos locais do Centro-Norte

da Europa para os territórios romanos, por consequência as fronteiras sofrem um grande desgaste e esfacelamento durante o período e nos séculos posteriores.

Por mais que tenhamos que tomar cuidado com a perspectiva economicista para as questões de circulação, é impossível deixar de considerá-la, pois Roma, em seu caráter supra regional, é o motor que sustenta a explicação do porquê as moedas saíam do Império. Existe uma prática e uma justificativa para que este material saia dos contextos romanos e seja posto em circulação no Báltico; Roma, no final, possui um interesse na circulação de certos materiais nos contextos que estudamos.

Desse modo temos, em um primeiro momento, que buscar a construção dos princípios de fronteira que servem de base para que este material possa ser posto nas mãos dos agentes locais nos contextos bálticos, missão deste capítulo aqui apresentado. Com isso em mente precisamos apresentar o outro, os povos locais, para além das fontes textuais. Assim, recorreremos à cultura material que nos foi deixada por estes grupos em seus contextos nativos.

Para isso, precisamos categorizar e sistematizar este outro. Desse modo, devemos voltar o nosso olhar para a arqueologia da Escandinávia e da Polônia, como ela vai estruturar os povos locais: os agentes regionais de circulação das moedas.

Capítulo III

A materialidade dos povos germânicos

Introdução

Ao mesmo tempo em que as fontes textuais nos permitem compreender, de certa maneira, as práticas e contatos com Roma, temos que voltar nossos olhos também para a arqueologia. Esta ciência é de suma importância para que possamos ver como o contato entre Roma e os povos germânicos ocorreu. A documentação textual nos ajuda a conhecer melhor a realidade dos povos locais e alguns aspectos dos contatos como pudemos observar no capítulo I desta dissertação, mas, com a arqueologia, podemos atingir níveis importantes de compreensão destas interações, uma vez que ela nos faz perceber as marcas materiais deixadas nos contextos locais do centro-norte da Europa.

Presentes em uma ampla gama de objetos, e de regiões, os importados romanos são uma categoria de bens de prestígio e compreendem de uma maneira geral: cerâmica, moedas, esporas, espadas e taças de bronze. Muitos encontrados em contextos funerários, votivos e de assentamentos.

Desse modo buscamos apresentar aqui os contextos arqueológicos tanto da Escandinávia, Suécia e Dinamarca, quanto da Polônia. Buscando construir a identidade não só das elites locais, como também a estrutura social, econômica e de ocupação do espaço por parte desses diversos povos.

Culturas arqueológicas na Polônia: a cultura Przeworsk

Os locais os quais estamos trabalhando no contexto polonês são ocupados por populações que tem seu passado observado nos registros arqueológicos. Estes grupos são divididos através da construção de categorias de objetos que visam dar subsídios para a construção de culturas arqueológicas

nos contextos Bálticos e nos estudos locais sobre numismática dos séculos II e III d.C.

Estas categorias foram constituídas a partir das semelhanças de objetos encontrados em contextos funerários e de sítios diversos e são intituladas de Cultura Przeworsk, Cultura Wielbark e Westbalt. As duas primeiras são associadas aos povos germânicos que estão presentes nas fontes textuais romanas e cristãs. Já a última, com suas subdivisões internas, estaria ligada a grupos bálticos e do leste europeu.

A primeira, Przeworsk, é associada aos *Lugii* e seria produto da influência Celta que estava entrando no território. Esta cultura possui uma longa duração iniciando seu horizonte cronológico entre os séculos III a.C. – V d.C. O nosso horizonte se inicia a partir do século I d.C., aonde há um processo de anexação desse grupo por *Maroboduus*, líder militar que será responsável pela anexação das sociedades da cultura Przeworsk ao seu domínio (KONTNY, 2016, p. 165).

O período mencionado, século I d.C., é o marcador inicial dos contatos entre Roma e a cultura Przeworsk, devido ao domínio de *Maroboduus* e a força que ele tinha nas fronteiras. O impacto romano permanece e surgem centros de poder ao sul, apesar de *Maroboduus*. Kontny aponta que vários objetos terão influência vinda de regiões ao sul dos territórios de seu grupo, fivelas, broches, armamentos, entre outros, estes possuem diferenças regionais entre si, uma vez que a cultura Przeworsk possui certas diferenças conforme a região estudada (KONTNY, 2016, pp. 166-167).

A importância da cultura Przeworsk para os contatos se dá na forma de possíveis relações com a rota do âmbar uma vez que o trajeto desse material vindo do litoral do báltico teria de passar por territórios de grupos pertencentes a cultura Przeworsk (KONTNY, 2016, p.167). Outro elemento importante para as relações de contato entre este grupo e as fronteiras de Roma são os movimentos rumo ao sul. Estes possivelmente ligados ao envolvimento, segundo Kontny, dos membros da cultura Przeworsk na guerra da Dácia e nas guerras contra os *Marcomanii*; segundo Kontny as espadas romanas encontradas em territórios Przeworsk teriam sido produto da participação neste conflito datando da segunda metade do século II d.C. até o início do século III d.C. (KONTNY, 2016,

p.170). Já o envolvimento, na guerra da Dácia, é visível no registro arqueológico a partir da presença de cultura material Przeworsk, datada da primeira metade do século II d.C., em sítios no oeste da Ucrânia e na Eslováquia (KONTNY, 2016, p. 169).

O grupo Przeworsk não está alheio aos seus vizinhos, há certos exemplos de movimentações para regiões próximas tanto ao norte quanto a leste. Estas movimentações deixaram marcas nos registros arqueológicos indicando assim que esse grupo possui fases de movimentação, o que indica uma autonomia e liberdade que são de suma importância para a compreensão não somente da circulação da cultura material de origem Przeworsk. Essas movimentações, dão respaldo para a possibilidade de que a circulação da cultura material das diversas populações na região ocorra por meio dos conflitos. Desse modo, é possível que uma circulação interna de objetos romanos possa ocorrer por meio das guerras entre grupos locais (KONTNY, 2016, p.171).

Kontny argumenta que os guerreiros se destacam no horizonte arqueológico a partir de sua materialidade. Isso resulta na base para a construção da hipótese de conflitos internos, uma vez que a obtenção de bens de prestígio pode não ocorrer somente de forma pacífica. Os contextos funerários trazem muitos elementos militares, em especial armas. Isso é importante uma vez que, aliando às perspectivas das fontes textuais, tem-se um reforço a ideia de que, entre os romanos, predominava no imaginário uma forte agência social do guerreiro nos povos germânicos (KONTNY, 2016, p. 174).

Nas práticas de deposição do material militar nos contextos funerários observam-se destruição deliberada de armamentos, de dobras, queima, processos de retirada de fio de lâminas, inclusive, destruição de escudos, também são percebidos no registro arqueológico. Estas destruições, aponta Kontny, teriam o intuito de possibilitar que as armas acompanhassem o corpo do indivíduo no além vida. Uma vez que o morto falece, o seu aparato militar passa por uma morte simbólica a partir dos processos de destruição acima apontados (KONTNY, 2016, p. 174).

Fig. 3. Exemplo de armamentos Przeworsk oriundos de contextos funerários. Destaque para os processos de destruição com as dobras nas lâminas das espadas e pontas de lança. Fonte: KONTNY, B. *Przeworsk culture society and its long-distance contacts, AD 1-350*, 2016 p. 175.

Dentre todo esse material militar o mais importante para dar subsídios a questão dos contatos entre Roma e o povo da cultura Przeworsk são as espadas romanas. Kontny aponta que esse material se faz presente nos enterramentos que datam entre a segunda metade do século II e o início do III d.C., período esse que está associado com o conflito entre Roma e os *Marcomanii*, (KONTNY, 2016, p. 170). Junto desse material foram encontrados também denários romanos. Estes pequenos objetos são um marcador muito importante pois estão dentro desse universo de cultura material do período relacionado às guerras com os *Marcomanii*.

Os equipamentos militares mais comuns desse grupo são as lanças e os escudos. As lanças são visíveis no registro arqueológico através de suas pontas que sobreviveram ao tempo. Dois tipos de lança são vistos no registro arqueológico da cultura Przeworsk as de lançamento e as usadas para perfuração. Estas possuíam entre 2 e 3 metros de comprimento, já as lanças mais curtas teriam sido as frêneas (ver nota 9 do capítulo 1 SE QUISER VOCÊ PODE COLOCAR A PÁGINA TAMBÉM) citadas por Tácito na obra *Germânia* (KONTNY, 2016, pp. 177-178).

Já os escudos por serem feitos de material perecível deixam somente os reforços e estruturas de metal que neles eram aplicados. Segundo Kontny, estes possuíam uma abertura no centro para a colocação das tiras feitas de material orgânico, para uso do guerreiro; sobre este orifício tinha-se um reforço central em forma de domo feito de metal (KONTNY, 2016, p.180).

Os escudos teriam caráter ofensivo; devido seus domos centrais estes sofreram alterações conforme o passar do tempo visando, segundo Kontny, maior eficiência de ataque (KONTNY, 2016, p. 181). Sua forma teria sido hexagonal com o domo no centro, forma essa associada aos escudos produzidos entre os séculos I e II d.C. (KONTNY, 2016, p.182).

Fig.4. Desenho do domo central dos escudos Przeworsk. Desenhado por B. Kontny. Fonte: KONTNY, B, *Przeworsk culture society and its long-distance contacts, AD 1-350*, 2016, p. 176.

Uma categoria de armamentos a parte é a das espadas podendo ser de lâmina dupla ou simples. Com o passar do tempo, as espadas de lâminas simples caem em desuso resultado do uso mais acentuado das lanças. Nesse período temos a presença de espadas de lâmina dupla de origem romana, as *spathae*, espadas de cavalaria e imitações das mesmas. Kontny aponta que as espadas nos contextos Przeworsk da segunda metade do século II e início do III d.C. são importadas, isso é visível através de marcas da oficina que produziu a espada, símbolos do universo militar, como a águia legionária (KONTNY, 2016, p. 183).

Outro elemento característico das elites Przeworsk é o aparato de cavalaria em especial arreios. Estes também vistos em contextos funerários (KONTNY, 2016, p. 184). Aliados a esse conjunto temos as esporas que surgem a partir do período pré-romano tardio oriundo dos contatos com os povos celtas; após esse período no século I d.C. há um aumento desses objetos nos contextos Przeworsk e de diversas variedades tipológicas, tendo a ocorrência de esporas de origem romana também. O auge das esporas é o período entre o final do século II d.C. e a metade do século III d.C. no qual apresenta maior quantidade nos enterramentos.

Fig. 5. Desenho de uma espora romana encontrada em um sítio Przeworsk. Fonte: KONTNY, B, *Przeworsk culture society and its long-distance contacts, AD 1-350*, 2016, p. 185.

Outra categoria importante de classificação dos grupos guerreiros da cultura Przeworsk, além da presença de objetos de luxo, é o modo como o enterramento ocorre na forma de inumação. Categoria essa que é vista de forma comum nesse grupo de enterramentos de elite a partir dos séculos III e IV d.C. Anteriormente, a partir do século I-II d.C., há uma maior ocorrência de cremações nos contextos de enterramentos de elite guerreira (KONTNY, 2016, p.185).

Um elemento importante para caracterizar os grupos da cultura Przeworsk parte dos estudos e da compreensão dos assentamentos dos grupos pertencentes a essa cultura arqueológica. Segundo Kontny, os as sociedades da cultura Przeworsk teriam feito seus assentamentos próximos as margens dos rios devido a disponibilidade de materiais para suas necessidades, como minério

de ferro oriundo dos pântanos, madeira, água e terras férteis para cultivos. Sua ocupação estava pautada nas enchentes, que eram comuns na região, dessa forma, os grupos Przeworsk ocupavam os terraços superiores dos vales fluviais os quais habitavam (KONTNY, 2016, p. 200).

Os assentamentos possuíam uma organização diversificada aonde certos locais possuíam divisão clara entre áreas de produção e áreas de habitação e outros não tinham essa distinção visível (KONTNY, 2016, p. 200). A maneira como a ocupação ocorre é muito aberta, ocorrendo uma variação onde os sítios possuem um maior aglomerado de construções e, em outros, há uma ocupação mais esparsa. Em alguns casos, além de termos as aglomerações há também indícios da presença de fazendas nos sítios (KONTNY, 2016, p. 200).

Uma categoria especial de assentamentos são as dos centros de produção, aqui entendidos como sítios grandes nos quais ocorrem certos tipos de produção especializada como cerâmica torneada ou beneficiamento de minério de ferro. Estes assentamentos possuem área de habitação, assim como área de produção, um dos sítios dessa categoria é o de Jakuszowice, que possuía indícios do uso amplo de vidro por uma grande parcela da sociedade local (KONTNY, 2016, p. 201).

Economicamente, a visão comumente aceita é de que os povos ligados a esse grupo seriam de fazendeiros/criadores de gado. Esta visão, associa a alimentação das sociedades do entorno a esse grupo, mas existem poucos indícios a esse respeito. Kontny aponta que ossos de animais e alguns implementos e indícios botânicos são o melhor meio de inferir essa relação econômica (KONTNY, 2016, p. 202).

Quanto ao cultivo das terras, Kontny aponta que não existem evidências de ter havido nelas cultivo de plantas alimentícias. Há uma hipótese de que esses espaços fossem próximos aos assentamentos, uma vez que segundo o autor essas comunidades não teriam mais que 100 indivíduos. O sistema de plantio seria de rotação na qual um campo seria cultivado e o outro estaria no descanso. Além disso, havia o uso de fertilizantes para tornar a terra mais produtiva. Outro meio de produção que pode ter sido usado junto com esse sistema fixo seria o sistema de arado com corte e queima como modo de preparo

do espaço, aqui teríamos o uso de arados ou de madeira ou de ferro. Os cereais cultivados pelos grupos Przeworsk teriam sido o centeio, painço e aveia. (KONTNY, 2016, p. 203).

Um elemento importante da cultura Przeworsk é a produção de diversos tipos de objetos nas diversas oficinas associadas à confecção de diversos bens materiais. Essa produção é vista a partir das ferramentas, identificação de locais de produção, dejetos dos processos e ferramentas os quais seriam: produção de objetos de âmbar, de ossos, metalurgia, cerâmica, carpintaria, marcenaria e tecelagem. Vários objetos são vistos em contextos funerários os quais apresentam ferramentas ligadas as produções acima mencionadas (KONTNY, 2016, p. 205).

A metalurgia se torna corrente e deveras importante dentre todos os meios de produção Przeworsk. As escórias de ferro se tornam o mais relevante indício da presença de fornos para a fundição do minério de ferro. As evidências da produção de metal nos territórios da cultura Przeworsk apontam para uma escala local de produção, indicando que eram os próprios locais que trabalhavam na produção do ferro tornando os assentamentos Przeworsk autossuficientes nas demandas por ferro (KONTNY, 2016, p. 205).

A autossuficiência leva a emergência de centros de produção de ferro de proporções maiores, na casa das 8 mil toneladas de ferro para o centro de produção nas montanhas Swietokrzyskiey (KONTNY, 2016, p. 205). Kontny aponta algumas hipóteses para essa dimensão da produção; a mais forte é a ideia de que essa produção de ferro teria como alvo os combatentes da guerra Marcomânica. Essa hipótese se sustenta se olharmos para o horizonte cronológico desse aumento de produção, entre os séculos I e II d.C. (KONTNY, 2016, p. 206).

Outro bem muito importante na economia Przeworsk é o sal, a produção desse item imprescindível na vida das populações antigas tinha seu centro de maior produção na região de Kujawy, esta região teve sua relevância na produção de sal ocorrendo no período entre os séculos II e IV d.C. A relevância desta região se torna visível devido à presença de importados romanos como equipamentos militares como cabrestos e armaduras. Kontny aponta que a

presença desses objetos poderiam ser indícios da presença direta do exército romano na região Przeworsk, com o intuito de recrutar guerreiros para as guerras romanas, ou objetos que retornaram junto com seus donos germanos para casa na região (KONTNY, 2016, p. 206).

Os importados romanos, segundo Kontny, se tornam um grande meio de aglutinar os diversos assentamentos em torno da distribuição e obtenção desses bens. Estes bens, além de poderem ser obtidos através de trocas econômicas, podem ter sido obtidos também graças à possíveis expedições militares e ataques dos povos locais às fronteiras romanas. Essa busca pelos bens importados romanos levaram a uma união entre diversas tribos com o intuito de conseguirem esses bens de forma independente, sem apoio do poder romano. Essa aglutinação também ocorre em torno das rotas de comércio do Âmbar que passavam pelos territórios Przeworsk (KONTNY, 2016, p. 206).

Kontny também informa que essas redes de trocas teriam sido estruturadas a partir do uso de carroças, cavalos, barcos longos e barcaças possibilitando assim a movimentação de bens, a exemplo o ferro trabalhado, tanto para o norte como para o sul. Independente da natureza dos contatos, seja militares, econômicos ou diplomáticos há que compreender que as rotas em si se tornaram importantes vias de circulação. Os importados romanos aqui se tornam indicadores de rotas de circulação uma vez que estes chegavam através de rotas sul/centro/norte da Polônia e além (KONTNY, 2016, p. 206).

Aqui temos que fazer uma observação importante quanto as visões apontadas por Kontny, elas seriam complementares no tocante aos contatos com Roma. Há interesses econômicos que podem ter sido trabalhados de formas diversas seja na aproximação, em alguns momentos, com o Império Romano ou na união entre as diversas comunidades que fazem parte da cultura Przeworsk para garantir seus próprios interesses, seja de forma amistosa em relação a Roma ou de forma agressiva.

Culturas arqueológicas na Polônia: a cultura Wielbark

Terminada a discussão geral sobre a cultura Przeworsk, caminhamos rumo ao norte, para os territórios dos povos da cultura Wielbark. Estes habitavam o norte da Polônia nas regiões do delta do rio Vístula e do Golfo de Gdansk e estariam vinculados aos grupos identificados nas fontes textuais romanas como os Góticos, entre os séculos I e V d.C.

Mais uma vez temos os contextos funerários como subsídios para entendermos mais sobre a realidade destes grupos, desta vez abordaremos os grupos pertencentes à cultura Wielbark. Dentro dessa perspectiva, a primeira característica de destaque é que os enterramentos masculinos não tinham depósitos de armas, nem de ferramentas de trabalho (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 220).

Uma categoria de objetos ligados aos contextos funerários que nos aponta um grupo das sociedades da cultura Wielbark são as esporas. A presença desse material em contextos funerários indica a existência de indivíduos que pertencem à um grupo de cavaleiros, esses são interpretados como guerreiros e a elite local da cultura Wielbark. Já os enterramentos femininos mostram joias e acessórios de vestimentas todos feitos com outros metais que não ferrosos. Outra categoria de objetos que podemos ver no âmbito da cultura Wielbark são os importados romanos na forma de vasos de bronze e vidro e moedas, mais especificamente os denários (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 221).

Fig. 6. Esporas de bronze encontradas em um enterramento Wielbark. FONTE CIEŚLIŃSKI, A, *The society of Wielbark culture, AD 1–300*, 2016, p. 221.

No início do surgimento da cultura Wielbark os grupos pertencentes a esta cultura habitavam uma sessão pequena do território polonês, ao norte entre a foz do rio Vístula e o rio Rega. Cieśliński aponta que havia uma zona de exclusão entre os territórios da cultura Wielbark e seus vizinhos da cultura Przeworsk, essas zonas se mostram em consonância aos escritos de Tácito sobre o tema, em sua obra *Germânia* (como vimos no capítulo I), ele indica que há áreas não habitadas entre os povos germânicos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 222).

Já no final do século I d.C. há um processo de expansão da cultura Wielbark que resulta na ocupação dos territórios que eram parte da zona de exclusão entre os vizinhos das sociedades da cultura Wielbark. Essa expansão leva a contatos com os grupos vizinhos, em especial os habitantes da cultura Przeworsk na porção oriental de seu território, indicado pela presença de objetos claramente influenciados pelos estilos Wielbark (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 224).

Nesse processo de expansão há que se destacar os contatos que vão ocorrer com os grupos que coletam âmbar. A cultura Wielbark com a sua expansão para leste chegam a península Sambia e os grupos que lá habitavam.

Cieśliński argumenta que essa aproximação teria como foco o interesse comum no comércio de âmbar no qual ambos os grupos teriam lucros levando em consideração a demanda mediterrânea. Mais uma vez essa associação se dá através da presença de objetos Wielbark em contextos das populações da região da Sambia os quais, segundo o autor, seriam broches, cerâmicas, fivelas de cintos e braceletes característicos da cultura Wielbark (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 225).

Fig.7. Mapa com a expansão dos territórios das sociedades da cultura Wielbark, em amarelo os territórios no século II d.C., em vermelho a expansão da metade do século 3 d.C. a metade do século 5 d.C. FONTE CIEŚLIŃSKI, A, *The society of Wielbark culture, AD 1–300*, 2016, p. 225.

Durante a segunda metade do século II d.C. há um crescimento da população da cultura Wielbark, isso atestado pelo aumento dos enterramentos nos cemitérios e as expansões nos assentamentos o que resulta numa diminuição nas áreas de exclusão entre as culturas vizinhas. Com o passar dos

séculos as migrações dos grupos Wielbark serão cada vez mais frequentes, elas serão resultado da retirada dos Przeworsk do Leste para os territórios das atuais Ucrânia e Eslováquia o que libera uma faixa de terras as quais serão ocupadas pelos grupos Wielbark em movimentação. Dentro do território polonês essa migração deixa marcas no registro arqueológico tanto nas práticas funerárias como também nos objetos que estarão presentes nesses enterramentos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 225).

Essa movimentação, segundo Cieśliński, a presença de membros da cultura Wielbark em terras Przeworsk não seria produto de uma movimentação de caráter violento, por não ser militar. Ela será uma movimentação relativamente pacífica uma vez que havia um longo período de contatos entre os Przeworsk do Leste e a cultura Wielbark (CIEŚLIŃSKI, 2016, p.227).

As mudanças causadas pelas migrações levam os pesquisadores a dividir da cultura Wielbark em duas fases a primeira do século I ao II d.C., a segunda do III até a metade do século V d.C. A primeira fase é denominada de fase Lubowidz, nomeada em referência ao cemitério de Lubowidz. Já a segunda fase Cecele, nomeada a partir de um cemitério de mesmo nome, compreende o alcance máximo da cultura Wielbark que vai do baixo Vístula, no norte da Polônia até Volyn, que compreende o oeste da Ucrânia e sudeste de Belarus (CIEŚLIŃSKI, 2016, p.227).

Essas movimentações levam, na primeira metade do século III, ao surgimento de uma nova cultura: a Cherniakhiv. Esta nova cultura é resultado de movimentações que levam a cultura Wielbark para novos territórios dentro da atual Ucrânia e também para a Moldávia. Teremos aqui uma aliança multitribal, como define Cieśliński, na qual além da cultura Wielbark teremos elementos dos sármatas tardios e dos citas compondo essa nova categoria cultural (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 227).

As migrações Wielbark levaram à construção de uma rota do Báltico para o mar Negro. Isso resulta em movimentações de pessoas em ambas as direções, o que possibilita a mobilidade de bens, o que nos leva a pensar em possíveis rotas de circulação de moedas e outros importados romanos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 227).

Nesse processo migratório uma questão surge: qual seriam os motivos para a migração dos grupos Wielbark rumo ao sul? Cieśliński argumenta que há uma série de fatores combinados, aumento populacional e pouca capacidade produtiva para suprir esse aumento. Essa migração, argumenta Cieśliński, pode ter sido incentivada pelos guerreiros Wielbark que tinham interesse em atacar e saquear outros grupos, dos quais os romanos podem ter feito parte (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 228).

Outra possibilidade teria sido o Império Romano, este teria um papel importante atraindo os membros da cultura Wielbark para regiões próximas de suas fronteiras. Cieśliński aponta que o jogo de forças entre romanos e povos locais vizinhos aos limites do Império poderiam oferecer oportunidades melhores para os indivíduos dos grupos Wielbark.

Roma também pode ter sido atrativa para os grupos Wielbark devido aos objetos importados romanos que se encontravam presentes no centro norte da Europa, o que resultaria em um desejo dos locais em ficarem próximos da fonte destes objetos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 228). Os meios para obtenção desses bens podem ser uma conjuntura de vários dos seguintes métodos: diplomacia, pagamentos de tributos, saques, resgates e comércio (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 228).

Cieśliński propõe uma confrontação entre as fontes textuais romanas e a *Gética* de Jordanes¹⁶ para compreender como os romanos e as fontes textuais veem os povos da cultura Wielbark. Primeiro esta confrontação leva o autor a apontar que sim, o norte da Polônia é o local de origem das tribos Góticas, Plínio, o Velho e Tácito são aqueles que vão apontar a presença dos Góticos ao norte. O primeiro usa o termo *Gotones*, já o segundo usa o termo *Gothone*. Plínio

¹⁶ **Jordanes**, em latim *Iordanis*, foi um funcionário e historiador de origem gótica do Império Romano do Oriente, que viveu no século VI. Embora tenha escrito uma obra chamada *Romana*, sobre a história de Roma, sua obra de maior interesse é *De origine actibusque Getarum* ("A origem e as façanhas dos Godos"), ou *Gética*, escrita em latim (provavelmente a terceira língua de Jordanes), em Constantinopla, por volta de 551. Nesta obra aparece uma referência a uma ilha chamada Scandza - identificada como representando a Escandinávia - e aos diversos povos aí existentes - entre os quais os Gautigoth, os Ostrogothae e os Suehans. Fonte: Brian Croke, 1987, *Cassiodorus and the "Getica" of Jordanes*, jornal "Classical Philology", vol. 82, p. 119

aponta que esse grupo teria habitado a porção nordeste dos territórios habitados pelos germanos enquanto Tácito aponta que os góticos viveriam acima do território habitado pelos *Lugii*, estes ligados a cultura Przeworsk e por consequência seriam habitantes da região na qual encontramos a cultura Wielbark (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 229).

Outro elemento importante é que o caráter migratório desse grupo destacado nos textos encontra respaldo na arqueologia indicando e reforçando o caráter migrante da cultura Wielbark rumo ao mar negro. Cieśliński destaca que há uma linha de interpretação que liga os textos de historiadores romanos que registram ataques de tribos góticas na região do mar negro ao surgimento da cultura Wielbark neste novo cenário (CIEŚLIŃSKI, 2016, p.229). No total a cultura Wielbark teria sido uma categoria que abraça várias tribos germânicas que se encontram presentes nos registros textuais romanos. Além dos Góticos, temos também os Gépidas, Rugii e os Lemovii entre outros que não receberam menções nos textos romanos.

Como esses grupos são vistos uma vez que não há muitas informações sobre os grupos pertencentes a cultura Wielbark nas fontes textuais? Cieśliński propõe uma análise da arqueologia funerária, uma vez que são as práticas funerárias as que mais foram estudadas dentro de todas as áreas da arqueologia na região da cultura Wielbark e que podem nos apresentar alguns elementos das sociedades Wielbark (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 232).

O primeiro elemento que autor aponta é a variação dos elementos pertencentes aos padrões de enterramentos. Existem diferenças entre os padrões de enterramento próximos, mas quando comparados em escalas maiores há semelhanças entre grupos distantes uns dos outros, conforme aponta Cieśliński. Isso indica que há uma diversidade grande de padrões sendo usados na região por diversas famílias.

Uma das categorias importantes na catalogação dos cemitérios Wielbark é a presença, ou não, de marcadores de túmulo na superfície. Para o modelo básico Wielbark não há marcadores de túmulos na superfície que possam ter resistido ao passar do tempo conforme apresenta Cieśliński (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 233). O autor aqui aponta que como não há sobreposição nesse tipo de

cemitério de enterramentos recentes com enterramentos antigos há que pensar que havia algum tipo de marcador feito de matéria orgânica ou montículos pequenos o que indicaria a ausência destes marcadores no presente.

At the same time, it is rare for a younger burial to cut into an older grave, even in cemeteries, which continued in use over several centuries, which fact implies some form of markings that were visible on the ground. Perhaps they had the form of small mounds or structures made of organic material (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 233).

Os enterramentos que deixaram marcas visíveis podem fazer na forma de círculos de pedra, montes de terra adicionados em cima do enterramento ou a adição de tampos nos túmulos. Esses tipos de marcadores possuem similaridades com os sítios escandinavos, porém, não há dúvidas do caráter continental da cultura Wielbark. Cieśliński suscita a possibilidade de que a migração de pequenos grupos escandinavos possa ter acontecido uma vez que exceto esses traços específicos nos enterramentos não há outros indícios culturais escandinavos na cultura Wielbark. Indicando assim uma rápida assimilação dos elementos Wielbark por esses novos agentes e ao mesmo tempo uma adoção específica dos elementos de marcação de túmulos por parte dos locais Wielbark (CIEŚLIŃSKI, 2016, p.233). Esses indícios não são conclusivos quanto a ligação entre os góticos escandinavos e os poloneses uma vez que o termo surge um século antes nas fontes literárias

Retomando as questões funerárias, o bi-ritualismo impera como meio de enterramento. Desse modo, temos cremações e inumações ocorrendo nos cemitérios Wielbark concomitantemente. A construção de um espectro no qual os extremos seriam a presença de um único tipo de ritual se constrói no modelo para região e com variações de sítio para sítio entre a predominância de um dos tipos de ritual de funerário ou a presença de ambos em diversas formas de deposição, seja do receptáculo para as cinzas ou na forma como o morto depositado no túmulo (CIEŚLIŃSKI, 2016, pp. 234-235).

As inumações em linhas gerais são categorizadas como enterramentos individuais com variações de eixos do corpo; outro elemento comum nas práticas

de inumação é a posição de supino estendido, porém, existem variações como o corpo virado ao lado ou sentado, por exemplo. No geral, o processo de enterramento consistia de cavar uma cova simples na terra e se depositava o morto diretamente no solo ou um caixão com o morto. No caos dos enterramentos de urnas cinerárias havia diferenciação por posicionamento da urna, categoria de objeto no qual as cinzas eram depositadas (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 235). Outro elemento que tem surgido no território da cultura Wielbark são os enterramentos que divergem dessas categorias, eles possuem diversas categorias como o enterramento de um corpo desmembrado, no qual só havia um fragmento do corpo, a presença das duas práticas de enterramento sob o mesmo corpo (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 236).

Uma categoria ser destacada e fortemente imbuída de um caráter simbólico dos meios de enterramento Wielbark é a dos enterramentos em navios. Três sítios possuem essa categoria de enterramento, um deles, o de Weklice, possui aproximadamente 13 barcos que foram usados como caixões. Cieśliński aponta que esse tipo de enterramento possuía origens que remetem à Escandinávia. No período romano, as ilhas da Dinamarca, a península de Jutland e a Scania são os locais de ocorrência desse tipo de enterramento é notada (CIEŚLIŃSKI, 2016, p.235). As práticas funerárias mostram alguns indícios da presença de traços culturais que são divididos entre os povos Wielbark e os escandinavos.

Os contextos aquáticos são um outro meio de obter materiais e compreensões sobre práticas Wielbark. Estes objetos são de diversas categorias, vão de denários romanos, joias, contas de vidro, a âmbar e armas. Dentro desse espectro os tesouros são uma categoria de depósitos aquáticos importante com grande variação na sua composição quantitativa. Em sua grande maioria, os tesouros são constituídos de denários e teriam sido levados ao Barbaricum como pagamento de tributos.

Esse material tem um caráter simbólico devido a relação da elite que o possui e o cria e, através da concentração e distribuição entre iguais, reforça este caráter das moedas e a sua relevância dentro do grupo em questão (CIEŚLIŃSKI, 2016, p.236-237). As moedas também surgem em larga escala no território

Wielbark muitas vezes na forma de pingentes. As de maior valor teriam possuído caráter simbólico de prestígio do usuário e do poder do mesmo; o prestígio viria do contato da elite detentora do pingente com Roma, a emissora das moedas (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 237).

Os estudos dos enterramentos das culturas Wielbark mostram como era estruturada as sociedades pertencentes a essa cultura arqueológica. Segundo Cieśliński, havia distinção por gênero, idade, status legal e riqueza, e eram também unidos através de laços familiares. Os enterramentos múltiplos na região da cultura Wielbark servem de subsídio para esse entendimento uma vez que nestes espaços existem sepultamentos de diversos indivíduos com sexos e idades distintas o que indicaria alguma ligação social entre todos estes mortos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 238).

As relações de parentesco também são a base para o entendimento dos círculos de pedras presentes nos cemitérios. Estes teriam sido criados com a ideia de servirem como local de assembleia da família. Os círculos variam em escala, aonde os maiores serviriam como local de resolução de conflitos de escala maior, os quais envolveriam diversas famílias (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 238).

A sociedade Wielbark teria sido de ordem patriarcal, porém, isso não encontra reflexo nos cemitérios das famílias uma vez que há poucos objetos que possam ser associados ao gênero masculino. Existem casos de cemitérios em que as mulheres são a grande maioria nos enterramentos, Cieśliński aponta o caso do cemitério de Kowalewko no qual dos 500 enterramentos somente 37 foram confirmados como sendo de indivíduos do gênero masculino (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 238). Essa presença menor masculina encontra respaldo em parte na ideia das movimentações dos bandos de guerra rumo ao sul, desse modo, haveria menos enterramentos masculinos nos territórios Wielbark. O autor pondera, que caso este acontecimento fosse realmente o motor único para a ausência masculina haveria um desequilíbrio de poder e invasões de outros grupos aos territórios Wielbark. Assim, ele propõe uma visão alternativa (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 238).

Para construir esta resposta, Cieśliński busca nos costumes funerários os indícios para responder à questão do menor número de enterramentos

masculinos. O autor apresenta a noção de que a cultura Wielbark possuía uma estrutura social dupla e com sua própria hierarquia. A primeira seria a sociedade agrária, já a segunda seriam os grupos de guerreiros que se aliavam para saques e as guerras no sul. Cieśliński suscita a possibilidade de que este último grupo possuía rituais funerários diferentes dos membros da sessão agrária podendo ser, por exemplo, cremados e terem suas cinzas jogadas no solo ou na água (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 239).

Mesmo com poucos enterramentos masculinos e o controle do mobiliário funerário que possa indicar o gênero do indivíduo masculino ainda existem em enterramentos Wielbark alguns objetos que servem de marcadores dos guerreiros. Depósitos de espadas curtas, esporas, escudos, machados de batalha e pontas de flecha são vistos em enterramentos Wielbark. Adam Cieśliński aponta que nos primeiros séculos depois de Cristo, os armamentos Wielbark tinham semelhanças com os armamentos Przeworsk, e a partir do século III d.C. eles começam a apresentar semelhanças com os armamentos escandinavos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 240). De todos os objetos ligados ao universo militar, o que aparece mais comumente nos contextos funerários são as esporas permitindo a hipótese de que os guerreiros Wielbark teriam sido cavaleiros.

Fig. 8. Espora em formato de cadeira encontrada no cemitério de Czarnówko FONTE: CIEŚLIŃSKI, A, The society of Wielbark culture, 2016, AD 1–300, p. 239.

Um elemento que causa estranhamento nos enterramentos Wielbark é a ausência de armas em enterramentos que contenham esporas. Essa ausência não encontra explicações conclusivas, desse modo, os pesquisadores entendem como uma conjunção de fatores econômicos, sociais e religiosos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 241). Cieśliński aponta que para os membros da cultura Wielbark o fator predominante teria sido o religioso, já que compõe os comportamentos rituais desse grupo. Outro elemento teria sido os costumes sociais da cultura Wielbark quanto a herança dos armamentos, estes seriam passados de pai para filho. Outra justificativa possível seria o controle exercido por um líder primário que controlaria o acesso aos armamentos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 242). Outra possibilidade é o controle sobre a deposição de objetos feitos de ferro. Em linhas gerais, há um controle nos objetos de ferro que são depositados, isso pode ser entre outras coisas produto de costumes religiosos, preferências pessoais, costumes familiares a partir de que há variações regionais, o que indicaria a possibilidade de que cada grupo familiar adotasse práticas diversas quanto a deposição de objetos feitos de ferro (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 245).

Fora do universo militar os objetos ligados a enterramentos masculinos são os broches, implementos de higiene, escovas de cabelo, tesouras e cerâmica. No âmbito dos objetos de prestígio temos joias de ouro na forma de anéis, braceletes e colares. Outro objeto de destaque ligado às relações dos povos locais germanos e Roma é um caldeirão de bronze que possui aplique de um rosto masculino com barba e tranças que apresentam o penteado conhecido como nó suevo. Este caldeirão teria sido produzido em uma oficina provincial e apresenta a visão romana dos suevos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 241).

Fig. 9. Imagem de vasilhas de origem romana, destaque para o caldeirão com a imagem do nó suevo no cemitério de Czarnówko. Fonte: CIEŚLIŃSKI, A, The society of Wielbark culture, AD 1–300, 2016, p. 223

Para essa categoria de objetos não militares, os contextos funerários femininos nos apresentam uma grande gama de objetos. Broches romanos, vasos de bronze romanos, cerâmica *sigillata*, joias de ouro e prata são alguns exemplos de mobiliário funerário encontrados em enterramentos femininos. As oficinas de joalheria estavam operando no auge de sua produção no final do século II e no início do III d.C. e produzindo joias de alta sofisticação técnica. No século III há uma simplificação nas joias e ao mesmo tempo há uma mudança nos materiais usados, âmbar, vidro e gemas são usadas na confecção de contas que serão usadas nos novos acessórios (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 246). Essa mudança indica que os Wielbark estavam recebendo influências da região sudeste da cultura Cherniakhiv, conforme podemos ver na imagem abaixo:

Fig. 10. Colar de âmbar e contas de vidro encontrado em Lubieszewo na foz do rio Vistula. FONTE CIEŚLIŃSK, A, The society of Wielbark culture, AD 1–300, 2016, p. 247

Um elemento que indica o status social das mulheres são as caixas de madeira que continham ferramentas para tecer e costurar; essas caixas são vistas no registro arqueológico a partir das fechaduras de bronze e das estruturas feitas do mesmo material. Além desses elementos, os vasos romanos também marcam presença nos enterramentos femininos. Feitos de bronze, vidro ou cerâmica são compreendidos como objetos ligados a indivíduos que possuem laços políticos fortes, influência política e poder econômico que mantinham contatos com outros centros de poder e distribuição desses objetos (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 247).

Esses objetos femininos podem ser indicativos de um poder local que essas mulheres possuíam. Cieśliński recupera as fontes textuais romanas para ponderar que essas mulheres poderiam ter sido sacerdotisas. Desse modo, tendo não só meios de acessar esses bens, como também poder que justifica a obtenção dos mesmos como símbolos de seu poder religioso. Aqui temos também alguns objetos que podem ser indicativos dessa posição social, broches

com design antropomórfico, amuletos feitos de vários tipos de materiais, contas de âmbar e de vidro (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 247).

Já os enterramentos infantis possuem uma certa ausência de materiais em enterramentos com crianças de até 3 anos. Para crianças acima de 7 anos temos maior presença de mobiliário funerário na forma de objetos de prata, pentes e outros. Cieśliński aponta que existem casos nos quais há enterramentos infantis de maior opulência nesses casos haveria uma relação direta entre essa riqueza e o status da família a qual ela pertence. Podemos observar na figura abaixo o caso de uma fíbula romana que foi depositada no enterramento (CIEŚLIŃSKI, 2016, p. 249).

Fig. 11. Broche em forma de disco de origem romana encontrado em um enterramento infantil em Weklice. FONTE CIEŚLIŃSK, A, The society of Wielbark culture, AD 1–300, 2016, p. 249

Desse modo, temos uma sociedade na qual a estrutura se pauta em uma base de mulheres e homens livres, na qual haveriam alguns papéis específicos como o papel do guerreiro para os homens e uma certa proeminência social para as mulheres. Alguns enterramentos (como os casos específicos de Weklice e Jartypory) apresentam um mobiliário funerário de qualidade para essas mulheres. Neste caso, teríamos um papel religioso atribuído às mulheres na forma de videntes.

Os assentamentos Wielbark teriam a função de seus membros divididas em função do sexo dos mesmos. Essa cultura possui uma mistura de influências do Norte, assim como de seus vizinhos continentais. Desse modo, vemos a região da foz do rio Vístula como muito relevante para a construção das redes de contato bálticas entre os povos germanos orientais e os escandinavos.

A materialidade das sociedades e dos contatos com Roma na Escandinávia

Caminhando rumo ao norte devemos estruturar os conhecimentos sobre a arqueologia escandinava e como podemos entender as sociedades dessa região. Esse território que abraça as atuais Dinamarca, Suécia e Noruega possuem contatos com a cultura material romana que podem ser vistos também no continente, nos contextos arqueológicos apresentados acima. No nosso trabalho abordaremos duas ilhas específicas Fyn, na Dinamarca, e Goatland, na Suécia, às quais temos a presença de moedas romanas em contextos locais e podem ser indicativos de contatos locais bálticos, por um lado, e de contatos diretos com o Império Romano, por outro.

Mais uma vez retornamos para as análises de contextos funerários para construir um entendimento sobre como se davam as relações entre sociedade e indivíduos que dela fazem parte. Destacam-se os bens de prestígio que foram enterrados tanto em contextos de inumação quanto de cremação e de forma geral seriam entendidos como espadas, lanças, escudos ou esporas (HEDEAGER, 1992, p. 143). Os importados romanos e o ouro também fazem parte desse horizonte dos enterramentos; aqui vemos a percepção de que esses bens de prestígio teriam relação direta com a posição social dos indivíduos com eles sepultados.

Estes importados são uma das bases da sociedade escandinava dinamarquesa devido ao fato de serem entendidos como bens de prestígio. Desse modo, são o instrumento para as relações de poder e de negociação entre membros dessa sociedade. Hedeager aponta que nesse universo a sociedade escandinava valorizava esses objetos como indicadores de contato com o mundo romano e dos valores romanos. Ao mesmo tempo isso não resultava em uma

imitação dos objetos romanos como veremos em outras localidades. Por si só temos uma sociedade que não se romaniza no sentido de adoção irrestrita por todos os membros da sociedade, o controle e distribuição se torna um marcador social específico das elites locais.

A sociedade escandinava no período romano tem como sua liderança um grupo específico que seriam os militares profissionais (HEDEAGER, 1992, p. 170). Esse grupo seria liderado pelos cavaleiros estes são percebidos no registro arqueológico a partir dos objetos como esporas, cabrestos. Outras evidências materiais de depósitos de armamentos nos indicam que haveriam também a infantaria e arqueiros. Para a infantaria temos lanças, machados, escudos e cota de malha que nos apresentam esse grupo como pertencente a esse estamento militar da sociedade escandinava. Por último, Hedeager aponta que as pontas de flecha se fazem presentes nos depósitos em pântanos indicando que se fazia uso de flechas no combate (HEDEAGER, 1992, p.162).

Essa elite cavaleira é a detentora do poder militar através do controle da redistribuição dos bens de prestígio, no caso aqui importados romanos, para outros membros da parte guerreira da sociedade escandinava. Aqui temos que entender que há ação direta de algumas famílias nessa estrutura de poder político e militar (HEDEAGER, 1992, p. 160). Poder esse que torna possível a partir das relações entre lideranças e a sua capacidade de fidelizar certos guerreiros para serem seus representantes de forma local (HEDEAGER, 1992, p. 169). Dessa forma, a força das lideranças depende de sua capacidade de obter bens de prestígio; estes a serem redistribuídos entre os membros de seu séquito. Essa forma de organização das estruturas de poder será importante para o período romano e não se solidifica nos períodos posteriores.

Há um elemento da sociedade escandinava no período romano que se torna importante que é a distinção das comunidades por via das variações regionais nos enterramentos e como isso respalda na forma dos enterramentos e nos objetos neles depositados. Hedeager aponta que há diferenciações entre a forma do ritual funerário e a presença ou não de certos tipos de equipamentos militares, no caso para a região sul da península de Jutland há presença de equipamentos somente em cremações, já nos enterramentos não há a presença

de equipamentos militares depositados junto com o indivíduo (HEDEAGER, 1992, p. 146).

Essa sociedade hierarquizada vai negociar via alianças que levam em conta trocas de bens, presentes e serviços; estes são o meio de interação entre todos os membros deste grupo em questão. Nessa estrutura, teremos os importados romanos agindo como meio de construção social no ambiente escandinavo.

Estas elites, no final do período romano, estavam em processo de centralização do seu poder a partir da construção religiosa. A emergência de depósitos votivos que envolvem objetos romanos (a exemplo as moedas de ouro de Boltinggard), são um indicador dessas práticas. Desse modo, há uma relação social entre as elites militares e os homens livres; abaixo deles, por via dos rituais religiosos, tem-se o controle e institucionalização da religião.

Então observa-se uma elite local negociando – por consequência controlando – os meios de distinção sociais através da relação com a distribuição de bens de prestígio. Ao mesmo tempo usando da religião, do controle sobre ela, como um meio de se perpetuar no poder. Aliado a isso, temos a vontade da construção de relações sociais menos dependentes da construção de laços de parentesco. Assim, o controle local se dá por uma relação militar e de cooptação de membros do corpo militar profissional que está em proeminência no período.

Outros estudos importantes para compreendermos quem são esses grupos escandinavos e como estarão ocupando os territórios são os estudos que partem das análises de assentamentos e da economia local. Importantes para que possamos entender como esses grupos vão operar, ocupar os espaços geográficos a partir das suas necessidades.

Hedeager aponta, que os assentamentos na Dinamarca teriam seu auge no início do período romano. No final do período romano e no período seguinte há uma diminuição da quantidade (HEDEAGER, 1992, p.182). Segundo a autora esse problema seria muito mais complexo suscitando que a centralização não fosse somente de poder como também dos assentamentos:

“A second explanation of the relatively small number of settlements from the later half of the Iron Age may lie in the fact that settlement was probably centralized: many small villages were grouped into fewer ones, with larger units. This must necessarily have involved the abandonment of a large number of villages in the second and third centuries AD...” (HEDEAGER, 1992, p. 184).

Os assentamentos na Dinamarca tinham alguns parâmetros importantes para que fossem bem-sucedidos; o primeiro parâmetro era a capacidade de cultivo das terras ocupadas, que varia entre 80 e 100 por cento das terras em um raio de 1km. Já o segundo parâmetro, está ligado ao acesso a alimentos para os animais durante o inverno. Desse modo, os parâmetros mais importantes são de natureza ecológica (HEDEAGER, 1992, p.190).

Há que se destacar que esses vilarejos não tiveram grandes modificações quanto a expansões com intuito de obter novos recursos. Desse modo, o trabalho e exploração da terra era mantido nesse espaço, já que as técnicas de trabalho do solo eram mais complexas. No caso, havia o uso de técnicas de adubação por parte dos escandinavos dinamarqueses. Hedeager argumenta que isso resultou no aumento da densidade de assentamentos na região dinamarquesa, com isso, houve um esgotamento nos espaços para construção de novas vilas (HEDEAGER, 1992, p. 190).

Esses assentamentos são ocupados por “*longhouses*” edifícios longilíneos feitos de uma combinação de madeira e pique. Esses edifícios possuem diversos tamanhos e, segundo Hedeager, essa variação está ligada a função dos mesmos na vila (HEDEAGER, 1992, p. 196). Em linhas gerais as “*longhouses*” teriam uma estrutura de postes de madeira e vigas que dão sustentação ao telhado de turfa e com uma parede cobrindo o perímetro externo da estrutura de madeira. Os assentamentos possuíam uma organização na noção de vilas aonde haviam fazendas e os prédios, lado a lado, ou de forma a terem um cercamento das fazendas, esse último será visto a partir do século III (HEDEAGER, 1992, p. 199).

Essa sociedade que está ocupando cada vez mais o território escandinavo leva as condições de subsistência a um ponto crítico. Desta forma, segundo Hedeager, as migrações, guerras e a fome serão comuns na Idade do Ferro (HEDEAGER, 1992, p. 206). Isso gera mudanças no meio de produção local o que se torna importante para compreendermos as sociedades escandinavas no período romano e posterior.

O modo de produção muda uma vez que o cultivo com adubação deixa de ser a norma a partir do 200 d.C. um modo mais centralizado ao redor dos locais de habitação. Essa centralização também é vista na criação de gado que se torna intensiva (HEDEAGER, 1992, pp. 205-206). Essas mudanças são reflexo direto da ação do clima e do esgotamento do solo, causados pela concentração populacional e na maneira como até então eram produzidos os alimentos no início da Idade do Ferro.

A necessidade de meios mais efetivos de produção, no início da Idade do Ferro, gera um reflexo na tecnologia usada nos implementos de colheita. Primeiro o uso do ferro, segundo que na produção intensiva de gado há uma demanda maior por alimentos. Assim, os implementos de ferro se tornam importantes para aumentar a produtividade de alimentos para o gado.

Nesse período há um sistema de produção baseado na unidade familiar. Essa unidade e a equiparação dos conjuntos de unidades familiares que compõem a sociedade escandinava nesse período resultam em uma distribuição dos direitos de uso das terras cultiváveis; desse modo, haveria não só uma distribuição do espaço como também da produção (HEDEAGER, 1992, p. 217).

Ao mesmo tempo, no início da Idade do Ferro, há uma coexistência de meios de habitação entre o formato das vilas e das fazendas independentes. Essa última leva à união entre algumas fazendas na região e uma ocupação do espaço de forma unificada. Com o passar do tempo, há um crescimento destas fazendas, com isso temos o aumento de tamanho para acomodação de uma quantidade maior de pessoas e animais. Ao mesmo tempo, essas novas fazendas possuem prédios especializados na forma de oficinas e armazéns (HEDAGER, 1992, p. 218).

Capítulo IV

Numismática e as denominações imperiais: a moeda no mundo romano e além

Uma breve história da produção monetária romana

Antes de estudarmos especificamente as denominações, tipos e formas com as quais as moedas romanas aparecem no Báltico temos que ver as especificidades desse material no Império Romano, sua história, meio de produção e como elas eram entendidas a partir dos estudos de numismática que surgem já no século XIX e serão de suma importância para compreender o fenômeno das moedas no seu local de origem e produção que é o Império Romano.

As moedas no mundo romano existem desde a República, as produções senatoriais dominavam o período e eram ligadas muitas vezes ao senado e a membros importantes desse grupo como uma entidade. Nesse período, as outorgas para produção de moedas eram garantidas a membros da elite e de maneira pouco centralizada.

Já com a ascensão de Otávio Augusto ao poder e subsequente instauração do Império há uma centralização da produção monetária de certos valores em especial as denominações de ouro e prata (SEAR, 1988, p. 10). Durante o Império, várias denominações serão criadas dentro das mais diversas ligas metálicas, as quais eram de conhecimento romano. As mais importantes para a nossa pesquisa serão quatro denominações específicas: os denários, sestércios, os *solidi* e os *aurei*.

A estas moedas os estudos numismáticos chamam de emissões imperiais; elas possuíam grande valor, e, por isso, havia a necessidade de produzi-las de maneira bastante controlada. Este controle de qualidade se dava através da garantia de que as denominações fossem produzidas de maneira correta com certa padronização entre as denominações através de: tamanho, peso da moeda e iconografia.

A necessidade desse controle de produção era oriunda do modo de se entender o valor das moedas no mundo romano, o qual consiste de uma

categoria de metal, utilizada em uma quantidade específica que denota seu peso e certo tamanho. Desse modo, estabelecia-se o valor da moeda, conhecido como valor venal, garantido por essa padronização de peso e tamanho.

Esses padrões eram produzidos nas oficinas de cunhagem; no período republicano o controle das oficinas e da produção estava nas mãos do senado, como fora apresentado anteriormente. O poder do senado na produção era exercido através da indicação dos triúmviros monetários (*tresviri monetales*) das oficinas. Neste período o senado descentralizava a produção que estavam em diversas regiões que estavam sob o seu controle (SEAR, 1988, p. 42).

Com a ascensão de Otávio Augusto e o caos oriundo da guerra de sucessão de Cesar, as oficinas e a produção ficaram prejudicadas. Desse modo, o novo imperador, em 23 a.C., reorganiza as oficinas e temporariamente leva a produção de moedas para Roma. Ao mesmo tempo, institui uma nova oficina em Lugdunum, capital da província da Gália, e leva para lá a produção de moedas de prata e ouro. A produção permanecerá descentralizada, até 38 d.C. quando Calígula retoma a produção centralizada na oficina de Roma (SEAR, 1988, p. 42).

No início do nosso horizonte cronológico de produção (governo de Nero), há uma retomada da produção em Lugdunum, porém, as séries de prata, alvo do nosso estudo, continuam sendo produzidas em Roma, produção essa que será estabelecida e mantida na capital do Império até o término do período da produção dos denários encontrados na região do mar Báltico no final do século II d.C. (SEAR, 1988, p. 42-43).

Essa padronização está diretamente ligada à disponibilidade de matéria prima no Império, com isso, ao longo da história de Roma, ocorre uma flutuação dos padrões de peso presentes nas denominações imperiais. As séries imperiais do período anterior a 54 d.C., vão apresentar um maior peso, desse modo, serão mais valiosas dentro de uma lógica na qual a necessidade de produção era menor e o acesso ao material era maior, o que possibilitava uma valorização maior das denominações.

David Sear, em seu trabalho intitulado: *Roman Coins and Their Values*, informa que, a partir dessa data (54 d.C.), ocorrera uma reforma monetária em que a diminuição do peso das moedas de prata teria sido um processo que teria atravessado o governo de vários imperadores. Isso resulta em uma

desvalorização do valor por peso de até 60%, como é visto nas moedas de Caracala, que terão somente 40% do seu peso em prata (SEAR 1988, p. 12).

As moedas romanas possuem alguns elementos importantes que passam por suas características físicas. Ela é um meio não só de trocas, de valor, como também é um meio de transmissão de informações e constituída não só de valores econômicos, como também simbólicos.

É a partir da sua iconografia, assim como de sua epigrafia, que há a transmissão de informações. Elas se dividem em dois grupos gerais: a transmissão de feitos e conquistas do imperador no poder, por via dos reversos e também dos títulos dados ao imperador presentes nos anversos das moedas.

As moedas romanas no contexto da Europa Central e do Norte, seleção do material e metodologia de pesquisa.

As possibilidades de estudos numismáticos são condicionadas à natureza dos achados uma vez que a sua forma, contexto e categoria são extremamente importantes para definir as possibilidades analíticas. Aqui cabem algumas definições básicas pertencentes aos estudos numismáticos quanto à natureza dos achados.

Primeiro, devemos categorizar os achados segundo sua quantidade de moedas. Neste sentido, temos duas categorias: achados unitários, moedas soltas encontradas sozinhas, e tesouros, achados de acúmulos de moedas com, ou sem, suporte na forma de vasilhames, bolsas de couro ou outros. A segunda categorização segue a partir das circunstâncias as quais esse achado teria sido feito. Desse modo, temos: achados fortuitos, encontrados ao acaso, achados arqueológicos, frutos de escavações sistemáticas.

Após a categorização dos achados, devemos sistematizar os levantamentos e análises posteriores de duas formas: as análises intrínsecas, estudos ligados às moedas e a natureza do achado e extrínsecas. Esta última ocorre a partir das análises contextuais vindas dos locais que foram encontrados os achados numismáticos e dependente da qualidade da informação obtida sobre os achados e seus contextos.

Dentro das análises intrínsecas temos duas categorias: a de estudos de tipos monetários e de constituição dos tesouros. O primeiro estudo ocorre a partir das análises iconográficas e epigráficas pertencentes às moedas. O resultado é a catalogação não só por aspectos artísticos, como também considerando a datação, uma vez que tanto a iconografia quanto epigrafia nos permitem seriar as produções. Isso nos permite organizar as moedas que fazem parte de um tesouro em uma perspectiva cronológica a partir dos nossos conhecimentos sobre a história imperial romana.

Outro elemento das análises intrínsecas que é importante para compreender a história da moeda são as análises de eventuais desgastes. Isto indica eventuais circulações e sua intensidade uma vez que quanto maior o desgaste da moeda maior seria o seu uso, o que estaria indicado através dos desgastes da iconografia e epigrafia presentes nas moedas.

Já a análise intrínseca dos tesouros busca entender certos parâmetros de constituição do mesmo, entendendo os tesouros como produto de um acúmulo deliberado de moedas e outros objetos preciosos. Aqui, a análise intrínseca dos tesouros busca entender a datação de constituição do tesouro, quando ele foi construído, o *Terminus Post Quem* do tesouro, ou seja, a data de produção da moeda mais recente que indicaria quando esse tesouro teria sido acumulado, por consequência essa datação marca o início do período estimado de deposição do tesouro em casos nos quais possuímos informações arqueológicas sobre seu contexto estratigráfico.

Existem algumas problemáticas pertencentes à qualidade das informações registradas e obtidas sobre os diversos achados. O conjunto de achados fortuitos é o mais complicado para construir aprofundamentos, de cunho contextual, uma vez que possuem pouco ou nenhum registro das circunstâncias nas quais os achados foram feitos e por consequência eventuais contextos se perdem. Já o grupo dos achados arqueológicos é o ideal em termos de disponibilidade de informações que venham a construir uma melhor compreensão do achado, seja ele unitário ou tesouro.

Ao mesmo tempo os estudos numismáticos podem ser trabalhados a partir de relações de maior ou menor escopo em termos quantitativos, geográficos, tipológicos. As relações espaciais, ligadas ao campo da numismática, nos permitem constituir relações como circulação, redes de trocas,

atribuir eventuais contatos entre grupos e com aporte histórico ligar os tesouros a certos eventos dos locais produtores que podem indicar relações entre os emissores e os receptores das moedas, estas questões todas abordadas a partir das análises extrínsecas dos tesouros.

No nosso campo de pesquisa das moedas romanas – nos contextos arqueológicos do Báltico – temos certas abordagens mais comuns nos trabalhos locais. São elas: estudos de circulação apresentados pelos pesquisadores Aleksander Bursche, Anna Zapolska, nos contextos poloneses; Svante Fischer e Fernando Lopes para a circulação de moedas de ouro produzidas em Constantinopla. Para os contextos escandinavos temos as pesquisadoras Anne Kromman, Hele W. Horsnaes e Lennart Lind.

Sempre entendendo as moedas como fruto de uma rede de circulação que tem seu início no Império Romano e término em seus contextos locais. Alguns trabalhos específicos que estudamos tratam as especificidades das moedas de ouro em contextos da ilha de Funen na Dinamarca, estudos sobre os sestércios na Lituânia e Letônia, todos buscando entender e caracterizar os padrões de circulação e suas motivações, assim como novas atribuições a esse material em contextos locais.

Para isso, foi preciso primeiro determinar a seleção do nosso material de trabalho. Trabalhamos com tesouros das ilhas escandinavas, Goatland e Fyn respectivamente. Assim como tesouros do norte da Polônia e Alemanha, especificamente da foz do rio Vístula e Elba. Tanto Bursche Horsnaes e Lind, apontam os denários como a denominação de maior ocorrência em seus respectivos países assim se torna importante selecionar os tesouros de prata, para que possamos ter uma visão regional acurada.

Para as denominações de ouro, a estrutura de seleção segue parâmetros específicos de compreensão do fenômeno histórico de circulação e mudança do padrão monetário romano. Regionalmente, há uma substituição da presença de denominações de ouro já a partir do século III no caso polonês, tesouro Zargózyn. Esta substituição será vista, no caso escandinavo, a partir do século IV e em casos do norte da Polônia, o que indicaria eventuais contatos de circulação entre as ilhas escandinavas e a foz do Vístula.

Ao mesmo tempo, é importante a seleção de ambas as denominações a partir da mudança de relações políticas e sociais as quais elas representam. Os

Os dois primeiros bancos de dados são produto de um processo de digitalização dos achados numismáticos feitos em territórios alemães (AFE WEB) e poloneses (AFE-PL). Estes bancos de dados nos permitem obter informações sobre os tipos, denominações, quantidades e localidades dos tesouros, porém, não possuem imagens disponíveis para usarmos no catálogo que organizamos.

Desse modo, recorreremos ao site do gabinete numismático da Universidade de Berlim e ao projeto OCRE, uma parceria entre a *American Numismatic Society* e o *Institute for the Study of the Ancient World* da Universidade de Nova Iorque para obtermos as imagens necessárias e informações mais precisas sobre os locais de achado.

Ao mesmo tempo, usamos catálogos impressos uma vez que contamos com a colaboração do professor Lennart Lind que muito gentilmente nos enviou uma cópia de seu catálogo de moedas romanas na Suécia.

Apresentados os bancos de dados que foram utilizados na dissertação partimos para a seleção dos materiais. O cenário da numismática romana, no Centro e Norte da Europa, apresenta dezenas de milhares de objetos distribuídos em centenas de achados, das mais diversas naturezas.

Desse modo, é importante delimitar certos parâmetros para nossa seleção, são eles: categoria de achado, denominação e local de achado. Assim, selecionamos tesouros de denários, sestércios, *aurei* e *solidi* encontrados no Centro e Norte da Europa, com distância dos marcadores geográficos imperiais (Rio Reno e Danúbio) de no mínimo 400 km.

A lista de tesouros selecionados vem a seguir na tabela, divididos por região e quantidade de moedas:

Alemanha	Polônia	Dinamarca	Suécia
Gräpel (27 unidades)	Gierloz (20 unidades)	Boltinggard (16 unidades)	Gandarve II: b (63 unidades)
Neuhaus	Frombork		Buters/Rovide

(9 unidades)	(27 unidades)		(10 unidades)
	Trąbki Małe (76 unidades)		Öster Ryftes (16 unidades)
	Zagórzyn (18 unidades)		

Os tesouros selecionados foram analisados da forma apresentada anteriormente, seguindo a construção das tipologias numismáticas e a análise dos tesouros seguindo a construção cronológica do mesmo quanto à cronologia do tesouro, seguindo catalogação por datação da moeda mais antiga para a mais recente.

Para a construção da catalogação tipológica usamos os manuais da série RIC, *Roman Imperial Coinage*, produzidos a partir da coleção de numismática do Museu Britânico e publicado pela primeira vez em 1927 e hoje contando com 10 volumes.

Durante a história da numismática romana em contextos do norte da Europa veremos dois períodos distintos de produção e ocorrência de denominações, estes períodos cronológicos estão ligados através da produção das denominações que são encontradas nas regiões do Báltico e que pautam as nossas seleções quanto aos tesouros.

O primeiro momento está ligado à produção dos denários e sestércios, no qual os achados variam entre 54-200 d.C., para os denários, e 54- 260 d.C., para a produção dos sestércios.

Já o segundo horizonte cronológico de produção está dividido em dois períodos e se relaciona às produções de ouro tanto de Constantino I quanto na produção centralizada nas oficinas da cidade de Constantinopla no século V.

Para a primeira produção temos o IV século d.C., aonde a produção estava descentralizada em diversas oficinas ao longo do território do Império e em um segundo momento o século V d.C. para as séries produzidas exclusivamente em Constantinopla (FISCHER e LOPEZ, 2016, p. 157)

Esses tesouros serão apresentados e contextualizados em termos não só arqueológicos como também históricos. O uso do aporte das fontes textuais nos permite levantar possíveis hipóteses sobre as justificativas romanas para a circulação deste material. Ao mesmo tempo em que nos permite pautar possíveis agências dos povos do centro e norte da Europa para os contatos que serviriam de base para a circulação de moedas de Roma para os povos locais.

Desse modo, o foco nas quatro denominações apresentadas acima se justifica uma vez que os aportes contextuais são mais fortes para as explicações da presença de denários e sestércios dos séculos I ao III e as denominações de Ouro, Aureus e Solidus, dos séculos IV ao V.

As análises dos tesouros os colocam em 3 categorias: tesouros mistos amplos e tesouros simples. A primeira categoria de tesouros aqui é a que possui mais de uma denominação monetária e outros objetos. Já a segunda seria a de tesouros que possuem uma única denominação.

Neste quesito apresenta-se Frombork, Polônia, e Bonltinggard, Dinamarca, como tesouros mistos os quais possuem não só uma variedade de tipos monetários como também uma variação de objetos que estão entesourados. Já os tesouros alemães, poloneses e suecos possuem somente uma única denominação.

As análises das moedas pertencentes aos tesouros nos apresentam horizontes cronológicos já comentados anteriormente de forma geral. Agora olhando de forma mais específica quanto a datações oriundas das moedas podemos traçar alguns panoramas que nos permitem compreender as questões de análises intrínsecas dos tesouros, aqui buscando compreender a cronologia de constituição dos mesmos.

Para os tesouros de prata, denários, são apresentados os seguintes períodos de produção das moedas pertencentes aos tesouros selecionados:

Alemanha	Polônia	Suécia
Gräpel: 71 d.C. – 190 d.C.	Gierloz: 69 d.C. - 193	Gandarve II: b 79 d.C. – 200 d.C.

Neuhaus: 75 d.C. – 168 d.C.	Frombork:	Buters/Rovide 112 d.C. - 187 d.C.
		Öster Ryftes 103 d.C. - 184 d.C.

Nos tesouros de prata, temos uma prevalência de denários da dinastia antonina. Com alguns remanescentes das décadas anteriores, não passando do reinado de Nero. Para as datações mais recentes os tesouros não apresentam moedas que transcendem o período da dinastia dos severos, nos quais os tesouros possuem moedas até 200 d.C. As análises numismáticas desse período apontam que os denários teriam sido produzidos em Roma e isso é um ponto importante para nossas reflexões.

Nos tesouros de denominações de ouro, aureus e solidus temos os seguintes períodos de constituição dos tesouros:

Polônia	Dinamarca
Zagórzyn: 355 d.C. – 388 d.C.	Boltinggard: 249 d.C.- 336 d.C.
Trąbki Małe: 239 d.C. – 445 d.C	

O Império Romano apresenta uma diversidade muito grande de datações e locais de produção das denominações de ouro. As oficinas de Ravena, Constantinopla, Trier, Nicomédia, Aquiléia, Tessalônica e Sirmium estão entre as produtoras das moedas em questão. No tocante aos períodos de produção vemos que as emissões são todas da antiguidade tardia e poucas são emissões ocidentais, a maioria é produzida pelos imperadores sediados em Constantinopla, com adições ocidentais.

A seguir temos a seleção de tesouros a partir de sua catalogação no RIC (*Roman Imperial Coinage*) divididos por regiões geográficas:

Alemanha:

T Ag - 1 Gräpel¹⁷

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Denário	Augusto	Roma			
2	Denário	Vespasiano	Roma	69-71	RIC-II 46/37	2,61 g
3	Denário	Vespasiano	Roma	73	RIC-II 522/58	2,86 g
4	Denário	Vespasiano	Roma	73	RIC-II 545/65	2,67 g
5	Denário	Vespasiano	Roma	69-73	RIC-II 45 type/2.1	2,87 g
6	Denário	Vespasiano	Roma	69-73	-	-
7	Denário	Vespasiano	Roma	74	RIC-II 75?/703?	2,66 g
8	Denário	Vespasiano	Roma	75	RIC-II 90/772	3,19 g
9	Denário	Vespasiano	Roma	76	RIC-II 124 ^a /850	2,66 g
10	Denário	Vespasiano	Roma	76	RIC-II 88/99- 848	1,78 g
11	Denário	Vespasiano	Roma	77-78	RIC-II 108/942	3,08 g
12	Denário	Vespasiano	Roma	69-79		2,66 g
13	Denário	Vespasiano	Roma	69-79		
14	Denário	Vespasiano	Roma	77-78	RIC-II 241/961	2,87 g
15	Denário	Vespasiano	Roma	77-78	RIC-II 242/957	2,79 g
16	Denário	Vespasiano	Roma	79	RIC-II 207	1,92 g

¹⁷ T-ag sigla para tesouro de prata, sendo Ag a representação do elemento prata na tabela periódica.

17	Denário	Domiciano	Roma	92-93	RIC-II 172/741	2,80 g
18	Denário	Domiciano	Roma	92-93	RIC-II 242	2,74 g
19	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC-II 88	2,63 g
20	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC-II 96/99	
21	Denário	Trajano	Roma	112-117	RIC-II	
22	Denário	Trajano	Roma	114-117	RIC-II 318	2,9 g
23	Denário	Adriano	Roma	118	RIC-II 42	3,04 g
24	Denário	Adriano	Roma	119-122	RIC-II 113 type	
25	Denário	Adriano	Roma	119-122	RIC-II 137 c	2,56 g
26	Denário	Adriano	Roma	128-132	RIC- II 361	
27	Denário	Adriano	Roma	117-138		
28	Denário	Adriano	Roma	128-138	RIC-II 359a	3,11 g
29	Denário	Adriano	Roma	128-138	RIC-II 403 var.	
30	Denário	Adriano	Roma	137-138	RIC-II 430	3,43 g
31	Denário	Antonino Pio	Roma	138	RIC-III 9	2,76 g
32	Denário	Antonino Pio	Roma	147-148	RIC-III 171	3,03 g
33	Denário	Antonino Pio	Roma	148-149	RIC-III 179	2,89 g
34	Denário	Antonino Pio	Roma	150-151	RIC-III 193	
35	Denário	Antonino Pio	Roma	152-153	RIC-III 219	2,46 g
36	Denário	Antonino Pio	Roma	152-153	RIC-III 221	2,9 g
37	Denário	Antonino Pio	Roma	152-153	RIC-III 221 ?	2,99 g
38	Denário	Antonino Pio	Roma	153-154	RIC-III 229a	3,07 g
39	Denário	Antonino Pio	Roma	155-156	RIC-III 253	3,47 g
40	Denário	Antonino Pio	Roma	156-157	RIC-III 264	3,29 g
41	Denário	Antonino Pio	Roma	156-157	RIC-III 264	3,48 g
42	Denário	Antonino Pio	Roma	159-160	RIC-III 290	2,64 g
43	Denário	Antonino Pio	Roma	159-160	RIC-III 304- type	2,16 g
44	Denário	Antonino Pio	Roma	138-161		
45	Denário	Antonino Pio	Roma	138-161		

46	Denário	Antonino Pio	Roma	138-161		
47	Denário	Antonino Pio	Roma	141	RIC-III 348	3,03 g
48	Denário	Antonino Pio	Roma	141	RIC-III 362	3,10 g
49	Denário	Antonino Pio	Roma	141	RIC-III 378b	2,92 g
50	Denário	Antonino Pio	Roma	148-149	RIC-III 448b	3,26 g
51	Denário	Antonino Pio	Roma	157-158	RIC-III 475a	3 g
52	Denário	Antonino Pio	Roma	147-161	RIC-III 495 a	2,87 g
53	Denário	Antonino Pio?	Roma	145-176	RIC III	
54	Denário	Marco Aurélio	Roma	162-163	RIC-III 59	2,55 g
55	Denário	Marco Aurélio	Roma	162-163	RIC-III 59	2,99 g
56	Denário	Marco Aurélio	Roma	162-163	RIC-III ?	
57	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-180	RIC-III 431	2,5 g
58	Denário	Lúcio Vero	Roma	161-162	RIC-III 482	2,71 g
59	Denário	Lúcio Vero	Roma	161-169	RIC-III ?	
60	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-176	RIC-III 669	3,55 g
61	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-176	RIC-III 677	3,67 g
62	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-176	RIC-III 686	2,91 g
63	Denário	Comodo	Roma	185	RIC-III 122a	2,37 g
64	Denário	Comodo	Roma	191-192	RIC-III 219	2,07 g
65	Denário	Comodo	Roma	180-192	RIC-III ?	
66	Denário	-	Roma			

T Ag - 2 Neuhaus/Oste

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Denário	Nero	Roma	54-68		
2	Denário	Nero	Roma	54-68		
3	Denário	Galba	Roma	68-69		
4	Denário	Galba	Roma	68-69		
5	Denário	Galba	Roma	68-69		
6	Denário	Oto	Roma	69		
7	Denário	Vitélio	Roma	69		
8	Denário	Vespasiano	Roma	75	RIC-II 90/772	3,1 g
9	Denário	Vespasiano	Roma	69-79		
10	Denário	Domiciano	Roma	81	RIC-II 1	2,87 g
11	Denário	Domiciano	Roma	90-91	RIC-II 153	3,34 g
12	Denário	Domiciano	Roma	95	RIC-II 189/773	3,25 g
13	Denário	Domiciano	Roma	72-95		
14	Denário	Tito	Roma	72-81		
15	Denário	Nerva	Roma	96-98		
16	Denário	Trajano	Roma	98-99	RIC-II 22	3,27 g
17	Denário	Trajano	Roma	101-102	RIC-II 60	3,36 g
18	Denário	Trajano	Roma	101-102	RIC-II 67	
19	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC-II 116	2,89 g
20	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC-II 127	

21	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC-II 128	3,25 g
22	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC-II 147 b	2,69 g
23	Denário	Trajano	Roma	112-114	RIC-II 226	3,29 g
24	Denário	Trajano	Roma	114-117	RIC-II 334	2,18 g
25	Denário	Trajano	Roma	98-117		
26	Denário	Trajano	Roma	100-117		
27	Denário	Trajano	Roma	114-117	RIC-II 743 ff.	
28	Denário	Adriano	Roma	118	RIC-II 46	3,11 g
29	Denário	Adriano	Roma	119-122	RIC-II 83	2,85 g
30	Denário	Adriano	Roma	119-122	RIC-II 110 b	2,9 g
31	Denário	Adriano	Roma	125-128	RIC-II 160 d	2,88 g
32	Denário	Adriano	Roma	125-128	RIC-II 176 d	3,12 g
33	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC-II 241 a	2,94 g
34	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC-II 261 a	3,1 g
35	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC-II 267 a	2,99 g
36	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC-II 310 a	3,08 g
37	Denário	Adriano	Roma	117-138		
38	Denário	Adriano	Roma	128-138		
39	Denário	Adriano		137-138		
40	Denário	Antonino Pio	Roma	155-156	RIC-III 252	2,16 g
41	Denário	Antonino Pio	Roma	138-161	RIC-III?	

42	Denário	Antonino Pío	Roma	138-161	RIC-III?	
43	Denário	Marco Aurélio	Roma	161	RIC-III?	
44	Denário	Marco Aurélio	Roma	167-168	RIC-III 178	
45	Denário	Marco Aurélio	Roma	168	RIC-III 191	2,33 g
46	Denário	Marco Aurélio	Roma	168	RIC-III 192	3,17 g
47	Denário					

Polônia:

T Ag - 3 Gierloz

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Denário	Nero	Roma	67-68	RIC-I 69	
2	Denário	Vitelo	Roma	69	RIC-I 90	
3	Denário	Vespasiano	Roma	71	RIC-II 46	
4	Denário	Domiciano	Roma	88-89	RIC-II 659	
5	Denário	Adriano	Roma	118	RIC-II 51 a	
6	Denário	Adriano	Roma	132-134	RIC-II 223	
7	Denário	Antonino Pío	Roma	139	RIC-III 27a	
8	Denário	Antonino Pío	Roma	139	RIC-III 27c	
9	Denário	Antonino Pío	Roma	139	RIC-III 40	

10	Denário	Marco Aurélio	Roma	161	RIC-III 13	
11	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-162	RIC-III 50	
12	Denário	Marco Aurélio	Roma	177-178	RIC-III 649	
13	Denário	Marco Aurélio	Roma	179	RIC-III 663	
14	Denário	Comodo	Roma	180	RIC-III 10	
15	Denário	Comodo	Roma	181	RIC-III 17	
16	Denário	Comodo	Roma	181-182	RIC-III 28	
17	Denário	Comodo	Roma	181-182	RIC-III 25a	
18	Denário	Comodo	Roma	181-182	RIC-III 36b	
19	Denário	Dido Juliano	Roma	193	RIC-IV 3	
20	Denário	Pertinax	Roma	193	RIC-IV 4a	

T Ag - 4 Frombork

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Denário	Tito	Roma	80	RIC116	
2	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC 107	
3	Denário	Trajano	Roma			
4	Denário	Adriano	Roma	119-122	RIC 137 a	
5	Denário	Antonino Pio	Roma			
6	Denário	Antonino Pio	Roma			
7	Denário	Antonino Pio	Roma			
8	Denário	Antonino Pio	Roma			
9	Denário	Antonino Pio	Roma			
10	Denário	Antonino Pio	Roma			
11	Denário	Antonino Pio	Roma			
12	Denário	Antonino Pio	Roma			
13	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-162	RIC 58	

14	Denário	Marco Aurélio	Roma	166	RIC 163	
16	Denário	Marco Aurélio	Roma	176-177	RIC 359	
17	Denário	Marco Aurélio	Roma			
18	Denário	Marco Aurélio	Roma			
19	Denário	Marco Aurélio	Roma			
20	Denário		Roma			
21	Denário		Roma			
22	Denário		Roma			
23	Denário		Roma			
24	Denário		Roma			
25	Denário		Roma			
26	Prata-					
29	Sestércio	Antoninio Pio	138-161			
30	Bronze-Indeterminado					
31	Bronze-Indeterminado					

32	Solidus	Teodósio II	Constantin opla	431	RIC257	
----	---------	-------------	--------------------	-----	--------	--

Suécia:

T Ag – 5 Alva, Gandarve II: b

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Denário	Domiciano	Roma	79	RIC 244?	2,76 g
2	Denário	Nerva	Roma	96-97	RIC 1, 13, 25	2,90 g
3	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC 122	2,94 g
4	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC 127	2,76 g
5	Denário	Adriano	Roma	114	RIC 354	2,60 g
6	Denário	Adriano	Roma	117-122	RIC 5	2,92 g
7	Denário	Adriano	Roma	119-122	RIC 110	2,87 g
8	Denário	Adriano	Roma	125-128	RIC 172?	2,90 g
9	Denário	Adriano	Roma	125-128	RIC 198	2,59 g
10	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC 290	2,72 g
11	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC 290	3,12 g
12	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC 343	3,00 g
13	Denário	Antonino Pio	Roma	138	RIC 9	2,80 g
14	Denário	Antonino Pio	Roma	139	RIC 23	2,92 g
15	Denário	Antonino Pio	Roma	140-143	RIC 68	2,44 g
16	Denário	Antonino Pio	Roma	145-161	RIC 136	2,90 g
17	Denário	Antonino Pio	Roma	145-161	RIC 137	2,74 g

18	Denário	Antonino Pio	Roma	145-161	RIC 143 f.	2,92 g
19	Denário	Antonino Pio	Roma	147-156	RIC 163	3,14 g
20	Denário	Antonino Pio	Roma	148-149	RIC 183?	2,80 g
21	Denário	Antonino Pio	Roma	157-158	RIC 274	2,06 g
22	Denário	Antonino Pio	Roma	157-158	RIC 275	2,46 g
23	Denário	Antonino Pio	Roma	158-160	RIC 208f. ou 304f.	2, 80 g
24	Denário	Antonino Pio	Roma	161-180	RIC 436	2,96 g
25	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 343	2,90 g
26	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 343	2,94 g
27	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 344?	3,10 g
28	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 356	2,86 g
29	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 356	2,87 g
30	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 356	3,00 g
31	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 361?	2,68 g
32	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 394 ^a	2,71 g
33	Denário	Marco Aurélio	Roma	158-159	RIC 480	2,82 g
34	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-162	RIC 50	2,85 g
35	Denário	Marco Aurélio	Roma	162-163	RIC 73	3,00 g
36	Denário	Marco Aurélio	Roma	163-180	RIC 91?	2,38 g
37	Denário	Marco Aurélio	Roma	164-165	RIC 125	2,95 g
38	Denário	Marco Aurélio	Roma	166	RIC 159	2,96 g
39	Denário	Marco Aurélio	Roma	168-170	RIC 206 ou 221	2,74 g

40	Denário	Marco Aurélio	Roma	169-170	RIC 225	3,08 g
41	Denário	Marco Aurélio	Roma	173-174	RIC 287	3,00 g
42	Denário	Marco Aurélio	Roma	173-174	RIC 289?	2,40 g
43	Denário	Marco Aurélio	Roma	175	RIC 334	3,01 g
44	Denário	Marco Aurélio	Roma	175-176	RIC 334 ou 352	2,94 g
45	Denário	Marco Aurélio	Roma	175-176	RIC 354	2,70 g
46	Denário	Marco Aurélio	Roma	176-177	RIC 373	2,76 g
47	Denário	Marco Aurélio	Roma	176-177	RIC 375	3,26 g
48	Denário	Marco Aurélio	Roma	180	RIC 266	2,73 g
49	Denário	Antonino Pio	Roma	145-161	RIC 517 (a)	3,08 g
50	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-176	RIC 686	2, 76 g
51	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-176	RIC 694	2,94 g
52	Denário	Marco Aurélio	Roma	176-180	RIC 746	2,62 g
53	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-180	RIC 762	2,90 g
54	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-180	RIC 780	2,84 g
55	Denário	Comodo	Roma	181	RIC 12	2,32 g
56	Denário	Comodo	Roma	183 d.C.?	RIC 66?	2,40 g
57	Denário	Comodo	Roma	184 d.C.	RIC 91	3,00 g
58	Denário	Comodo	Roma	184-185 d.C.	RIC 101	2, 38 g
59	Denário	Comodo	Roma	186 d.C.	RIC 133	2,30 g

60	Denário	Comodo	Roma	186-187 d.C.	RIC 150 ^a	2,34 g
61	Denário	Comodo	Roma	187-188 d.C.	RIC 164	2,16 g
62	Denário	Séptimio Severo	Roma	193 d.C.	RIC 18?	3,38 g
63	Denário	Séptimio Severo	Roma	198-200	RIC144 b	3,18 g

T Ag - 6 Eskelhem, (Buters/Rovide)

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Denário	Trajano	Roma	112-114	RIC 253?	2,45 g
2	Denário	Adriano	Roma	117-122	RIC17 ou 19	2,55 g
3	Denário	Adriano	Roma	119-122	RIC 83?	2,85 g
4	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC 244	2,96 g
5	Denário	Antonino Pio	Roma	139	RIC 51	2,99 g
6	Denário	Antonino Pio	Roma	157-158	RIC 283?	2,42 g

7	Denário	Antonino Pio	Roma	158-159	RIC 480	3,04 g
8	Denário	Antonino Pio	Roma	145-161	RIC 507	2,26 g
9	Denário	Lucilla	Roma	161-180	RIC 772	2,63 g
10	Denário	Comodo	Roma	186-187	RIC 145	2,74 g

T Ag 7- Fole, Öster Ryftes

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Denário	Trajano	Roma	103-111	RIC 120	2,52 g
2	Denário	Trajano	Roma	114-177	RIC 343	2,95 g
3	Denário	Adriano	Roma	119-122	RIC 77	2,72 g
4	Denário	Adriano	Roma	132-134	RIC 214f. ?	2,89 g
5	Denário	Adriano	Roma	134-138	RIC 282	2,98 g
6	Denário	Antonino Pio	Roma	139-143	RIC 43	2,78 g
7	Denário	Antonino Pio	Roma	148-149	RIC 179	2,97 g
8	Denário	Antonino Pio	Roma	156-158	RIC 275	2,58 g
9	Denário	Antonino Pio	Roma	139-161	?	2,66 g
10	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 343	2,78 g

11	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 344	2,79 g
12	Denário	Antonino Pio	Roma	141-161	RIC 353	2,92 g
13	Denário	Antonino Pio	Roma	140-144	RIC 424	2,96 g
14	Denário	Antonino Pio	Roma	144-147	RIC 426	2,62 g
15	Denário	Marco Aurélio	Roma	161-176	RIC 715	2,94 g
16	Denário	Comodo	Roma	183-184	RIC 74	2, 59 g

Para as denominações de ouro temos os seguintes tesouros apresentados nas tabelas a baixo:

Dinamarca

T Au¹⁸- Boltinggard Skov

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Aureii	Trajano Décio	Roma	249-251	RIC-29 (a)	4,36 g
2	Aureii	Cláudio Tácito	Antioquia	275-276	?	7,35 g
3	Aureii	Diocleciano	Ticinum	303-304	RIC-11(a)	4,96 g
4	Solidus	Constantino	Trier	317-337	RIC 192	4,33 g
5	Solidus	Constâncio II	Trier	324	RIC 448	4,43 g
6	Solidus	Constantino II	Trier	332-333	RIC 536	5,02 g

¹⁸ T Au sigla para tesouro de ouro, sendo Au a representação do elemento ouro na tabela periódica.

7	Solidus	Constantino II	Trier	335-336	RIC 573	4,40 g
8	Solidus	Constâncio	Trier	335-336	RIC 575	4,00 g
9	Solidus	Constantino	Trier	335-336	RIC 577	4,60 g
10	Solidus	Constantino I	Ticinum	320-321	RIC 105	4,48 g
11	Solidus	Constâncio II	Siscia	335-336?	?	4,80 g
12	Solidus	Constantino	Sirmium	320-324	RIC 10	4,37 g
13	Solidus	Constantino II	Tessalônica	332-333	RIC 190	4,33 g
14	Solidus	Constantino	Antioquia	335-336	RIC 96	4,46 g
15	Solidus	Constantino	Antioquia	335-336	RIC 96	4,45 g

Polônia:

T Au2 – Zargózyn¹⁹

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Solidus	Constâncio II	Nicomedia	335-361	RIC-VIII 100	4,48 g
2	Solidus	Valens	Antioquia	364-367	RIC IX 2d	4,55 g
3	Solidus	Valentiniano I	Trier	367-375	RIC-IX 17 (b)	4,51 g
4	Solidus	Valentiniano I	Trier	367-375	RIC-IX 17 (b)	4,43 g
5	Solidus	Graciano	Trier	367-375	RIC-IX 17 (g)	

¹⁹ As moedas que foram possíveis de serem determinadas estão apresentadas aqui, mesmo sem peso aferido no total de 21 unidades (Bursche, 2003, p. 45)

6	Solidus	Graciano	Trier	367-375	RIC-IX 17 (f)	
7	Solidus	Valens	Trier	367-378	RIC-IX 17(e)/39(a)	4,50 g
8	Solidus	Graciano	Trier	375-378	RIC-IX 39(c)	
9	Solidus	Valentiniano II	Trier	375-378	RIC-IX 39(e)	
10	Solidus	Graciano	Trier	378-383	RIC-IX 49(b)	4,46 g
11	Solidus	Graciano	Trier	378-383	RIC-IX 49(b)	4,45 g
12	Solidus	Valentiniano II	Trier	378-383	RIC-IX 49(c)	4,45 g
13	Solidus	Graciano	Mediolanum	378-383	RIC-IX 5(a)	4,43 g
14	Solidus	Teodósio I	Trier	379-383	RIC-IX 50	4,49 g
15	Solidus	Teodósio I	Mediolanum	379-383	RIC-IX 5(b)	4,47 g
16	Solidus	Teodósio I	Constantino pla	378-383	RIC-IX 43(b)	
17	Solidus	Valentiniano II	Mediolanum	383-388	RIC-IX 8(a)	
18	Solidus	Teodósio I	Mediolanum	383-388	RIC-IX 8(a)	
19	Solidus	Valentiniano III (Licínia Eudóxia)	Ravenna	437-455	RIC-X 2023	
20	Solidus	Libio Severo	Ravenna	461-465	RIC-X 2719	
21	Solidus	Glicério	Ravenna	473-474	RIC-X 3101	

TAu 3– Trabiike Male

Nº	Denominação	Autoridade	Oficina	Datação	Referência	Peso
1	Solidus	Arcádio	Constantinopla	402-403	RIC-X 28	4,38 g
2	Solidus	Teodósio II	Constantinopla	414	RIC-X 205	4,21 g
3	Solidus	Teodósio II	Constantinopla	423-429	RIC-X 226	4,32 g
4	Solidus	Arcádio	Sirmium	393-395	RIC-IX 15b	4,32 g
5	Solidus	Arcádio	Constantinopla	387	RIC-IX 70c	4,30 g
6	Solidus	Arcádio	Ravenna	402-406	RIC-X 1286	4,01 g
7	Solidus	Arcádio	Constantinopla	397-402	RIC-X 7	4,29 g
8	Solidus	Arcádio	Constantinopla	397-402	RIC-x 7	4,29 g
9	Solidus	Arcádio	Constantinopla	397-402	RIC-X 7	4,40 g
10	Solidus	Constantius III	Ravenna	421	RIC-X 1325	4,29 g
11	Solidus	Valentiniano III	Ravenna	426-430	RIC-X 2012	4,45 g
12	Solidus	Valentiniano III	Ravenna	430-445	RIC-X 2020	4,48 g

13	Solidus	Valentiniano III	Roma	425-426	RIC-X 2007	4,30 g
14	Solidus	Valentiniano III	Aquiléia	425	RIC-X 1808	4,40 g
15	Solidus	Valentiniano III	Constantinop la	423-429	RIC-X 231	4,34 g
16	Aureu	Gordiano III	Roma	238-239	RIC-IV 23	4,67 g
17	Solidus	Honório	Constantinop la	420-422	RIC-X 28	4,00 g
18	Solidus	Honório	Ravenna	402-406	RIC-X 1287	4,45 g
19	Solidus	Honório	Constantinop la	397-402	RIC-X 8	4,33 g
20	Solidus	Honório	Ravenna	408-420	RIC-X 1319	4,49 g
21	Solidus	Honório	Ravenna	402-406	RIC-X 1287	4,29 g
22	Solidus	Honório	Roma	404-408	RIC-X 1254	4,46 g
23	Solidus	Honório	Ravenna	402-406	RIC-X 1287	4,42 g
24	Solidus	Honório	Constantinop la	408-420	RIC-X 201	4,30 g
25	Solidus	Honório	Constantinop la	397-402	RIC-X 8	4,39 g
26	Solidus	Honório	Constantinop la	402-403	RIC-X 24	4,50 g
27	Solidus	Honório	Tessalônica	408-420	RIC-X 350	4,35 g
28	Solidus	Honório	Ravenna	408-415	RIC-X	4,39 g

					1310	
29	Solidus	Honório	Ravenna	408-420	RIC-X 1328	4,46 g
30	Solidus	Honório	Ravenna	408-420	RIC-X 1328	4,45 g
31	Solidus	Honório	Ravenna	408-420	RIC-X 1328	4,46 g
32	Solidus	Honório	Ravenna	402-406	RIC-X 1287	4,45g
33	Solidus	Honório	Ravenna	402-406	RIC-X 1328	4,47 g
34	Solidus	Honório	Ravenna	402-406	RIC-X 1287	4,42 g
35	Solidus	Honório	Ravenna	402-406	RIC-X 1287	4,27 g
36	Solidus	Joanes	Ravenna	423-425	RIC-X 1901	4,47 g
37	Solidus	Valentiniano III	Ravenna	430-445	RIC-X 2022	4,43 g
38	Solidus	Teodósio I	Sirmium	393-395	RIC-IX 15a	4,28 g
39	Solidus	Teodósio I	Constantinop la	378-383	RIC-IX 45d	4,46 g
40	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	424-425	RIC-X 232	4,47g
41	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	430-440	RIC-X 257	4,48 g
42	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	425-429	RIC-X 237	4,48 g

43	Solidus	Teodósio II	Aquileia	425	RIC-X 1805	4,35 g
44	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	430-440	RIC-X 257	4,49 g
45	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	403-408	RIC-X 31	4,42 g
46	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	430-440	RIC-X 257	4,47 g
47	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	430-440	RIC-X 257	4,49 g
48	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	430-440	RIC-X 257	4,46 g
49	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	430-440	RIC-X 257	4,48 g
50	Solidus	Teodósio II	Tessalônica	424-425	RIC-X 366	4,43 g
51	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	408-420	RIC-X 202	4,44 g
52	Solidus	Teodósio II	Tessalônica	424-425	RIC-X 362	4,27 g
53	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	425-429	RIC-X 237	4,44 g
54	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	425-429	RIC-X 237	4,46 g
55	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	420-422	RIC-X 219	4,36 g
56	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	423-424	RIC-X 225	4,50 g
57	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	408-420	RIC-X 202	4,31
58	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	408-420	RIC-X 202	4,44 g
59	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	408-420	RIC-X 202	4,36 g

60	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	403-408	RIC-X 31	4,46 g
61	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	402	RIC-X 9	4,29 g
62	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	424-425	RIC-X 232	4,31 g
63	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	424-425	RIC-X 362	4,37 g
64	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	425	RIC-X 234	4,46 g
65	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	425-429	RIC-X 237	4,49 g
66	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	425-429	RIC-X 239	4,46 g
67	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	425-429	RIC-X 237	4,46 g
68	Solidus	Teodósio II	Constantinop la	420-422	RIC-X 218	4,31 g
69	Solidus	Teodósio II	Ravenna	423	RIC-X 1801	4,44 g
70	Solidus	Teodósio II	Ravenna	423	RIC-X 1801	3,99 g
71	Solidus	Valens	Sirmium	364	RIC-IX 1b	4,56 g
72	Solidus	Valentiniano I	Nicomedia	364-375	RIC-IX 2a	4,10 g
73	Solidus	Valentiniano III	Ravenna	426-430	RIC-X 2011	4,37 g
74	Solidus	Valentiniano III	Roma	425- 426/440 -455	RIC-X 2005	4,45 g
75	Solidus	Valentiniano III	Ravenna	430-445	RIC-X 2018	4,41 g

76	Solidus	Valentiniano III	Ravenna	426-430	RIC-X 20011	4,48 g
----	---------	------------------	---------	---------	----------------	--------

Capítulo V

Denominações, funções e tipos de moedas romanas no Centro e Norte da Europa no contexto dos séculos I a III d.C.

As moedas romanas são o achado de maior quantidade, dentre todas as de procedência romana, nas regiões do Centro-Norte da Europa²⁰. Sendo divididas em diversos grupos devido suas denominações e tipologias, são grandes indicativos de contatos entre os povos locais, germanos, e a cultura material produzida no Império Romano.

Elas são um dos principais objetos que envolvem os estudos sobre a cultura material romana e as relações entre Roma e os povos locais. São, assim, um importante referencial para as pesquisas não só de numismática, mas também dos estudos referentes aos confins do Império Romano, em nosso caso, os limites da fronteira norte do Império. Os contatos entre romanos e não-romanos do Norte da Europa estão refletidos nos objetos e contextos aos quais eles se inserem (como o funerário que mostramos exaustivamente nos capítulos anteriores) e a produção do conhecimento sobre estas relações.

Desse modo, há a necessidade de estudar ambos os grupos, os locais e os romanos, para abordar de maneira ampla o processo de construção dos conhecimentos sobre a partir dos objetos. Com isso, visa-se analisar e identificar os processos de construção de novos significados e práticas atribuídos aos objetos romanos, no caso específico as moedas.

Não entendemos que deva existir prevalência de um corpo de estudos sobre o outro. Ambos (estudos sobre Roma e estudos sobre os locais) estão em pé de igualdade a partir da noção de contribuição às construções do conhecimento sobre os contatos de Roma com os povos germânicos do Centro-Norte da Europa. Enquanto o primeiro está fortemente pautado nas perspectivas arqueológicas e históricas: os estudos sobre Roma; o segundo está pautado em

²⁰ Por Centro e Norte da Europa entendemos as seguintes localidades: Polônia, nas regiões entre os rios Oda e Vístula, Península da Dinamarca e suas ilhas, Fionia e Bornholm, Ilhas Suecas, Goatland e o Extremo Norte da Alemanha nas regiões de Bremenhaven e Hamburgo.

perspectivas arqueológicas e antropológicas: os estudos dos povos locais na Polônia e na Dinamarca.

Optamos por seguir o modelo proposto por Aleksander Bursche em sua tese de doutorado. Nesta perspectiva, os povos locais foram receptores ativos, com agência, e os romanos foram o motor do envio das moedas. Bursche traz a cadeia operatória da produção do conhecimento sobre os contatos entre Roma e o Centro-Norte da Europa em ordem cronológica, suas transformações e questionamentos quanto à produção do conhecimento e do objeto.

Circulação, Transformação e Deposição a perspectiva antropológica.

Bursche aponta uma estrutura que tem seu início na saída do objeto de Roma em direção ao destino que será estudado. Com isso, existem três possibilidades de transformações possíveis nos objetos em sua cadeia até o destino que é a produção do conhecimento. O primeiro ponto (A) refere-se às transformações ocorridas desde o ponto de saída do objeto, que podiam ser produtos de proibições no âmbito legal e viabilidade econômica (BURSCHE, 2002 a, p. 22).

Já o segundo ponto (B) está ligado a transformações que podem ter ocorrido durante o traslado entre o emissor e o receptor. Perdas, roubos, intermediações de trocas, taxas de circulação. E por último, o ponto (C), transformações no local de chegada sendo motivados por questões econômicas, sociais, religiosas ou estéticas presentes no grupo recebedor dos objetos.

Neste sentido, podemos observar variáveis de cunho epistemológico sugeridos a partir do modelo proposto por Bursche. A primeira variável é o grau de conservação da fonte dos dados: os processos pré-deposicionais ligados às práticas que levaram o objeto a ser encontrado no estado em que foi colocado em seu contexto final.

Já a segunda variável é a qualidade da fonte arqueológica adquirida; quanto a este aspecto, considerem-se os possíveis desgastes no objeto, produto das condições advindas do período de tempo em que o objeto ficou em seu contexto de deposição. A título de exemplo, os depósitos funerários em

pântanos, contendo objetos metálicos, principalmente espadas, podem ter desgastes muito fortes nas lâminas tornando-as em finas tiras de metal.

A terceira variável é a de maior importância para a produção de conhecimento arqueológico: a aquisição e a qualidade dos dados através dos mais variados meios de se conseguir os objetos. Temos nessa variável elementos como a qualidade do trabalho de campo, caso tenha ocorrido, integridade do conjunto de achados, quando feitos de forma fortuita. Dessa forma, temos aqui nesta variável todo o cuidado no registro e com o trabalho de campo como um importante componente no modelo e na aquisição dos dados a serem estudados.

Na quarta variável temos a apresentação das fontes em publicações e arquivos no tocante a qualidade dos dados, o quão completo estão, a qualidade dos mesmos em termos de trazer a maior quantidade de informações sobre o achado e seu contexto.

O quinto elemento será a qualidade das análises dos registros e das informações que possuem em relação às fontes. Este elemento se dá a partir da crítica ao registro e de suas informações; da capacidade de interpretação das análises e dos registros e a avaliação da credibilidade das informações contidas na produção do registro escrito sobre as fontes tanto na forma material quanto escrita.

Por último o sexto elemento a qualidade do material no sentido de ser possível a identificação do mesmo, a avaliação e manutenção da integridade física dos achados nos locais de deposição após sua deposição no seu período cronológico.

Este debate está pautado em uma grande problemática que estava em voga na academia polonesa, na qual houve um grande questionamento, de maneira comparativa, sobre a qualidade das informações disponíveis e da quantidade de material a ser estudado. Nos estudos numismáticos clássicos em contextos locais poloneses houve uma defasagem de estudos e levantamentos sistemáticos de inventários no país, desse modo, há que pormenorizar estes

aspectos quando a intenção é regionalizar, para o Báltico, os estudos e os horizontes de diálogo entre continente e ilhas bálticas.

Levando em consideração todos estes elementos tem-se a necessidade de priorizar um levantamento numismático que siga os pontos apontados anteriormente por Bursche. Permitindo assim a identificação plena dos materiais escolhidos. Desta feita, pode-se, de maneira efetiva, elencar os objetos aos contextos e interpretações propostas pelos inúmeros pesquisadores da área de estudo de maneira a dispor e analisar criticamente as fontes: tanto o catálogo de moedas quanto a documentação escrita. Estas fontes podem ser usadas para compreender minimamente as relações entre romanos e povos germanos e seu histórico.

Interpretações das moedas romanas, relações entre locais e a autoridade romana.

As moedas em contextos do Centro Norte da Europa são divididas nos seguintes grupos, denários do século I ao III d.C.; sestércios do II-III d.C.; *solidi* do IV século d.C.; e os *solidi* do V-VI século d.C.. Cada um destes itens monetários tem impactos e explicações – tanto políticas quanto econômicas – para a sua ocorrência nos locais estudados. As incidências, no contexto Báltico, em quantidades proporcionalmente diferentes, nos mostram que há uma maior ocorrência do denário do século II d.C. na região. Desse modo, por mais que tenhamos outras possíveis interpretações, em especial para os sestércios, devemos pensar nas moedas romanas como produto das relações políticas entre Roma e seus vizinhos além *limes*.

Aleksander Bursche em *Function of Roman coins in Barbaricum of Later Antiquity. An anthropological essay* acaba por levantar algumas questões importantes para que pensemos as moedas romanas nos contextos do Centro-Norte da Europa. Questões como: de que forma se dava a circulação das moedas romanas no Norte da Europa? Qual era a sua função nas sociedades locais? Quais eram os usos atribuídos às moedas nessa região?

O estudo das culturas materiais romanas, partindo de um pressuposto de passividade e adoção irrestrita das práticas interpretadas como oriundas de

Roma deve ser evitado, uma vez que caímos na noção de romanização. Este muito prejudicial, pois, elimina as vivências locais pregressas e as contribuições destas para a criação de novos significados e usos dos objetos em questão. Desse modo, é importante pensar as perspectivas sugeridas por Bursche no artigo.

Desse modo, é necessário pensar e organizar as possibilidades interpretativas para estas questões uma vez que a saída da esfera romana não pode ser entendida como um processo de adoção, pura e simples de traços romanos por estas sociedades. Para Bursche não há outras fontes para as respostas a essas perguntas a não ser as próprias moedas e seus contextos arqueológicos (BUSCHE, 2008, p. 396).

Bursche afirma que o papel das moedas romanas teria sido o pagamento de tributos, pagamento por bens, cativos e serviços. Estes, por si só, já apresentam grandes motivações, todas romanas, para a circulação das moedas. Ao mesmo tempo, o autor apresenta que as literaturas sobre o tema e a região que estuda²¹ seguem perspectivas bastante pautadas nas noções marxistas da economia de mercado o que acaba por ter seus anacronismos e falhas na aplicação nos contextos das sociedades locais do Centro da Europa nesse período.

Por essas razões, há a necessidade de aliar aos estudos que partem de perspectivas das necessidades do Império Romano sem desconsiderar os povos locais e seus entendimentos e usos das moedas. Considerando este aspecto, é pertinente usar as teorias antropológicas sobre as economias sem mercado, apresentadas por K. Polanyi, G. Dalton e R. Hodges que serão úteis na construção da noção local de moeda e seus usos para populações primitivas²².

Segundo a proposta de Dalton, e apresentada por Bursche, as moedas teriam quatro usos para serem entendidos como “All Purpose Money” seriam eles: forma de pagamento, meio de troca, padrão de valor e garantidor de valor.

²¹ A área de estudo apresentada por Aleksander Bursche no artigo é correspondente a porções dos territórios que hoje pertencem a Polônia.

²² Por primitivas entendemos as sociedades que não tem estrutura garantidora não só de um valor, mas também de uma política de usos das moedas como de trocas econômicas.

Aqui devemos explicar, de maneira simplificada, os quatro conceitos que as sociedades contemporâneas usam na leitura proposta por Dalton: forma de pagamento seria como se dá às trocas, ou seja, qual será o instrumento para efetuar a troca²³, no caso as moedas. Já o meio de trocas é como a troca ocorre, com o uso de moedas contas escambo, a moeda aqui é o intermediador da troca.

Já os dois últimos elementos estão ligados ao sistema financeiro dentro de uma sociedade a qual estrutura e legitime os valores atribuídos às moedas. Desse modo, quando não temos uma autoridade estável, que garanta os valores monetários, devemos pensar sobre a ótica de “Special Purpose Money”.

Podemos ver nas fontes históricas um contato maior e mais intenso de Roma e os germanos mais próximos aos marcadores naturais de fronteira, os Rios Reno e Danúbio. As práticas vistas tanto em Júlio Cesar, na obra *Comentarii de Bellum Gallicum*, e em Tácito, em *Germânia*, são oriundas dos conflitos entre Roma e os invasores germanos que estavam às bordas do Império. Destaque à obra de Júlio Cesar, quanto às práticas de cooptação das elites locais gaulesas a partir do uso do exército romano como meio de garantir a paz nas regiões fronteiriças.

Desse modo, vemos que os contatos são um processo antigo entre Roma e as populações locais da Germânia Magna. Elas são muito diversas em termos de quantidade de grupos. Porém, o contato por intermédio das moedas ocorre de forma mais forte a partir do ano 200 d.C.. Para entendermos as moedas nesses contextos do Norte e Centro da Europa se torna interessante utilizar o modelo proposto por Aleksander Bruchse e que consiste de um modelo de três níveis: *circulação*, *transformação* e *deposição*.

O primeiro, a *circulação*, está pautada como argumenta Bruchse no uso da moeda para propósitos especiais em uma economia de prestígio (BRUSCHE, 2008 pp.398). Circulando a partir de premissas de transações com motivações políticas ou sociais como tributos, resgates, dotes, heranças. Aliados a esses motivos político-sociais temos serviços que irão resultar na circulação de moedas

²³ Na nossa sociedade contemporânea temos outros modelos de forma de pagamento a exemplo temos o cartão de crédito, papel moeda, moedas, transferências bancárias. Todos eles pressupõem meios de habilitar uma troca de bens que se quer obter.

na região do Báltico como o pagamento por serviço no exército romano e impostos. As moedas, argumenta o autor, também podem ter sido usadas na forma de presentes a serem trocados entre os locais.

Há locais específicos nos quais as trocas podem ter sido usadas como meios de troca em uma função econômica. Locais como Gudme e Lundenborg na ilha de Funen, Dinamarca, Sort Muld em Bornholm mostraram através do uso de detecção de metais uma grande quantidade de moedas.

Mesmo nessas localidades, Bursche aponta, não havia padrões de valor monetário. Ele defende que as moedas, em específico os denários, circularam como riqueza pessoal, que possuíam valor tangível e que flutuava. Aqui há questões importantes a serem pensadas: quais seriam esses valores? O valor estava no indivíduo que a possuía e não na moeda? A moeda ganha seu valor como símbolo das ações do seu dono? Quais seriam essas ações? E por último, como e se é possível responder essas questões?

De todas essas questões a única que pode ser explicada em sua totalidade seria o valor tangível e a sua flutuação. O aspecto tangível pode ser entendido como uma troca absoluta uma vez que a tangibilidade está pautada na existência física do valor de troca, aqui podemos supor que houvesse uma construção de troca por peso de material. Esta prática vista na Escandinávia, em períodos posteriores, é atestada pela presença nos sítios comerciais de pesos de pedra que se supõem que tenham sido usados para pesar a quantidade de metal precioso que seria usado na troca por bens e serviços.

Já o aspecto de flutuação do valor deve ser entendido como uma série de fatores tanto sociais quanto da relação de demanda e oferta. Podemos levantar alguns aspectos ligados ao valor social das moedas em sociedades que não possuem o Estado verticalizado que possa garantir uma estrutura de câmbio e de valores monetários.

Primeiro o valor seria oriundo do modo como foi obtido, assim as moedas se tornam indicadores de contatos com um poder superior ou igual à do recebedor, o detentor das moedas se torna um emissário do poder romano, um amigo de Roma. Esse valor pode ser entendido como militar uma vez que os

contextos históricos indicam conflitos entre Roma e seus vizinhos e a cooptação dos povos próximos para lutarem pelo Império Romano desse modo este valor se torna válido como meio de entender a diversificação dos valores das moedas nos contextos locais.

A redistribuição garante o valor localmente uma vez que o valor social da moeda está ligado à capacidade de negociar socialmente as trocas monetárias sejam por dotes de casamento, ou por subsídios a empreendimentos militares locais ou trocas políticas na ratificação de alianças.

Ocorrendo entre pessoas do mesmo estamento social, ou seja, troca entre lideranças militares locais as moedas se tornam elementos do discurso de valor pessoal no qual o detentor seria um grande líder militar o que se tornaria indicador de sua competência em obter estes bens.

Aqui há que se ponderar a agência desses materiais dentro das sociedades locais. A agência, oriunda dos valores militares e também do exotismo, resulta na eventual retirada de circulação desses objetos. A concentração de moedas e outros objetos romanos se tornam indicadores de prestígio, desse modo, os objetos garantem o valor social do detentor a partir das construções locais de valores sociais destes bens.

Outro elemento apontado por Bursche é relativo às quantidades de denominações uma vez que se compararmos quais possuem maior incidência no cenário do Báltico veremos que as denominações ligadas ao comércio diário de menor valor, os asses, sestércios e outras denominações de bronze são pouco comuns nesses contextos. Desse modo, podemos ver pela própria natureza do sistema monetário romano que as moedas não estariam sendo adotadas em sua prática total, indicando que haveria um escopo limitado de usos das moedas romanas dada à representatividade pouco expressiva de certas denominações ligadas ao comércio, em especial as de bronze.

Caminhando para a proposta de *Transformação* esta adiciona novos valores a estes objetos dentro de noções locais de utilidade social elas seriam modificações físicas e ideológicas. No aspecto físico, teríamos as perfurações e

as adições de aros para a suspensão, o que transformaria as mesmas em pingentes.

Já nos aspectos ideológicos Brusche argumenta que há uma transformação na função das moedas a partir da iconografia. Outro modo de transformação das moedas, agora de maneira física, seria o uso das moedas como forma de obtenção de matéria prima. A título de exemplo o tesouro do ourives de Frombork na Polônia.

Representations of Roman emperors played a more important role still: pierced, looped and or framed gold coins and medallions, often with granulated triangles added over the obverse image, were used as a symbol of prestige and power by the Germanic elite, always worn face-side up, as shown by their invariably worn reverses". (BURSCHE, 2008, p. 400)

Por último Brusche aponta os *aspectos deposicionais* como importantes para entendermos as moedas nos contextos do Centro Norte da Europa. O autor aponta que há 4 formas de achados numismáticos os quais podem indicar aspectos de deposição de caráter ideológico seriam eles: os tesouros, achados em assentamentos e casas, depósitos em corpos d'água e por últimos em contextos funerários (BURSCHE, 2008, p. 403).

Das quatro categorias apontadas por Bursche, na dissertação aqui apresentada o foco será nos tesouros encontrados em depósitos que possuem caráter apotropaico uma vez que:

Coin hoards may have been special category if personal belongings, in their own right, in Barbaricum representing only individual wealth and no objective value, items of personal possession, rather than units of wealth. Hundreds of denarii included in rich dynastic hoards, often together with Roman gold medallions, gold and silver plate as well as jewelry, playing the role

of high-status valuable, attested to rank, prestige and power. In such context, the purpose of deposition may have been apotropaic – to carry their owner's power (mana) to the afterlife, in the same way grave goods accompanying the deceased in death (BURSCHE, 2008, p.403)

De todos os tesouros selecionados o de Frombork é o mais abrangente em termos de contextualização, uma vez que fora encontrado com outros objetos que nos permitem uma melhor avaliação de seu uso e atribuições locais. Encontrado em 1911 durante as obras de uma estrada que ligava a cidade de Frombork a Bogdany na atual Polônia, consiste de objetos de bronze, contas de vidro e moedas. Em sua sessão numismática observa-se 32 moedas das quais 28 eram denários, um sestércio, duas moedas de bronze sem definição e um solidus. De todos os outros aparatos que estão associados ao tesouro temos dois elementos que são importantes para contextualizar de maneira efetiva o tesouro: um objeto de bronze danificado, provavelmente uma ferramenta, e um lingote de bronze (ZAPOLSKA, 2014, p.95).

Segundo Zapolska, o local de achado era interpretado como um forte em uma colina chamada de “Devil's Hill” (Teufelsberg). Os achados metálicos teriam sido carregados em uma sacola de couro, uma vez que fragmentos de couro foram achados. Ao mesmo tempo, não foram encontrados remanescentes ósseos que pudessem ser indicativos de contextos funerários, desse modo, entende-se que o tesouro tenha sido depositado às pressas pelo indivíduo que o assentou. A leitura que foi feita do contexto foi a que este depósito estaria associado a um ourives que trocava seus produtos por moedas.

Uma análise das moedas nos permite ver os diversos horizontes que existem nas três denominações de ocorrência mais importante na relação local com as moedas romanas. Desse modo, iniciar as análises com os denários se mostra uma abordagem correta devido a quantidade que temos no tesouro, 28 unidades.

Os denários são a denominação de maior ocorrência em termos quantitativos nos contextos arqueológicos iniciando a partir do período romano

tardio em toda a Europa Central e Norte. No tesouro, as 28 unidades estão distribuídas em um horizonte cronológico que vai de 80 até 192 d.C., as quais estão divididas em uma relação imperador/quantidade na seguinte proporção: Marco Aurélio (8), Antonino Pio (7), Cômodo (5), Trajano (2), e Adriano (2) de todas as moedas somente as de Trajano não foram cunhadas durante a dinastia antonina.

Fig. 13: Moeda de Marco Aurélio produzida em 161 d.C. em Roma, VERSO: Busto de Marco Aurélio, laureado, a direita. Legenda: IMP CAES M AVREL ANTONINVS AVG. REVERSO: Felicitas, de pé, drapeada, com caduceu na mão direita, cornucópia próxima ao ombro esquerdo. Legenda: FEL TEMP TR P XV COS III. Fonte: <http://numismatics.org/ocre/>

Ao olhar a estrutura cronológica dos tesouros, as datações aproximadas das moedas²⁴, Zapolska argumenta que o período de fluxo em massa das moedas na região da Polônia deve ser associado ao reino de Marco Aurélio e de seus descendentes diretos (ZAPOLSKA, 2014, p. 99). Segundo a autora e também Bursche, o fluxo durou pouco tempo, indo do início do governo de Aurélio até os primeiros anos do governo de Septímio Severo. Sendo usadas e circulando em contextos locais para além do período romano, podemos encontrar moedas romanas durante o período de migração e em contextos medievais.

Antes de prosseguir, há uma importante questão que devemos abordar: a estrutura cronológica local, como estão divididos os períodos temporais

²⁴ Através da iconografia e da epigrafia presentes nas moedas podemos datar com precisão relativa os anos de produção das moedas encontradas fazemos isso confrontando todas as informações textuais e imagéticas presentes nas moedas e fontes históricas e arqueológicas.

associados à ocorrência de cultura material romana. Nas arqueologias locais tanto da Dinamarca quanto Polônia há presença de populações pré-históricas, mencionadas em fontes secundárias²⁵.

Portanto, foi criada uma divisão cronológica baseada nas culturas materiais e nas influências percebidas nas populações locais, e elas seguem a seguinte estrutura: Idade do Ferro pré-romana, Idade do Ferro romana inicial, Idade do Ferro romana tardia e o Período de Migrações. Como os nomes dão a entender temos uma divisão antes do contato, dos povos locais com Roma e pós-contato. Em seguida temos o período de migrações ligado à movimentação dos povos germanos e subsequente ocupação dos territórios romanos por estes.

A seguir, temos as moedas de bronze, três contabilizadas, porém, foi identificado somente um sestércio produzido durante o governo de Antonino Pio. Este tipo de achado possui uma natureza diferente devido a questões específicas e em uma região restrita do Centro-Norte da Europa. Esta região está ligada aos grupos locais associados à cultura West Balt, no qual se estende do Noroeste da Polônia até a Lituânia e ao contexto de comércio do Âmbar, produto muito requisitado pelo Império Romano para a confecção de Gemas.

Cronologicamente falando, temos uma datação de produção iniciando durante a dinastia Antonina tendo sua circulação marcada pelo mesmo marcador de início que os denários, 160 d.C., porém, a duração é maior caminhando para a segunda metade do século III, por volta 260 d.C. Segundo Zapolska, o fluxo de denominações de bronze cessa devido ao término da produção de moedas deste tipo de metal resultado de uma complexa situação política e econômica no Império.

Seu fluxo resulta na presença de 2,500 unidades de moedas de bronze cuja identificação é possível de inferir ser em sua maioria sestércios. A análise dos achados indicam que em sua maioria são produzidos durante o governo de Marco Aurélio com menos de 2% do total sendo de moedas do século I d.C. e 7.5% do século III d.C. (ZAPOLSKA, 2013, pp.106-107) A região, de maior ocorrência de sestércios, está vinculada a mineração e comercialização do

²⁵ Tácito, Júlio César e Díon Cassio.

âmbar para a produção de artigos de luxo, prática esta que teria sido reestruturada por Aurélio.

Com a exceção da cultura Westbalt, a região do delta do Vístula e Gdansk existe poucos achados expressivos de moedas de bronze romanas em territórios ligados aos grupos locais historicamente associados aos germanos. As denominações de Bronze possuem usos específicos conforme argumentado por Zapolska em enterramentos, depositadas junto ao morto, e no uso diário devido à quantidade de tesouros encontrados.

Evidence from the finds encountered in the territory of the Barbaricum shows clearly that their influx was limited to the West Balt Circle and Vistula delta, where deposits are mostly concentrated (ZAPOLSKA, 2013, p. 108).

Seguindo com a análise do tesouro de Frombork temos o Solidus, produzido durante o governo de Teodósio II, em Constantinopla, no ano de 431 (ZAPOLSKA, 2014, p.104). Esta moeda por ser a mais recente coloca a data de formação do tesouro com a forma em que foi achado dentro do século V d.C. As moedas de ouro do período romano tardio estão ligadas ao Oriente, Constantinopla e suas oficinas tendo em seu horizonte *solidi* e *aurei* que tem suas datações flutuando entre o século IV, para as mais antigas, e século V para as mais recentes.

Zapolska argumenta que a chegada das moedas de ouro do período tardio é entendida como fruto da prática de pagar resgates e tributos aos Godos. Por consequência, Zapolska argumenta, que o fluxo de *solidi* rumo ao mar Báltico deve ter sido produto das relações políticas entre os Ostrogodos e as tribos que ocuparam a margem leste do baixo Vístula.

Outra hipótese também apresentada pela autora é a de J. Werner que se utiliza do relato de Procópio de Cesareia para entender que as moedas de ouro seriam evidências de que a migração dos Hérulos até a Escandinávia teria de fato ocorrido (ZAPOLSKA, 2014, p.103).

Várias leituras foram desenvolvidas ao longo do tempo para entender a ocorrência das denominações de ouro, Zapolska apresenta a leitura de vários pesquisadores que trabalharam nesta questão. Em seu texto, além das visões apresentadas, a autora traz a visão de K. Godlowski na qual argumenta quanto a presença dessas denominações e a ligação com contatos com os Hunos na forma do estado criado por Átila e as populações locais do mar Báltico. (ZAPOLSKA, 2014, p.103) Essas populações bálticas foram atraídas ao Sul, aos territórios do Danúbio, atraídos pela capacidade de obter moedas de ouro romanas.

Em termos de cronologia o tesouro de Frombork está ligado ao período de Migração a partir de 431 em diante. Esta datação vem a partir da moeda mais recente do tesouro, que foi produzida nessa data. Seu material, tanto moedas quanto outros objetos que foram encontrados indicam que há uma circulação de objetos diversos em uma grande área geográfica, indicando relações de circulação entre as ilhas do Báltico, escandinavas, e o litoral polonês (ZAPOLSKA, 2014, p.106).

Ao mesmo tempo, há a visão de que o tesouro de Frombork pertenceria a um ourives. Sendo um depósito que continha objetos semi-prontos e outros prontos. O tesouro teria sido acumulado com a intenção de servir de matéria prima para a produção de objetos (ZAPOLSKA, 2014, p. 106). Esta prática bastante comum na região do Norte da Europa acontece desde o início do período romano.

As denominações de bronze e prata eram as preferidas – no caso sestércio e o denário – devido seu alto conteúdo de metal precioso. É encontrada evidência de moedas parcialmente derretidas em regiões como: Fynen, Jutland, na Dinamarca o que sustenta que há uma prática dispersa na região báltica (ZAPOLSKA, 2014, p. 108).

Deste modo, podemos entender o tesouro de Frombork de qual maneira? Zapolska argumenta que o caráter do tesouro pode ser ligado a um ourives uma vez que contém objetos semi-prontos e material bruto do qual as moedas romanas fazem parte. Este tesouro é mostra da mobilidade de pessoas e ao

mesmo tempo da cultura material presente tanto nas regiões do báltico quanto Danúbio, constituindo, assim, um amalgama multicultural do século V d.C. (ZAPOLSKA, 2014, p. 110)

Frombork nos mostra algumas questões importantes para pensar não só os usos como também a mobilidade das moedas romanas em contextos do centro-norte europeu. Podemos ver que estão fora de sua esfera de significados e de controle do poder emissor; recebem significados diversos ligados às necessidades e interpretações dos povos locais. Existem dois motivos para isso: o cronológico, uma vez que o tesouro está ligado ao período posterior à dissolução do Império Romano. Segundo a ausência de um poder emissor que garanta e transmita os valores atribuídos às moedas no sentido atribuído a Roma.

Frombork apresenta as três denominações mais importantes no horizonte numismático visto na região do báltico, tanto continental quanto nas ilhas. Denários, sestércios e as moedas de ouro correspondem a relações concernentes aos povos locais, à cultura material romana e ao significado tanto para os locais quanto os romanos.

Partindo de Frombork para análises de tesouros específicos, com moedas de uma única denominação, é importante retomar os denários. Denominação de maior ocorrência superando todas as outras que vemos no cenário local é anterior às outras uma vez que seu horizonte cronológico de produção não é anterior ao período de 64-200 d.C. sendo moedas produzidas entre o governo de Nero até o início do governo de Septímio Severo.

Interpretações no contexto geográfico do mar Báltico.

Retornando para os tesouros de denários temos os seguintes tesouros: Gräpel, Neuhaus, Gierloz, Gandarve II b, Rövde e Öster Ryfters. Os dois primeiros foram encontrados na Alemanha, já Gierloz foi encontrado na Polônia, e os três últimos se encontram na ilha de Gotland na Suécia.

Podemos ver meramente pela distribuição geográfica que há uma grande abrangência quanto a distâncias no quesito circulação das moedas de prata. Os

tesouros de Gräpel, Gierloz, Gandarve II b, Rovide e Öster Rifiers por terem sua estrutura cronológica fechada dentro dos horizontes propostos por Bursche, Helle W. Horsnaes, Arkadiusz Dymowski e Kirill Myzgin nos permitem pensar em possibilidades para a circulação local desses tesouros de maneira regional. Podemos pensar em duas situações/estágios diferentes uma vez que segundo Dymowski “In many cases it is very hard to conclude whether a given find is to be interpreted as a direct import from the Empire or is more likely to be linked with intertribal, secondary exchange...” (DYMOWSKI, MYZGIN, 2014, p. 39).

Como podemos ver pela estrutura cronológica de composição dos tesouros vemos que todos os apresentados estão ligados aos horizontes de Nero a Septímio Severo de maneira geral. Ao mesmo tempo, há que se pensar em regiões e zonas de fluxo e redistribuição que justifiquem e estructurem as relações que temos com a cultura material encontrada, as cronologias e distribuição espacial, na qual corresponde a regiões habitadas por grupos locais

Dymowski e Myzgin apresentam alguns exemplos para a nossa pesquisa: a região da Cultura Westbalt, na qual há uma predominância de sestércios dos séculos II e III, e as culturas Przeworsk, Wielbark e as ilhas do Báltico, Olandia e Bornholm, que estão ligadas a redistribuição dos denários (DYMOSKI, MYZGIN, 2014, p. 40).

Ao pensarmos as questões geográficas e a relação com as culturas arqueológicas²⁶ que residiam nas localidades relacionadas as moedas de prata, Dymoski apresenta que a cultura Przeworsk formou-se nas porções central e do sul da Polônia atual, como produto de uma adaptação criada pelos povos locais de modelos da cultura La Tène seu início ocorre a partir dos séculos II e I a.C. Três dispersões levam a cultura Przeworsk a extensão que vemos no registro material: nos séculos I a.C., no período entendido como Pré-Romano Tardio, no Período Romano Inicial, entre o meio do século I até o meio do século II d.C. e

²⁶ Ao invés de adotar uma denominação étnica para as culturas materiais, elencando os objetos a povos ou constructos de povos, os arqueólogos locais preferem trabalhar com a construção de culturas arqueológicas as quais são produto de extensos trabalhos sobre traços de cultura material suas semelhanças, redes e alcance entre outros elementos.

por último uma movimentação durante a transição do período romano inicial para o tardio.

Buscamos em nossa dissertação estruturar as cronologias usadas; estas são oriundas do modelo proposto por Eggers em 1951 no seu trabalho de catalogação dos achados arqueológicos romanos. Ne os achados são divididos em 4 fases, Pré Romana (A1-A3), Romana que está dividida em inicial (B1-B2) e tardia (B2-C3) e Migração (D).

Segundo Dymowski e Mynzgi, a cultura material Wielbark – ligada às populações locais – são mais vinculadas aos tesouros de prata; e ligam-se à migração norte-sul de tribos góticas da Escandinávia para a região do baixo Vístula, norte da Polônia, na primeira parte do século I d.C. (DYMOWSKI, MYNZGI, 2014, p. 41).

Três expansões ocorrem nessa cultura: a primeira, durante a segunda metade do século II d.C. durante o período romano tardio em direção ao sudeste rumo às terras ocupadas pela cultura Przeworsk. A segunda expansão ocupa territórios do médio Vístula à oeste, a porção leste de Mazov e Podlähia no Norte, no sul além do rio Wieprz e a leste as terras orientais da Poléssia e de Volnia. A terceira e última expansão foi na transição para o período de migração, entre os séculos IV-V d.C., em direção à leste para as proximidades dos assentamentos da cultura Cherniakhiv.

Nas ilhas do Báltico vemos uma grande quantidade de achados registrados. Muito por causa das políticas de registro e a dispersão da “metal detector archaeology”. A qual consiste do uso de detectores de metais tanto de forma amadora quanto de forma a auxiliar as escavações programadas. Ao mesmo tempo, além de um trabalho sistemático no qual se instrumentaliza o uso dos detectores de metais em sítio há um trabalho nos campos legislativo e da educação patrimonial que levam a um registro mais acurado dos achados numismáticos, romanos, em territórios escandinavos.

A legislação dinamarquesa, por exemplo, intitulada Danefae define que pessoas que encontrarem moedas através de detectores de metais são obrigadas a entregar o achado ao museu local e dar informações sobre como

ocorreu esta descoberta (BURSCHE, 2002b, p. 69). Ao mesmo tempo, segundo a lei dinamarquesa, o governo dá uma recompensa em valor igual ao objeto achado. Isso faz com que se assegure uma cadeia de produção dos dados e que serve de um primeiro contato para possíveis escavações sistemáticas uma vez que esses *surveys* podem indicar áreas de interesse arqueológico.

Helle W. Horsnaes, em seus estudos específicos sobre a numismática romana em contextos dinamarqueses aponta que entre 1976-1986 houve um aumento significativo dos achados numismáticos, que o número dobrou neste período e agora se estabilizou. Horsnaes apresenta de forma geral os contextos nos quais as moedas romanas terão maior incidência. É nos “central places” e sítios de oficinas que estarão vinculados aos achados numismáticos. Ambos locais que estão ligados a uma esfera de influência e ação das elites locais.

A natureza da prática de detecção de metais leva a um aumento nos registros e por consequência na quantidade de moedas achadas e registradas. O que resulta em um trabalho muito eficiente para a construção de conhecimento local sobre as moedas suas práticas e usos. Porém, como argumenta Bursche, elas estão deslocadas uma vez que não estão a par das pesquisas numismáticas tanto dos territórios continentais quanto das pesquisas de achados em territórios romanos. Desse modo, se faz necessário unificar e entender a presença das moedas romanas como um fenômeno mais amplo; por isso o recorte na região do báltico tanto continental quanto insular.

Bursche aponta que os dados escandinavos são menores em quantidade que os dados poloneses, 60 mil denários encontrados no território polonês quando os achados escandinavos não passam de 12 mil. Bursche argumenta que o que torna os achados escandinavos relevantes são seus contextos e o registro destes. Pensando em uma cadeia de circulação há que se pensar em uma relevância da região norte da Polônia para a saída desse material numismático em direção as ilhas do Báltico (BURSCHE, 2002b p. 70)

Pensando em suas estruturas cronológicas Bursche aponta que há semelhanças entre os tesouros encontrados na Polônia e os escandinavos. Do mesmo jeito que há predominância dos denários do século II nos contextos

continentais teremos o mesmo ocorrendo nos tesouros da Escandinávia. Bursche argumenta que para os denários o período de circulação ocorre entre 160-194 d.C. nos contextos das ilhas escandinavas, o que tem paralelos com os achados nos territórios continentais (BURSCHE, 2002b, p. 71)

Lotte Hedeager em seu livro, *Iron age Societies: From tribe to State in Northern Europe, 500 BC to AD 700*, aponta um elemento na sua teoria que é muito importante para entendermos a perspectiva inclusiva do contexto Báltico, tanto continental quanto insular. Ao utilizar a sua perspectiva de marxismo estruturalista há o entendimento que mudanças sociais são dependentes dos diálogos entre as estruturas, locais regionais e supra-regionais. Mesmo que os valores intrínsecos das moedas, nos contextos germanos, sejam da ordem antropológica dentro da abordagem dos aspectos de circulação desse material, é interessante o uso da visão teórica proposta por Hedeager uma vez que ela permite ver as diversas forças em ação que estarão por trás da circulação na ótica romana.

Desse modo, é interessante unir os estudos tanto locais, escandinavos e poloneses, para construir o conhecimento das relações sociais bálticas uma vez que as moedas romanas nesse ambiente regional terão impactos amplos em possíveis interpretações e construções de relações regionais entre báltico continental e insular. Ao mesmo tempo devemos entender que essas questões são fruto de uma estrutura supra-regional ou internacional, no caso estudado seria o Império Romano.

A questão que diverge nos aspectos da estrutura proposta por Hedeager seriam as motivações que levariam Roma, o motor internacional, a agir de maneira incisiva na circulação das moedas. Não podemos aplicar a perspectiva de Marx de maneira total uma vez que não podemos aplicar noções modernas de economia às sociedades que ainda estavam desenvolvendo seus próprios entendimentos e práticas ligadas a economia, algo que é divergente das noções de economia que temos no tempo presente. Desse modo, é importante entender que as economias pré-capitalistas devem ser definidas em termos sociais (HEDEAGER, 1992, p. 26).

Assim devemos pensar: quais elementos fazem com que a moeda seja reflexo do poder e ideologia locais, dos povos do Báltico? Pensar diretamente no contexto de elites locais detentoras das moedas e controladoras da sua distribuição se torna algo imprescindível, uma vez que Roma tem como prática a cooptação de elites locais para seus interesses políticos.

Desse modo, por mais que a estrutura teórica de Marx possa ser usada – a partir das diferentes escalas por ele propostas e em clara atuação no tocante a circulação de moedas romanas – temos que pensar as perspectivas antropológicas propostas por Bursche como meio de interpretar esses objetos dentro da nova sociedade em que se encontra. Como apresentado anteriormente, as leituras desse material estão ligadas a questões históricas internas à Roma. No tocante às guerras marcomanas, estas teriam resultado na necessidade de cooptação de guerreiros germanos para lutarem por Roma a partir dos exércitos auxiliares.

As Guerras Marcomanas foram empreendidas por Marco Aurélio como meio de expansão dos territórios romanos no além Danúbio. Partindo da província da Panônia, o imperador emprega seus exércitos para atacar e anexar os territórios Marcomanos ao Império e consolidar uma nova província: a Marcomania. Porém, este conflito acaba por não dar resultados; desse modo, podemos ver uma continuidade dos pagamentos para os germanos que apoiaram Roma nesta empreitada, como meio de garantir a paz e ao mesmo tempo reforçar as defesas nos períodos subsequentes ao término da guerra (DYMOWSKI & MYZGIN, 2014, p. 42).

Cronologicamente podemos ver que estes tesouros circularam (Império Romano – Centro/Norte Europa) em um período de tempo específico como fora apontado anteriormente. Do final do século II até o século VI temos uma circulação interna na qual teremos uma variedade de denominações sendo postas em circulação a partir do século III em diante. As novas denominações seriam tanto o *aurei* quanto o *solidi*, denominações de ouro que tem sua cronologia de produção variando entre o século IV-V d.C. estas sendo adicionadas ao horizonte dos denários que teriam sido produzidos entre os séculos I-II.

Desse modo, devemos entender períodos diferentes para a circulação supra-regional, Império- Centro/Norte Europa, em três fases que ocorrem em função das denominações: o horizonte dos denários, dos sestércios e os das denominações de ouro. Os dois primeiros, com abordados anteriormente, são sobrepostos no seu início, com uma extensão cronológica maior para o horizonte dos sestércios. Estes têm sua cronologia estendida até o século III. Já as denominações de ouro estendem sua cronologia para além do século III d.C. Seus principais achados ocorrem, em especial, na Escandinávia; tratam-se de tesouros com moedas do século IV.

Outro aspecto importante para entendermos essa circulação são os contatos entre Roma e os germanos no quesito de geografia. Podemos entender que há uma circulação que se estende amplamente ao longo dos rios poloneses. A porção central possui destaque assim como o delta do rio Vístula, uma vez que é a porta de saída local das moedas para as ilhas do báltico, sendo de suma importância para a circulação regional báltica.

Há que pensar como estas moedas irão circular em contextos locais germanos. Pensando em uma ótica regional temos que destacar a importância dos contatos entre povos escandinavos e poloneses. Estes, sobre a alcunha de germanos, possuíram relações locais uma vez que a circulação regional aponta uma grande mobilidade das moedas em termos das localizações dos achados.

Thomas Green, no trabalho ***Trade, Gift-giving and Romanitas: A Comparison of the Use of Roman Imports in Western Britain and Southern Scandinavia***, de 2007, argumenta que os objetos romanos encontrados em contextos escandinavos podem ser entendidos como objetos de luxo de alto índice de especialização para sua confecção. No caso das moedas, além da especificidade da produção, o método de cunhagem e de produção dos moldes necessita de grandes habilidades principalmente na produção das iconografias e epígrafias presentes nas moedas imperiais. Aliado a isso temos controle da produção, especialmente dos denários imperiais estes cunhados em Roma.

Uma análise cronológica apresenta esses objetos possuindo alguns horizontes temporais, objetos e contextos diversos conforme o passar dos

séculos. Green aponta quatro períodos cronológicos e seus contextos. O primeiro seria a Idade do Ferro Pré-romana (IFPr), calculada entre 100 a.C. e 1 d.C., na qual os objetos romanos seriam encontrados em lagos como produto de depósitos votivos comunais.

O segundo período nomeado de Idade do Ferro Romana Inicial (IFRI), calculada entre 1-200 d.C., os objetos de origem romana são encontrados como bens funerários e grandes depósitos votivos de armas romanas este conjunto será visto também durante da Idade do Ferro Romana Tardia (IFRT), que se estende de 200-400 d.C.

Por último no final da IFRT e início da Idade do Ferro Germânica Inicial (IFGI), período que dura de (400-600 d.C.) os depósitos de objetos romanos estão vinculados a assentamentos e locais de troca, a exemplo o sítio de Gudme-Lundenborg. (GREEN, 2007, p. 2)

Compreendendo as moedas como parte deste horizonte de bens de luxo, aliadas às fontes históricas, temos que pensar uma circulação local a partir das negociações entre as elites regionais. Não há como pensar que os valores intrínsecos às moedas, dentro de Roma, tenham sido adotados de maneira irrestrita. As trocas são muito menos presentes no período romano; elas são pontuais e há poucos indícios concretos de um sistema de trocas no período ligado aos contatos entre Roma e os germanos. Desse modo, a troca comercial com o uso de moedas deve ser compreendida como circunstancial e pouco expressiva nos contextos locais.

Para entendermos a circulação das moedas é interessante retomar outros objetos romanos os quais possuem valores apotropaicos nos seus contextos dos depósitos de armamento romano nos pântanos. Estes objetos destruídos intencionalmente e ofertados de forma ritual podem ser entendidos como sacrifícios de bens de prestígio obtidos pelos líderes locais de duas possíveis formas: primeiro por via de combate direto com Roma e segundo por via da participação em guerras romanas na forma de tropas auxiliares.

Os contextos de deposição estão ligados ao período da IFRI, desse modo, há que se cogitar que a entrada desse material tenha sido por via de alianças

entre Roma e as elites locais germanas periféricas. Uma vez que durante o período do governo do imperador Marco Aurélio, na fronteira do Danúbio, este empreendeu uma guerra contra a tribo dos marcomanos com o intuito de anexar os territórios por via de criação da província da Marcomania.

Aqui temos uma entrada inicial, desse modo, há que se pensar uma circulação local. Quais seriam estes valores? Uma adoção irrestrita da *romanitas*? Para isso temos que pensar e hipoteticamente propor os possíveis entendimentos para a posse dessas moedas e os seus significados para às elites locais.

A posse desses materiais pode ser entendida de duas maneiras: seja pela posse dos objetos pelos locais a partir do entendimento que estes objetos fazem parte da construção do valor do indivíduo que os obteve reforçando os valores locais; seja com a projeção dos valores dos indivíduos dos quais obtiveram estes objetos, no caso os romanos, a *romanitas*. Aqui devemos entender que as relações, como argumentadas anteriormente, foram políticas podendo ser organizadas de duas maneiras, as quais dão às moedas dois valores distintos e que podem ocorrer ao mesmo tempo.

A primeira seria a relação de amizade, no qual o discurso imbricado nas moedas seria de proximidade com Roma e, portanto, uma valorização das elites locais como negociadoras e mantenedoras desta amizade e da *Romanitas*. Já a segunda seria uma relação de inimizade, na qual as moedas teriam sido produto das escaramuças dos locais em territórios romanos negando-lhe seus valores de origem. Ambas têm em comum um forte aspecto militarizado uma vez que o uso da violência é base fundamental para a obtenção destes materiais, em especial as moedas de ouro e prata sejam a serviço de Roma ou contra.

Uma vez em posse dos grupos germanos, a sua redistribuição ocorre a partir de necessidades diversas. Há que se ponderar a natureza dos achados para que possamos atribuir seus valores e justificativas para a circulação. Uma vez que a perspectiva econômica contemporânea não pode ser aplicada às leituras tanto do contexto regional quanto local, há que se pensar nas relações

sociais ligadas ao controle e distribuições locais das mesmas de duas perspectivas uma economia de trocas simbólicas.

Uma vez que as moedas são um sinal de prestígio para as elites locais e regionais, a perspectiva de economia de trocas simbólicas se torna importante. Ela codifica e explicita as relações horizontais entre os grupos dominantes de diversas regiões do Báltico, interior e ilhas, desse modo, à noção de dom, contra-dom e reciprocidade se tornam importantes conceitos para compreender a circulação das moedas em esferas não econômicas.

Os dois primeiros mostram a capacidade dos indivíduos das elites locais em garantir trocas equivalentes de bens considerados de prestígio nas sociedades das quais fazem parte. O controle e distribuição se tornam de suma importância para que as negociações simbólicas ocorram e desse modo garantam o poder de negociação dos agentes em questão. A reciprocidade também se torna importante pois que o valor do indivíduo em questão só existe uma vez que ele consiga não só o controle sobre os bens de prestígio como também saiba negociar com estes bens em mãos. Dessa forma, há um ciclo de transmissão e recepção de bens de prestígio ininterrupto e em ambos os sentidos (Green, 2007, pp.9-10)

Essa leitura só é válida quando levamos em consideração relações locais ou regionais de forma horizontal e pacífica. Porém, há que considerar eventuais movimentações de grupos locais o que pode gerar conflitos, desse modo, há uma maneira violenta de se obter esses materiais em escala local.

Ao repetirmos a estrutura de valorização militar desses objetos, a circulação também pode ser produto de violência local e com alguns outros objetivos como a obtenção de material para confecção de joias locais, evocando as análises sobre o tesouro de Frombork, ou por grupos marginalizados do sistema regional e local de trocas de bens de prestígio.

Organizado a estrutura de pensamento para a circulação das moedas, temos que pensar de forma objetiva a rota por qual esses objetos transitaram. Existem duas rotas possíveis, o trânsito continental, atravessando das fronteiras do Danúbio além dos Cárpatos em direção ao golfo de Gdansk, na atual Polônia,

rumo às ilhas escandinavas do mar Báltico, ou navegando ao redor da península Címbria, atual Dinamarca continental, partindo da província romana da Germânia Inferior. Ambas possuem suas complexidades uma vez que os territórios entre as fronteiras e os locais de achado seriam não só distantes com também habitados por povos nem sempre amistosos a emissários a serviço de Roma.

Aqui há uma importante questão a se considerar uma vez que o golfo de Gdansk é importante uma vez que há semelhanças nas construções dos tesouros achados tanto na Polônia quanto nas ilhas bálticas, comparativamente os tesouros possuem um grande conjunto cronologicamente semelhante o que indica a possibilidade de uma circulação local que parte do Báltico continental, a partir do golfo de Gdansk, em direção às ilhas. Esse cenário trans-carpatos se mostra extremamente plausível uma vez que existem sinais de outros tipos de cultura material que serão encontrados em contextos do centro norte polonês o que mostra a força dessa rota.

Por último temos o início da ocorrência das denominações de ouro nas regiões bálticas. Estas têm sua datação circulando entre a segunda metade do século III d.C. até o V d.C. Estas possuem origens diversas nas quais uma grande parte, do IV-V séculos, serão de origem do Império Romano do Oriente e subsequentemente do início do Império Bizantino e que serão abordadas no capítulo seguinte.

Capítulo VI

Denominações, funções e tipos de moedas romanas no Centro-Norte da Europa no contexto dos séculos IV a V d.C.

As moedas de ouro: sua abrangência geográfica, periodização e denominações

Falar sobre moedas romanas nos contextos do Báltico no período entre os séculos IV e V d.C. é abordar o horizonte do metal ouro. O período em que ocorre uma substituição dos denários por solidus e aureus como as moedas de maior importância histórica.

Se levarmos em consideração o horizonte de ouro em contextos escandinavos – Henriksen aponta para o caso da ilha da Funen no final do século IV d.C. – o que podemos ver é uma longa duração para as moedas em contextos bálticos do século (III - V d.C.) para a produção desse material, já para os contextos deposicionais temos um prolongamento até o século VI d.C. (HENRIKSEN, 2010, p. 400).

As moedas que estão no conjunto consistem de 22 *aurei* que estão catalogados entre as emissões que se situam entre os governos de Gordiano III e Trajano Décio. A leitura feita deste contexto aponta a data de 251 d.C. como marca para a obtenção deste material na forma de saque por tropas góticas. Aqui Bursche aponta que elas teriam sido destruídas, divididas em 28 partes e depositadas como oferenda votiva e seguindo o costume local de destruir os butins de guerra (BURSCHE, 2008, p. 405).

O tesouro de *Solidi* de Zargózyn, também na Polônia, está localizado no centro do país. Compreendendo um tesouro de caráter misto, que possui mais de uma categoria de objetos, tem um caráter importante quanto ao entesouramento de moedas de ouro em especial os *solidi*.

O contexto de Zargózyn, apresentado por Bursche, foi descoberto em 1926 possuindo na sua composição tanto denários, do século I e II d.C. quanto *solidi* dos séculos IV- V d.C. (BURSCHE, 2003, p. 42). Segundo o autor, entre

milhares de moedas foram encontradas somente 40 denários, e entre 21 *solidi* foram catalogados com precisão estando divididos entre o Gabinete Numismático de Berlim e a Universidade de Varsóvia.

Fig. 14. Solidus de Graciano encontrado no tesouro de Zargozyn, Polônia, produzido na oficina de Mediolanum. VERSO: Busto de Graciano com diadema de pérolas, drapeado e com couraça.

Legenda: D N GRATIA-NVS P F AVG. REVERSO: Dois emperadores, sentados, em um trono, com ambos segurando um globo, no fundo a deusa da vitória e abaixo um galho de palmeira. Legenda: VICTOR-IA AVGG Fonte: <http://ikmk.smb.museum>

Segundo Bursche, essa categoria de achados é extremamente rara, ainda mais nos contextos poloneses, uma vez que os contextos mais fortes para esse tipo de denominação é a ilha de Fyn, na Dinamarca, e as porções nordeste da Holanda e noroeste da Alemanha. Para o contexto dinamarquês há uma predominância dos *solidi* do final do século IV, chegando juntos de *aurei* do mesmo período (BURSCHE, 2003, p. 52). Bursche também argumenta que a presença de *solidi*, produzidos em Treveri, indicam uma possibilidade de rotas de contato à Oeste (BURSCHE, 2003, p. 53).

Bursche apresenta, aproximadamente, a data de 385 d.C. como marcador para a saída do tesouro de Zargózyn rumo aos contextos bárbaros. Essa datação, segundo o autor, aliada aos contextos cronológicos de constituição do tesouro colocam Zargózyn como pertencente a contextos das federações germânicas, seja a dos Alamanos e Hunos ou a dos Ostrogodos e Valentiniano II (BURSCHE, 2003, p. 53).

Outro tesouro importante para entendermos a relação de circulação das denominações de ouro é o tesouro de Trabik Male²⁷, achado na região de Gdansk ele consiste de 141 moedas de ouro as quais são 140 *solidus* e um aureus. Estão datadas entre os reinos de Gordiano III e Theodósio II.

Fig. 15. Exemplos dos solidus de maior ocorrência no tesouro de Trabike, produções de Honório e Teodósio II. Fonte: <https://ikmk.smb.museum/home?lang=en>

As moedas pertencentes a este tesouro foram encontradas no século XIX em dois períodos, entre 1822 e 1838, e são entendidos como parte do mesmo tesouro. A constituição deste tesouro ocorre com moedas de um período não maior que 15 anos, uma vez que a moeda mais antiga é de 430 d.C. e a mais recente de 445 d.C. no seu montante maior uma vez que o aureu de Gordiano III está deslocado no contexto cronológico principal do século V.

²⁷ Atualmente se encontram em poder do gabinete numismático da Universidade de Berlim em contagem menor que as 141 moedas registradas no século XIX; atualmente contam com 76 moedas das 141.

Fig.16. *Solidi* alterados, pertencentes ao tesouro de Trabike Male. Fonte: <https://ikmk.smb.museum/home?lang=en>

Sua localização é extremamente importante uma vez que ao estar ligado ao norte da Polônia, próximo a Gdansk e a foz do rio Vístula, não se pode desconsiderar sua importância geográfica para a compreensão de uma rede de circulação. Colocando Trabki Male nos contextos apresentados anteriormente podemos inferir a predominância do eixo Oeste-Leste na distribuição dos tesouros nestes contextos poloneses.

Esta rede, por menor que seja em termos quantitativos – em comparação com os denários – possui importância uma vez que o horizonte do metal ouro está vinculado a questões novas. É o caso da emergência de novos agentes em

ação nos contextos da Antiguidade Tardia e do Mediterrâneo Oriental, assim como novas práticas, em especial, para os contextos escandinavos. Sabe-se que no século V inicia-se o horizonte da supervalorização e maior presença do ouro, com isso, há uma emergência da produção de bracteates e placas de ouro, estas compreendidas como feitas de matéria-prima oriunda da fundição de moedas romanas deste metal.

Svante Fischer e Fernando López Sanches apresentam em seu artigo: *Subsidies for the Roman West? The flow of Constantinopolitan solidi to the Western Empire and Barbaricum*, de 2016, que a política monetária do final do 4º e 5º séculos foi focada em centralizar a produção de moedas o que resulta no domínio de Constantinopla sobre a produção de *solidi*.

A circulação dessas novas moedas está ligada a um processo de insolvência do império ocidental, como argumentam Fischer e Lopez Sanches, desse modo há que se considerar como ocorria está. Os autores apresentam três possibilidades para a circulação: a mesma se dava na forma de trocas comerciais (FISCHER & SANCHEZ, 2016, p. 159), relações políticas as quais dariam papel de agentes da circulação aos aristocratas romanos influentes e por último um cenário sintético de ambas as possibilidades anteriores.

Segundo os autores, a teoria comercial está ligada a fonte histórica textual do período, os tabletes Albertini²⁸, nos quais apresentam documentos legais

²⁸ Os Tabletes Albertini são 33 documentos escritos em latim em tabletes de cedro e datados do período vândalo (493-496); encontrados em uma propriedade no Jabal Mrata, sul de Theveste. Todos, exceto três dos documentos constituem títulos de venda envolvendo parcelas de terra sob a categoria de cultura Mancianae, que fazia parte do *fundus Tuletianos* e *Proprius*) para terras não cultivadas (subseciva) em uma propriedade foi concedida em perpetuidade a um indivíduo (*colonusipossessor*) pelo proprietário em troca de ações da safra. Acredita-se que este arranjo foi projetado para estender o cultivo em propriedades através de um sistema de arrendamento. Dos Tabletes Albertini, no entanto, parece que a forma predominante de posse de terra na propriedade de Catullinus foi uma posse de Manciano, sugerindo que mesmo partes primárias de fazendas na África podem ter sido cultivadas sob o sistema manciano. Os tabletes sugerem igualmente que este sistema foi deixado essencialmente intocado pelos vândalos. Em termos de agricultura, os tabletes revelam a continuação da arboricultura, particularmente o cultivo da oliveira, bem como a prática continuada da tecnologia de cultivo de água de enchente ao longo da fronteira do Saara. Os tabletes Albertini também fornecem informações valiosas sobre a cunhagem e valores monetários dos vândalos e início do Período Bizantino, bem como da gramática latina tardia, fonética e terminologia legal e agrícola. Para saber mais sobre os tabletes Albertini ver ED. C. Courtois, L. Leschi, C. Perrat e C. Saumagne, *Tablettes Albertini* (Paris 1952); e, LIT. J. Lambert, "Les Tablettes Albertini," *Revue Africaine* 97 (1953) 196—225. J. Perdval, "Culturae Mancianae: Field Patterns in the Albertini Tablets," in *The Ancient Historian and his Materials* (Westmead 1975) 213—17. C. R. Whittaker, "Land and Labour in North Africa," *Klio* 60.

sobre transações financeiras entre Leste e Oeste. Estes documentos sugerem uma continuidade jurídica das transações monetárias entre o Império e os sucessores vândalos na qual os *solidi*, ao menos, serviriam de meio de contagem entre as partes (FISCHER & SANCHEZ, 2016, p. 159).

Na segunda possibilidade levantada pelos autores, há indícios nos escritos de Olimpiodoro de Tebas sobre a agência de aristocratas influentes na circulação das moedas. Este autor aponta valores dos salários anuais, em peso, de ouro recebidos por senadores romanos no período do século V d.C. Os valores seriam entre 1mil e 1500 libras de ouro por ano para senadores de segundo escalão, o equivalente a, segundo os autores, 384 mil a 576 mil *solidi*. Já os senadores com riqueza maior poderiam receber até 5300 libras de ouro o que corresponde a 2,035 milhões de *solidi*. Esses números segundo os autores seriam pouco confiáveis devido à natureza das fontes escritas Olimpiodoro teria sido hiperbólico em seus apontamentos. Ao mesmo tempo as fontes não retratariam de maneira fiel a situação do século V e sim dos séculos VI e VII (FISCHER & SANCHEZ, 2016, p. 159).

Já a terceira hipótese para a circulação está pautada no controle do fluxo financeiro, este exercido pelo imperador em certos setores como o exército. Desse modo, os autores argumentam que imperadores, membros da aristocracia teriam financiado grupos militares ou agentes para servirem ao estado.

Neste ponto, os Fischer e Sanches destacam que o financiamento estatal poderia ocorrer de várias formas, com comércio regular, propinas a aristocratas e pagamentos a mercenários estrangeiros, este último muito interessante quando o assunto são os tesouros de ouro encontrados nos ambientes escandinavos. (FISCHER & SANCHEZ, 2016, p. 159).

As moedas de ouro nos contextos além fronteira seria produto da circulação de indivíduos e soldados que teriam levado as mesmas consigo para a região da Escandinávia. Os estudos feitos a partir das análises dos selos mostram que as moedas romanas teriam sido trazidas em conjuntos em alguns intervalos, com o intuito de servir como pagamento às elites locais por seus serviços como mercenários. Fischer e Lopes propõem a formação de 5 rotas possíveis para a circulação das moedas nos territórios ocidentais do Império:

Possíveis rotas de circulação das moedas de ouro romanas	
Rota 1	Constantinopla > Itália Central e Norte > Panonia > Povos Germânicos
Rota 2	Constantinopla > Itália Central e Norte > Gália
Rota 3	Constantinopla > Balcãs > Povos Germânicos
Rota 4	Constantinopla > Balcãs > Povos Germânicos > Itália Central e Norte
Rota 5	Constantinopla > Sul da Itália, Sicília e Norte da África.

A primeira rota apresentada se mostra plausível para a presença dos *solidi* de Constantinopla no Barbaricum. Estes *solidi* teriam inicialmente chegado à Itália, lá recebendo a adição das moedas ocidentais e circulando por via do aparato estatal antes de serem enviadas para a Escandinávia e a Polônia vindas da Itália (FISCHER & SANCHEZ, 2016, p. 160).

Já a segunda rota proposta atende aos achados encontrados na Gália, porém, segundo os autores, a rota mudou. No século V d.C. a região do norte da Gália possui poucos tesouros de solidus, porém, um século depois, a situação inverte e a Gália supera, em quantidade de tesouros, no século VI, tanto Itália quanto Escandinávia.

A terceira rota, segundo os autores, encontra suporte em tesouros encontrados nas seguintes regiões da antiga Iugoslávia: Pomerânia, Eslováquia e Hungria. As análises das moedas presentes nos tesouros encontrados nessas localidades possuem semelhanças com tipos numismáticos encontrados em partes da Europa Ocidental e Norte, mas que não são encontrados em territórios do centro da Europa.

Na quarta rota proposta (Constantinopla/Balcãs/Barbaricum/Itália Central e Norte) há um problema de sustentação a partir do momento em que sua

proposição se baseia em fontes históricas textuais e a iconografia. Independente ela seria usada como meio de argumentar contra a noção de que houve pagamentos oficiais de subsídios aos imperadores do ocidente pelo governo de Constantinopla entre 410-467 (FISCHER & SANCHEZ, 2016, p. 161).

A estrutura argumentativa para esta quarta hipótese seria que a movimentação de moedas de ouro do Oriente ao Ocidente teria sido ofuscada por um retorno maior das mesmas para o Oriente. Fischer e Lopez argumentam que para que isso ocorresse os povos locais teriam de ter trazido consigo as moedas para Itália misturando com séries locais e enterrado na região.

Há que se ponderar o controle das trocas entre Constantinopla e chefes locais estrangeiros estavam nas mãos de oficiais do Império do Oriente e ocorria de forma controlada. Assim os autores argumentam que a adoção de tipos distintos de tipos monetários constantinopolitanos na Itália e em outras localidades mostram a influência e transferência de dinheiro do leste ao oeste.

Por último, a quinta rota esteve ativa antes e depois dos conflitos entre Constantinopla e Gênerico antes de 420 e depois entre 474-476. Esse cenário é estruturado a partir da análise da composição dos tesouros do século V d.C. indicando o período de movimentação das moedas constantinopolitanas para o norte da África.

As moedas de ouro em contextos dinamarqueses, perspectivas de poder e ritual.

Ao longo da história da ocupação dos territórios dinamarqueses veremos desde a pré-história ocupações que vão ocorrer nos mesmos lugares devido às condições de sobrevivência dos grupos humanos. Desse modo, a partir do Neolítico até a Idade do Ferro pré-romana veremos assentamentos pequenos (HENRIKSEN, 2010 p. 393). Já a partir da Idade do Ferro romana, segundo Henriksen, os assentamentos serão construídos de maneira mais próxima aos

assentamentos modernos, assim, os sítios muitas vezes estarão próximos a cidade contemporâneas.

A arqueologia escandinava do período de contatos com a cultura material romana é particular devido a questões de acesso à campos férteis; estes tinham ocupações de diversas fases uma vez que as terras serviam para cultivo. Por consequência resulta na concentração da ocupação de áreas, como a ilha da Fionia propícia para a subsistência humana. Segundo o autor, a Fionia, dentro do contexto das denominações de ouro romanas possui um panorama quantitativo na seguinte ordem: 18kg de ouro encontrados divididos em 29 tesouros e 88 achados unitários.

No horizonte dos tesouros, Henriksen divide em dois grupos: os tesouros de tipo único no qual uma única denominação é encontrada (como por exemplo, em casos em que acontece a ocorrência somente de *solidi* e em outros tesouros quando observa-se somente *aurei*) ou, tesouros compostos nos quais surgem mais de uma denominação ou adição de outros objetos como colares, fíbulas e outros (HENRIKSEN, 2010, p. 400).

A natureza desse material fica explícita no tesouro de Boltinggard Skôv localizado na ilha da Funen, e encontrado em 1867. Ele foi trazido à superfície por perturbações no solo devido ao trabalho nos campos para cultivo (HENRIKSEN, 2010, p. 392). Ao longo dos anos, muitos trabalhos foram feitos a partir do colar de ouro que foi encontrado primeiro já no século XIX. Já entre 1987-2004, trabalhos sistemáticos de *surveys* com detectores de metais trouxeram à tona mais 3 moedas romanas no mesmo espaço no qual tinham sido encontradas o colar. Ao mesmo tempo foram feitas escavações e se chegou ao número de 15 moedas de ouro, 12 *solidi* e 3 *aurei*. Desse modo, o tesouro consiste no total de um colar, um fragmento de um bracelete, do tipo Kollben, com uma marcação romana (HENRIKSEN, 2010 p. 393). Sua datação, ligada a moeda mais recente do tesouro, está levantada entre 335-336 d.C.

Fig. 17. O tesouro completo de Boltinggard Skov (Foto J. Lee Nationalmuseets)

Algumas das moedas em questão se encontram alteradas, seja com perfurações ou adição de aros de suspensão. No caso dos *aurei*, os três²⁹ foram alterados por via da perfuração, o que resulta em um meio de suspender essas moedas de forma mais imediata e simples. Já no caso de 4 dos 12 *Solidi* o meio de alteração se dá por adição de aros de suspensão, estes mais trabalhados indicam certo conhecimento e habilidade dos ourives uma vez que há sinais de um trabalho fino nos aros.

Boltinggard além de ser da segunda categoria, de tesouros compostos, está ligado ao início do horizonte do ouro uma vez que suas moedas estão ligadas a 6 oficinas diferentes sendo produzidas em grande parte no período do governo de Constantino, o Grande. Essas características deixarão de acontecer nos séculos posteriores conforme argumentado por Fischer e Sanchez a partir

²⁹ Um dos solidus que atualmente possui aro de suspensão foi perfurado assim apresentamos a contagem de três solidi perfurados.

da dominação da produção e ouro pela oficina de Constantinopla já no século V d.C. (FISCHER & SANCHEZ, 2016, p. 157).

A deposição do tesouro não parece estar ligada a questões ritualísticas, argumenta Henriksen, devido a deposição ter sido feito em solo seco (HENRIKSEN, 2010 p. 393), os depósitos rituais no mundo escandinavo da Idade do Ferro e períodos posteriores estarão ligados a pântanos, locais alagadiços escolhidos para os sacrifícios votivos de bens como espadas e outros pertences daqueles que estão solicitando, por via do ritual, apoio de suas divindades. Desse modo há que se pensar em outra possibilidade para compreender a ocorrência desse tesouro no seu contexto de achado.

Henriksen aponta a possibilidade de o tesouro ter sido enterrado de maneira emergencial, com o intuito de ser recuperado, a possibilidade é crível uma vez que os contextos específicos não encontram respaldo nas análises correlacionais oriundas da contextualização apresentada.

Segundo o autor, a moeda mais recente do entesouramento está em condições quase perfeitas, desse modo, há que se pensar essa possibilidade uma vez que a construção do tesouro e a sua deposição devem ter sido imediata a chegada do tesouro a Escandinávia. De acordo com Henriksen, não há como precisar a datação além do horizonte do final do IV século d.C. ao meio do século VI d.C. Uma análise mais acurada do tesouro de Boltinggard Skov indica a datação de deposição na transição da IFRT para o período de Migração, uma vez que se trata de um tesouro composto.

Além das moedas de ouro joias como um colar e um bracelete, to tipo Kolben são parte do tesouro. O colar segundo Henriksen possui 13,4 cm no perímetro externo e está amassado muito provavelmente devido ao ato de arar o solo no qual o tesouro repousava (HERNKISEN e HORSNAES, 2006, p. 262).

Já bracelete se encontra fragmentado, possuindo 9,5 cm de comprimento e peso de 42,57 gramas, sua forma cônica nas extremidades é a característica que segundo os autores garante o nome do tipo. O mesmo possui uma característica muito interessante o bracelete tem uma inscrição com os seguintes

símbolos P III. Estes seriam de origem romana algo extremamente fora do comum uma vez que estas estão em um objeto de origem germânica.

Henriksen e Horsnaes apontam que esta inscrição P III seria indicativa de peso ao mesmo tempo é uma inscrição extremamente rara levando em consideração a distância geográfica do tesouro em relação com os limites do Império Romano, segundo os autores a inscrição teria uma interpretação ligeiramente diferente apesar de sua intenção original ser uma padronização de peso. No bracelete de Boltinggard a inscrição seria um meio de estruturação de valor uma vez que este valor seria por peso de prata, no caso a interpretação dos autores seria de que o valor do bracelete seria de 3 libras de prata (HENRIKSEN e HORSNAES, 2006, p. 264).

As moedas do tesouro de Boltinggard estariam ligadas a eventuais rotas de distribuição vindas do Reno uma vez que 6 solidi foram produzidos em Trier. Segundo Henriksen o enterramento do tesouro teria sido próximo da data de produção da última moeda do tesouro que é de 336 d.C., uma vez que as moedas de Boltinggard possuem pouco desgaste (Henriksen e Horsnaes, 2006, p. 267)

Henriksen levanta em sua análise de 2010 para os achados de ouro na Fyn apontando que a porção sudeste da ilha é a região na qual há a maior concentração de achados, com 29% dos achados sendo registrados nos distritos de Gudme, Hesselager e Oure esses achados correspondem a 46% do total do peso de ouro encontrado na ilha (HENRIKSEN, 2010 p. 403).

A distribuição do ouro na Funen está intimamente ligada a clusters vinculados a um centro de poder e seus sub-centros. Gudme, o sítio que domina a concentração de artigos de luxo exóticos na ilha teria uma série de sítios menores nas proximidades entre (15-35km) aonde também ocorreriam achados numismáticos de moedas de ouro aqui há uma divisão quanto a intensidade da categoria, no caso dos tesouros eles são encontrados mais em Gudme e em menor número nos sítios satélites (HENRIKSEN, 2010 p. 404).

Em Gudme temos uma diversidade maior no qual os tesouros possuem uma quantidade maior de tesouros mistos, que possuem além de moedas em

sua composição, em contrapartida, nos sub-centros os tesouros são menores, em poucas quantidades e pouco diversificados em sua composição (HENRIKSEN, 2010, p. 406).

As duas categorias principais de achados, tesouros e achados unitários, se apresentam de qual maneira na paisagem cultural da Idade do Ferro? Henriksen apresenta que o meio de resposta a essa questão vem em analisar os locais de achado individualmente em relação com as paisagens culturais da idade do ferro no qual o tesouro está depositado.

O autor argumenta que os primeiros estudos, baseados muito nas análises dos davam maior ênfase as informações sobre as circunstâncias de achado ao invés de analisar a topografia dos terrenos ao redor do achado. Desse modo há que repensar, criticamente, como se davam os locais nos quais os tesouros foram depositados durante a Idade do Ferro. Segundo Henriksen os registros de obras públicas acabam por resultar em uma análise absoluta no qual achados feitos em regiões alagadiças teriam sido resultado de intenção votiva no depósito (HENRIKSEN, 2010, p. 406)

Henriksen argumenta que muitos depósitos foram feitos em terras secas a partir da noção de que os projetos de drenagem não teriam sido feitos em regiões de antigos lagos ou pântanos, mas sim em terras aráveis que possuíam uma grande quantidade de água no subsolo desse modo as obras eram necessárias para que houvesse a viabilização do uso das terras para cultivo, desse modo o autor levanta que os depósitos, por questão de registros de obras teriam sido mal interpretados devem ser revistos para depósitos em terras secas durante a Idade do Ferro (HENRIKSEN, 2010, p. 406).

Após essa argumentação o autor levanta sua metodologia para a ilha da Fionia. Henriksen levanta 117 achados de moedas de ouro na região e os distribui segundo as paisagens culturais ligadas aos achados de dois modos por quantidade e por peso dos mesmos e divididos nas seguintes categorias terras marginais na hinterlândia, costa, no mar, assentamento, portos de trocas e áreas de registro desconhecido.

Essa metodologia passou por uma análise das informações disponíveis em termos de topografia pré-histórica feita a partir de fotos aéreas, mapas antigos e aliados à eventuais informações sobre os *surveys* e escavações que tenham sido feitas. Esses dados para estabelecer as ligações com os assentamentos e cemitérios, foram ligados aos locais e a sítios pré-históricos registrados foram incluídos para aumentar a possibilidade de interpretação dos achados (HENRIKSEN, 2010, p. 407).

Henriksen aponta que os depósitos nas paisagens marginais serão acima dos 63% para os locais de achado. Se levarmos em consideração as relações de peso dos achados teremos 82% do volume de ouro sendo encontrado. Já a categoria de achados em terras marginais no interior teria sido responsável por 51% dos achados registrados (HENRIKSEN, 2010, p. 407).

Os resultados das análises mostram que 4 tesouros foram achados em terreno seco e plano. Desses 1 teria sido tesouro de categoria mista e os outros 3 de categoria simples. Segundo o autor o tesouro de Boltinggard Skov estaria nos limites do município. Isso indica que existem relações entre os tesouros, sua deposição, e limites naturais de fronteiras o que indica que há uma justaposição entre as fronteiras administrativas e naturais usadas pelos povos da Idade do Ferro uma vez que “The relationship between gold hoards from marginal landscapes and natural boundary features – in some cases identical with the parish borders is remarkable...” (HENRIKSEN, 2010, p. 409).

Segundo o autor, os tesouros em terras marginais no interior da ilha, 13 no total, correspondem a 60% do peso de ouro encontrado na ilha da Funen, mas em termos de quantidade de achados corresponde a 12% ao considerar os locais de achado. Há alguns tesouros que constituem muito peso, como Brangstrup e Broholm como também existem tesouros que pesam menos de 100g.

Na composição desses tesouros, Henriksen atenta para a informação na qual quase a metade do total de tesouros correspondem a achados com uma categoria de objetos, já os mais pesados correspondem a tesouros mistos, com duas ou mais categorias de objetos. Os tesouros de terras marginais no interior correspondem também a 78 das 98 moedas de ouro encontradas na ilha de

Funen sendo encontrados em 4 tesouros dos 13 nos quais Brangstrup e Boltinggard seriam os de maior quantidade de moedas na região (HENRIKSEN, 2010, p. 410).

Outra categoria de depósitos, os marginais costeiros, partem de uma perspectiva de análise da paisagem no qual Henriksen argumenta que não havia assentamentos permanentes em uma zona de 5km da linha costeira que era ligada ao período tardio da IR (HENRIKSEN, 2010, p. 412). Ao mesmo tempo, o autor argumenta que existem 20 achados na ilha de Funen que estão próximos a essa zona. Henriksen aponta duas categorias diferentes nesse tipo de depósito são achados sem conexão a indícios e traços de outras atividades no local e a segunda categoria achados que podem ser ligados a sítios de uso sazonal a exemplo citado por Henriksen os portos de comércio (HENRIKSEN, 2010, p. 412).

Os Portos de comércio, centros de poder e produção.

Os portos de comércio na Escandinávia são reconhecidos como uma categoria de sítio que vai ter seu período de ocorrência entre o século II e XI d.C. no qual o mais importante para o período discutido, tanto por questões de tamanho quanto de importância será o de Lundeborg este entendido como porto ligado ao sítio de Gudme (HENRIKSEN, 2010, p. 416). Os seus depósitos marginais possuem são mais diversificados em termos de objetos de ouro em relação a outros apresentados aqui. Ao mesmo tempo o autor argumenta que os depósitos marginais costeiros poderiam ser também marginais aos portos em especial o de Ludenborg (HENRIKSEN, 2010, p. 417).

O sítio em questão, Gudme, casa dos deuses no idioma dinamarquês está no centro de um debate sobre religião escandinava, porém devido a sua datação os colocar distantes do horizonte religioso do século VII d.C. desse modo a arqueologia permite perceber alguns elementos que fazem parte da noção religiosa que iria dar fundamento para a religião nórdica como é vista a cultura popular contemporânea, a presença de deidades escandinavas já entre os

séculos I-III d.C. ou a imagem do cavalo com chifres já no século I e que será muito presente nas bracteates (PESCH, 2011, p. 48).

Pesch argumenta, que sítios como de Gudme, em Funen, teriam sido importantes centros polivalentes no qual os rituais de depósitos de tesouros, por exemplo, e relações regionais e supra regionais teriam ocorrido. As relações regionais e supra regionais são o foco uma vez que aqui podemos fazer uma análise de Gudme como um local de negociação social por meio da distribuição de bens e moedas romanas para aqueles que faziam parte das sociedades do Báltico e escandinavas (PESCH, 2011, p. 48).

O sítio e sua área limite, na qual encontram achados arqueológicos compreende de uma área de 10 x 10 km. Em termos do espaço ocupado o que consistia de até 50 fazendas divididas entre 500 anos de ocupação e sendo habitado por volta de 500 pessoas. As fazendas por serem vinculadas a um sítio estável demonstram 10 fases o estas permitindo na análise a inferência que Gudme teria sido uma ocupação de duração de 400 anos (JORGENS, 2010, p. 273). Jorgens aponta que as construções presentes em Gudme seriam a residência do senhor e outras duas construções de dimensões fora do comum ao norte e as fazendas citadas anteriormente estariam a oeste no sítio além destas há outra mansão senhoril de dimensões menores e atribuída ao período final de ocupação do sítio.

A residência principal é do formato de casa longa escandinava e possui 500 metros quadrados sua monumentalidade é algo pouco usual para o período. A residência tinha em seu interior objetos indicativos de riqueza como: um tesouro de ouro, prataria romana, objetos de vidro, de bronze, denários, entre outros. Locais como esse teriam indicadores da presença de atividades de oficinas de produção na residência, algo que segundo Jorgens seria comum na região desse modo o autor argumenta que Gudme teria sido sítio no qual o senhor da residência teria obtido recursos na forma de pagamentos pelo uso das fazendas, das oficinas de produção controladas por Gudme e o porto de Lundeborg (JORGENS, 2010, p. 275).

Jorgens apresenta as fazendas que do complexo e nos mesmos locais a havia algum nível de produção de bens. Isso é indicado com o alto número de

objetos de metal encontrados no sítio 6000 objetos de metal que consistiam de broches, pingentes, armas, ferramentas, lingotes, moedas e fragmentos de objetos romanos o que indicam que havia oficinas especializadas na metalurgia no caso, específico, de Gudme Jorgens argumenta que haviam artífices de prata e de ouro (JORGENS, 2011, p. 82).

O complexo de Gudme-Lundeborg teria se desenvolvido a partir da noção de que Gudme seria um centro de poder e produção e Ludenborg seria a via de comunicação e contato externos (JORGENS, 2010, p. 275). Aqui podemos entender que nos processos de circulação de objetos romanos, Gudme seria um ponto importante para à construção das relações locais ao ser o porta voz da região nos contatos com outros grupos, seja na Funen ou em outras regiões como o continente e ilhas próximas. Nos arredores de Gudme haveria fazendas e algumas oficinas de metalurgia. Desse modo à sociedade da região estava estruturada nas relações entre o senhor de Gudme e fazendeiros e artífices estes prestando contas e pagando tributos ao senhor.

Gudme teria se tornado importante em parte devido ao interesse romano na região ao norte do limes cobijada pelos romanos do período tardio. Isso pode, em parte, ser explicado por inúmeros achados de objetos romanos, nos quais focamos nas moedas que teriam chegado eventualmente através de Lundeborg entre os séculos III – IV d.C. Com o passar dos séculos há uma transição dos objetos o que indica uma alteração dos locais de contato do império ocidental para o oriental, emissor das moedas de ouro que estamos estudando. Desse modo as moedas de ouro já fazem parte do segundo momento de contatos da Escandinávia com os romanos agora na figura de Roma sediada em Constantinopla e do Mediterrâneo Oriental.

O sítio apresenta uma série de achados desde ouro até moedas e anéis, Henriksen argumenta que existem indícios de uma oficina de ourives no sítio desse modo se torna um foco para a ocorrência desse metal nas mais diversas formas, ao mesmo tempo os depósitos feitos em áreas costeiras podem estar ligados ao contexto de depósitos em terras marginais uma vez que essa marginalidade pode estar ligada a essa categoria de sítio e não dos assentamentos permanentes (HENRIKSEN, 2010, p. 417).

O padrão apresentado pelo autor para esse tipo de depósito possuiu paralelo com os depósitos em terras marginais costeiras sendo eles feitos em áreas altas da costa como em promontórios desse modo há um aspecto de relação entre esses sítios, os portos, e as relações de depósito marginal costeiro (HENRIKSEN, 2010, p. 413).

A categoria seguinte de depósitos é a dos feitos em sítios, estes estão ligados a importância do local. Henriksen aponta que 32 achados feitos na ilha foram nesse tipo de localidade, em muitos casos havia a sobreposição de camadas culturais antigas em assentamentos contemporâneos (HENRIKSEN, 2010, p. 417). Essa categoria de achados está ligada muito a detecção de metais sendo que o autor argumenta que para a ilha da Funen dos 32 achados somente 7 foram de escavações e o resto sendo ou achados fortuitos ou por via de detecção. Dos tesouros escavados Henriksen apresenta que estes estavam ligados a fazendas da idade do ferro e 6 desses os objetos estavam escondidos dentro de casas (HENRIKSEN, 2010, p. 419).

Henriksen levanta a mudança das práticas deposicionais dos tesouros de ouro em relação a outros depósitos mais antigos, estes teriam sido colocados em regiões alagadiças como pântanos e afins com um intuito votivo, porém ocorre uma diversificação a partir do IV-V séculos d.C. nos locais de deposição como nas zonas costeiras, portos de troca, locais centrais e as terras marginais no interior, mas o que essa diversificação de deposições indica?

Henriksen argumenta que é muito difícil de chegar a uma interpretação precisa desse modo o autor propõe que sejam respondidas as seguintes questões: O depósito é profano, ou seja, foi enterrado com o intuito de recuperar depois? Seria o depósito sagrado, portanto sem intenção de ser recuperado?

A primeira categoria seria ligada a depósitos emergenciais, com intuito de serem recuperados. Tempos de crise seriam eventuais motores para essas deposições ou acúmulos feitos com a intenção e serem usados posteriormente a título de exemplo o tesouro de Frombork citado anteriormente como pertencente a um ourives e feito de maneira emergencial. Muitas vezes são depositados dentro de um vasilhame ou outro meio de salvaguardar o material e próximo à casa do proprietário e de fácil acesso para a recuperação o que não

acontece em grande parte dos casos segundo o autor. (HENRIKSEN, 2010, p. 426).

Já a segunda categoria, depósitos sagrados, são ligados a aspectos tanto pessoais quanto públicos. Henriksen argumenta que o simbolismo presente no conteúdo, no modo que foi manuseado e a escolha do local de deposição expressam padrões ligados a sociedade que fazia esses rituais. O autor argumenta que “...the majority of the Funen gold finds may be understood as regular and intentional deposits which were placed in the ground as part of a well-defined ritual idiom...” (Henriksen, 2010, p. 426). Aqui podemos apresentar como o autor argumenta que o valor sacro desses objetos pode ter deixado de existir e dessa forma o sacrifício se fazia necessário indicando seja na forma do sacrifício ou eventual descarte que esses objetos teriam relação com a esfera religiosa (HENRIKSEN, 2010, p. 427).

Os aspectos sacros dos depósitos se encontram relacionados em parte através da linguística na maneira como eram denominados os locais em que muitos dos achados teriam sido feitos (a exemplo a área de Gudme como fora apresentada anteriormente), porém, Henriksen não acredita numa transposição imediata de Asgard para Gudme, no qual o sítio teria sido uma transposição de Asgard para o plano dos Homens (HENRIKSEN, 2010, p. 428).

O que podemos afirmar é que esses depósitos teriam sido intencionais e diversificados em termos dos objetos os quais teriam sido depositados, ilustrado por Boltinggard Skov. Ao mesmo tempo, temos que compreender que há uma agência ritual que justifica essas deposições em locais marginais, porém, a qualidade do rito para quem foi e com qual finalidade não passam de hipóteses.

De questões de limites físicos dos sítios – se considerarmos os aspectos marginais uma eventual sagração dos limites – ou sacrifícios aos deuses em troca de proteção do mal que estava presente nas terras não ocupadas, por exemplo, aqui as hipóteses são válidas uma vez que os objetos depositados muitas vezes são de alto padrão seja de origem local, bracetates, plaquetas de ouro, por exemplo, ou *solidi* e *aurei* romanos desse modo há um esforço pela qualidade do material apresentado e sobre o conteúdo dele o ouro.

Assim, temos no horizonte dos objetos de ouro práticas específicas a questões religiosas no mundo escandinavo; ao mesmo tempo, Zargózyn e Trabike Male nos apresentam eventuais rotas de dispersão e recirculação das moedas de ouro, assim como a presença da moeda de ouro no tesouro de Frombork.

Considerações Finais.

Nesta dissertação, tivemos como objetivo mostrar as relações entre Roma e os povos da Europa continental, através das moedas romanas encontradas em contextos locais dos habitantes do norte e centro da Europa. Essa categoria de objetos romanos, é fruto de relações políticas e militares as quais buscamos destacar no trabalho. Esta pesquisa buscou apresentar como as negociações entre o Império e os povos germânicos resultam na circulação, recepção, transformação desse material da esfera romana para a esfera local.

No primeiro capítulo focamos nas primeiras fontes textuais como forma de apresentar, não só a percepção romana dos povos germânicos, como também a natureza dos contatos entre Roma e estes grupos. Desse modo, focamos nas fontes primárias mais antigas como meio de mostrar que os contatos são de natureza política e militar.

Como mostramos através do relato de Júlio Cesar, já durante o século I a.C., os conflitos e questões de invasão dos limites romanos já estão em pauta, algo que segue durante o período imperial. Ao mesmo tempo, buscamos trazer as percepções de Roma sobre os povos germânicos, suas práticas sociais, estamentos e grupos a partir do texto de Tácito a fonte mais profunda sobre esta questão em latim.

No capítulo posterior, sobre as questões de fronteira, vemos como Roma constrói seus limites e negocia com os povos presentes tanto nessas regiões, como também além. A questão do termo fronteira se torna importante uma vez que fronteira é uma projeção do termo cunhado no século XIX para os limites dos estados nação. Assim não podemos usar este termo, uma vez que é um marcador de exclusão, física, social e étnica, algo que não podemos inferir durante o período romano.

Pelo contrário, os trabalhos de Whittaker e Wells mostram que os limites do império agem como um meio de aglutinação de povos locais e romanos provinciais, apoiando uns aos outros e negociando entre si. Desse modo, temos

uma zona de fronteira em que há uma relação de trocas entre locais e romanos, que ao longo da história de Roma irá atrair e repelir conforme as necessidades de ambos os grupos.

Neste processo de repulsão e atração, temos as políticas romanas e os embates militares como meios de explicar estes processos. Como exemplo, a necessidade de Roma de obter tropas auxiliares para lutarem durante as guerras macromanas que resulta em membros das sociedades da Cultura Przeworsk rumando ao sul. Ou a obtenção de alimentos com as populações locais para suprir necessidades de Porolissum e do exército romano que estava baseado no limes da Dácia.

A seguir, buscamos a percepção dos povos locais através da cultura material. Com isso o foco do capítulo três é trazer as culturas materiais dos povos das regiões estudadas, a cultura Przeworsk, Wielbark e da Escandinávia. A nossa intenção é através da materialidade compreender a estrutura social, política, produtiva e de habitação dos povos do Norte e Centro da Europa.

Neste capítulo, compreendemos que as incipientes elites militares estão se estruturando através da obtenção de bens de prestígio, de origem romana, e da participação em conflitos militares sejam de natureza local, ou internacional. A presença de vasilhas de bronze, esporas romanas, cabrestos, espadas e escudos em contextos funerários nos indicam a força dos cavaleiros nas sociedades tanto polonesas quanto na Escandinávia. Esta categoria social estaria presente nos exércitos romanos como membros de tropas auxiliares, a presença de espadas de cavalaria romanas, em certos contextos funerários, nos mostra esta função. Ao mesmo tempo, é levantado o debate entre duas possibilidades de relações entre Roma e os povos locais. Essas possíveis relações podem ser diplomáticas, na forma de uma federação entre Roma e os locais, ou de cooptação da elite militar para atuação na forma de tropas auxiliares.

Thomas Grane aponta este debate em sua tese de doutorado os dois grupos distintos de cultura material que constituem as duas categorias (Grane, 2007, pp. 167-191). Aqui faço uma ressalva no tocante as moedas, sejam elas fruto da celebração de tratados de federação, ou pagamento de soldo, elas se

tornam indicativos de ambas as práticas. Uma vez que elas são um suporte de pagamento seja para a celebração de tratados diplomáticos ou de soldo aos soldados.

Compreendo aqui que as moedas, com a exceção dos sestércios, são produto de uma relação diplomática, que estabelece a relação política e econômica que será adotada entre os povos locais e Roma. Podemos pensar que as práticas tanto econômicas quanto militares podem ocorrer a partir de uma negociação diplomática. Assim a necessidade de Roma se torna ampla e a análise é dependente dos contextos locais, e temporais, nos quais as moedas estão inseridas.

É a partir das moedas que levantamos nossos contextos e práticas assim, buscamos em um primeiro momento traçar um panorama histórico das produções monetárias romanas e das denominações que estão presentes nos contextos do Norte e Centro da Europa. Primeiro, apontamos que os denários, denominação de maior ocorrência nos contextos estudados, estão dentro da perspectiva das emissões imperiais, moedas de alto valor que possuem um controle forte na produção. Este controle é visto através da centralização da produção em uma única oficina sediada em Roma. É o papel da autoridade imperial a manutenção do peso e tamanho das moedas, o meio com o qual o valor é atribuído a elas no mundo romano.

A história das emissões imperiais é repleta de desgastes, uma vez que durante a história do Império Romano a obtenção de metais preciosos, como a prata, se torna cada vez mais difícil. Com isso as reformas monetárias são um meio de garantir a obtenção de metal para a produção. Assim, de 54 d.C. até 200 d.C., há uma queda no valor dos denários uma vez que o peso era o meio de determinar o valor das moedas.

As moedas que fizeram parte tanto da nossa seleção quanto em um contexto amplo são moedas entre 54-200 d.C., desse modo desvalorizadas. Elas fazem parte de processos muito específicos de circulação devido a sua quantidade e força de circulação. Estes dois critérios foram os primeiros parâmetros para a seleção do nosso material.

Neste ponto, temos os denários e sestércios como moedas de maior ocorrência e de maior força. Bursche argumenta elas teriam vindo em períodos específicos e com uma força maior que outras denominações (Bursche, 1982). Os denários durante o final do século II e os sestércios até a segunda metade do III. Já as denominações de ouro são fruto de um processo histórico que está ligado ao fim do padrão denário, elas surgem nos contextos estudados a partir do século III, para os aureus, e no século IV para os solidus.

Nossos critérios de escolha foram tesouros, de um ou mais denominações monetárias e categorias de bens e que estivessem na região do norte da Europa Polônia e Alemanha. Buscamos selecionar as emissões imperiais de ouro, bronze e prata e que estivessem ligadas aos contextos cronológicos da antiguidade tardia. Os tesouros que selecionamos, possuem datação de circulação e termino de constituição entre os séculos II e IV d.C. e são indicativos de relações específicas de contextos da fronteira e das relações posteriores a divisão do Império Romano. Percebemos também, uma unidade cronológica entre os tesouros e as regiões estudadas em especial nos contextos de prata. Por causa deste fato, a amplitude geográfica se tornou importante para que pudéssemos apresentar de forma ampla este fenômeno que é comum a Escandinávia, Polônia e Norte da Alemanha.

Dentro dos horizontes que levantamos, foi percebido a necessidade de compreender as moedas como parte de um fenômeno de contatos entre Roma e os povos locais. Com isso, foi necessário entender as possíveis interpretações para a ocorrência deste material que foi selecionado.

No horizonte das moedas de prata e dos sestércios, há uma ligação entre a ocorrência deste material com as relações político-econômicas dos governos de Marco Aurélio e Comodo. Os numismatas compreendem, que este material estaria ligado ao período das guerras macromanas e seus desdobramentos. Esses tesouros de prata teriam entrado no império via celebração e tratados entre os povos locais e Roma. Com o tempo, elas teriam circulado na Europa continental via trocas políticas entre as elites militares das diversas sociedades da região. Elas são entendidas de várias formas pelos povos germânicos, de meio de obtenção de metal precioso para suas joias, a símbolo do sucesso de seus líderes.

Já no horizonte de ouro, foi percebido várias mudanças que levam a existência deste material e suas práticas com as populações locais. Primeiro, houve um processo de substituição de padrões monetários que resulta no século IV d.C., na ascensão do Solidus como moeda padrão. Essas moedas possuem seu horizonte cronológico no período de IV d.C.-V d.C. e estão ligadas a um processo de influência econômica da autoridade imperial de Constantinopla no ocidente durante o século V d.C.

Assim, a diversidade de emissões das duas autoridades, do ocidente e oriente, ocorreu a partir da circulação das moedas saídas de Constantinopla rumo o ocidente e posteriormente rumo aos povos germânicos. Desse modo é percebido que nos tesouros de ouro podemos emissões de ambas as autoridades emissoras.

Uma prática pode ser inferida nos contextos de deposição no horizonte de ouro. É o caso do tesouro de Boltinggard na Dinamarca este é entendido como um depósito ritual no qual teríamos o intuito de manter as forças do mundo natural longe do sítio de Gudme.

Dentro desse horizonte das moedas romanas em contextos continentais europeus temos uma variedade de denominações e de práticas tanto romanas quanto locais que levam a chegada desses materiais aos seus contextos finais. Assim, o foco foi apresentar quais são as denominações, práticas e interpretações para este material. Buscamos apresentar não só as denominações, como também a materialidade dos povos locais receptores dessas moedas e as possíveis interpretações que esta cultura material nos dá sobre as sociedades locais. Ao mesmo tempo, focamos em dar o devido valor as questões romanas tanto no tocante as fronteiras quanto relações internas que levam as práticas monetárias e políticas do início da antiguidade tardia.

Bancos de Dados.

AFE: <http://afe.dainst.org>

AFE-PL: https://coindb-prod.ocean.icm.edu.pl/AFE_PL/

Münzkabinett Online Catalogue: <https://ikmk.smb.museum/home?lang=en>

Online Coins of The Roman Empire (OCRE): <http://numismatics.org/ocre/>

Catálogo:

LIND L., 1981, Roman denarii found in Sweden Catalogue, In: Acta Universitatis Stockholmiensis Stockholm Studies in Classical Archaeology N°11, vol 2, 1-161, Estocolmo.

Fontes textuais.

CESAR J., Comentarii de Bellum Galico, 1941, trad: Francisco Sotero dos Reis, ed: Edições Cultura, São Paulo.

TÁCITO, Germânia, 1926, tradução: João Penteado Erskine Stevenson, ed: Publicações Brasil, São Paulo.

Bibliografia.

BEARD M., NORTH J., PRICE S., 1998, Roman religion and Roman Empire In: Religions of Rome vol1, ed Cambridge University Press, Londres, pp. 1-474

BONDIOLI N., 2011, Os Limites da Romanização: Uma Reflexão acerca da Inteiração Cultural entre os Mundos Clássico e Celta. in: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, pp.1-11, São Paulo.

BURSCHE A., 1996, Later Roman-Barbarian Contacts in Central Europe. Numismatic Evidence,

BURSCHE A., 2002 a, Circulation of Roman Coinage In: Northern Europe in Late Antiquity, Histoire & mesure, volume 17, Paris.

BURSCHE A., 2002 b, Roman coins in Scandinavia. Some remarks from the Continental perspective, “Drik – og du vil leve skønt”. Festskrift til Ula Lund Hansen på 60-årsdagen, pp. 69-78, Copenhagen.

BURSCHE A., 2003, 4th century solidi from Zagórzyn hoard, Polish Numismatic News VII, 2003, pp. 41-60, Polônia.

BURSCHE A., 2006, Relations between the Late Roma World and Barbariam Europe in the light of the coin finds, Bulletin du Cercle d Études Numismatiques, volume 43, pp. 221-227, Bélgica.

BURSCHE A., 2008, Functions of Roman coins in Barbaricum of Later Antiquity. An antropological essay, In: ed. A. Bursche, R. Ciołek & R. Wolters), Collection Moneta 82, Wetteren 2008, 395-416, Varsóvia.

BUSTAMANTE M., DAVIDSON J. & MENDES N.M., 2005, A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas, in: Tempo nº18, pp.17-41, Rio de Janeiro.

CIEŚLIŃSKI A., 2016 The society of Wielbark culture, AD 1–300, In: Ed. A. Rzeszotarska-Nowakiewicz, Past Societies, Institute of Archaeology and Ethnology, Polish Academy of Sciences, vol 4, pp. 217-255, Varsóvia.

CROKE B., 1987, Cassiodorus and the "Getica" of Jordanes, Journal "Classical Philology", vol. 82, pp. 117-134.

DOMMELEN VAN P., 2011, Post-colonial archaeologies between discourse and pratic, in: World Archaeology Vol. 43(1), pp1-6, Routledge.

DYMOWSKI A. & MYZGIN K., 2014, Inflow and Redestribuition of Roman Imperial Denarii in the Area of the Przeworsk, Wielbark and Chernyakhiv Cultures and in the Blatic Islands in the Light of Chronological Structure of Coin Hoards, in: Notae Numismatacae, vol 9, pp. 39-58, Cracóvia.

FREEMAN P.W.M., 1997, Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies, In: ed D.J. Mattingly, Journal of Roman Archaeology Supplimentary series, nº23 Dialogues in Roman Imperialism, Oxbow Books, pp.27-50.

Fischer S., Sanchez F., 2016, Subsidies for the Roman West? The flow of Constantinopolitan solidi to the Western Empire and Barbaricum, in: Opuscula Annual of the Swedish Institutes at Athens and Rome, vol 9, pp. 249-269.

GRANE T. 2007, The Roman Empire and Southern Scandinavia- A Northern Connection!, Tese de doutorado, University Of Copenhagen, Copenhagen.

GREEN. T, 2007, Trade, Gift giving and Romanitas: A comparison of the use of Roman Imports in Western Britain and Southern Scandinavia, The Heroic Age A Journal of Early Medieval Northwestern Europe, vol 10. pp. 1-15, Exeter.

HINGLEY R., 1997, Imperial limits and the Crossing Frontiers In: ed D.J. Mattingly, Journal of Roman Archaeology Supplementary series, nº23 Dialogues in Roman Imperialism, Oxbow Books, pp. 91-102.

HINGLEY R., 2017, Imperial limits and the Crossing Frontiers In: ed Sergio Gonzales SanchezAlexandra Guglielmi, Romans and Barbarians beyond frontiers – Archaeology, Ideology and Identities in the North, Oxbow Books, pp. 17-38.

HEDEAGER L., 1992, Iron-age Societies From Tribe to State in Northern Europe 5 BC to AD 700, Blackwell Publishers, EUA.

Henriksen M. B. & HORSNAES H. W, 2006, Boltinggård Skov: A hoard of Constantinian Solidi from Funen, Denmark, In: Revue numismatique, serie 6 – vol 162, pp.259-271, Paris.

Henriksen M. B., Gold deposits in the Late Roman and Migration Period landscape– a case study from the island of Funen (Fyn),Denmark, 2010, In: Ed Ulla Lund Hansen & Anna Bitner-Wróblewska, Worlds apart? contacts across the Baltic Sea in the Iron Age; network Denmark - Poland, 2005 – 2008, Copenhagen University Press, volume7, pp. 389-432, Copenhagen.

HORATIU C. e LĂZĂRESCU V., 2016, The limes as a contact zone between Orbis Romanus and Barbaricum, In: Horatiu C.O. (ed) Landscape Archaeology on The Northern Frontier of the Roman Empire at Porolissum na interdisciplinar Project, ed Mega, pp. 43-48, Romenia.

HORSNAES H. W., 2010, Roman Coins from Bornholm- A preliminary Overview. In: Ed. Ulla Lund Hansen & Anna Bitner-Wróblewska, Worlds apart? contacts across the Baltic Sea in the Iron Age; network Denmark - Poland, 2005 – 2008, Copenhagen University Press, volume7, pp. 433-447, Copenhagen.

JORGENSEN L., 2010, Gudme and Tissø. Two magnates complexes in Denmark from the 3rd to the 11th century AD., In: Trade and Communication Networks of theFirst Millennium AD in the northern part of Central Europe:Central Places, Beach Markets,Landing Places and Trading Centres, ed: Die Publishing Company , 2010, pp.273- 285, Alemanha.

JORGENSEN L., 2011, Gudme-Lundeborg on Funen as a model for northern Europe? In: ed Oliver Grimm & Alexandra Pesch, The Gudme/Gudhem phenomenon: papers presented at a workshop organized by the Centre for Baltic and Scandinavian Archaeology (ZBSA), pp.77-89, Schleswig.

KONTNY B., 2016, Przeworsk culture society and its long-distance contacts, AD 1-350, In: Ed. A. Rzeszotarska-Nowakiewicz, Past Societies, Institute of Archaeology and Ethnology, Polish Academy of Sciences, vol 4, pp.163-216, Varsóvia.

LEMKE M., 2016, Danube, Limes & Logistics. Some thoughts on Roman army supply in Moesia Inferior, In: Novensia 27, pp. 9-38, Varsóvia.

MENDES N.M., 2007, O conceito de Romanização: uma reflexão, In: XXIV Simpósio nacional de História, São Leopoldo.

Pesch A.G., 2011, Gudme/Gudhem in the light of archaeology, In: ed Oliver Grimm & Alexandra Pesch, The Gudme/Gudhem phenomenon: papers presented at a workshop organized by the Centre for Baltic and Scandinavian Archaeology (ZBSA), 2011, pp. 47-61, Schleswig.

PINTO R., 2007, O impulse de romanizar, in: Revista de E. F. e H. da Antigüidade, Cps/Bsb, no 22/23, pp. 219-249, Campinas.

SILVA DOS SANTOS B., 2011, Romanização e os séculos XX e XXI: a dissolução de um conceito, in: Mare Nostrum nº 2, pp. 1-19, São Paulo.

WELLS P. S., 1998, The Barbarians Speak How the Conquered peoples shaped Roman Europe, Princeton University Press, EUA.

WHITTAKER C.R., 1997, Frontiers of the Roman Empire, A social and Economic Study, The Johns Hopkins University Press, pp. 1- EUA.

ZAPOLSKA A., 2013, The Coins from the Goldsmith of Frombork Reconsidered, Notae Numismaticae, volume 8, 2013, pp. 105-116, Varsóvia.

ZAPOLSKA A., 2014, The Coins from the Goldsmith of Frombork Reconsidered, Notae Numismaticae, volume 9, 2014, pp. 95-115, Varsóvia.